



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Faculdade de Educação e Psicologia

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

O CASO DAS PESSOAS DA COMUNIDADE LGBTQIA+

Dissertação à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em
Ciências da Educação

Especialização em Pedagogia Social

Carina Manuela Alves Gonçalves

Porto, outubro de 2024



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Faculdade de Educação e Psicologia

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

O CASO DAS PESSOAS DA COMUNIDADE LGBTQIA+

Dissertação à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em
Ciências da Educação

Especialização em Pedagogia Social

Carina Manuela Alves Gonçalves

Trabalho efetuado sob a orientação de

PhD Isabel Baptista

Porto, outubro de 2024

A todas as pessoas da comunidade LGBTQIA+ que lutam diariamente em prol da sua existência e dos seus direitos, aliados ao processo de inclusão transformação e justiça social.



*É no problema da educação que assenta o
grande segredo do aperfeiçoamento da
humanidade.*

Immanuel Kant, 1724-1804

Agradecimentos

Muitas pessoas foram essenciais para a concretização deste trabalho. Deixo aqui, portanto, os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a sua realização, e peço desculpas por qualquer omissão involuntária.

À Professora Doutora Isabel Baptista, expresso o meu mais profundo agradecimento por ter aceitado orientar-me ao longo deste percurso. Obrigada pela disponibilidade e ensinamentos, pelo exemplo e referência que é na área da Educação Social. Foi um privilégio contar com a sua experiência e sabedoria, que me orientaram de forma inestimável, enriquecendo esta jornada e incentivando-me a superar cada desafio. Agradeço também pela confiança depositada e pela paciência em guiar-me para além das incertezas do caminho.

À Professora Doutora Ana Camões, que tem sido um constante apoio desde os primeiros passos na licenciatura. A sua dedicação, incentivo e visão sempre estiveram presentes, acreditando em mim antes mesmo que eu acreditasse e tornando este mestrado possível. O seu apoio foi fundamental para que eu prosseguisse e o seu exemplo de competência e humanidade será uma inspiração permanente na minha vida profissional e pessoal.

À Professora Doutora Cindy Vaz e à Professora Doutora Renata Machado, que com as suas contribuições e apoio desde a licenciatura, me ajudaram a construir as bases necessárias para esta tese, agradeço de coração. A vossa dedicação e o vosso interesse em partilhar conhecimento, fizeram toda a diferença na minha formação. Agradeço por cada conselho e cada aula que me ajudaram a construir uma base sólida e inspiradora para o futuro.

Às minhas colegas de mestrado, por cada palavra de incentivo, por cada conversa motivadora, e por toda a amizade demonstrada nos momentos de dificuldade. A nossa caminhada tornou-se mais leve graças ao apoio mútuo e ao espírito de solidariedade. Agradeço, especialmente, à Débora França, pela sua presença constante e pela força que me transmitiu em momentos cruciais. Obrigada por agora fazeres parte da minha vida.

À Ana Lúcia Silva, colega, amiga e confidente, cuja amizade foi um presente que a vida me ofereceu ao longo deste percurso. Obrigada por me acompanhares em cada passo desta jornada com carinho e compreensão inigualáveis. A vida trouxe-nos juntas como colegas de mestrado, mas os laços de amizade que construímos transcenderam qualquer vínculo académico. Agradeço-te por seres o meu maior apoio, alguém que sempre esteve ao meu lado, trazendo força e serenidade em cada desafio. A tua presença foi um verdadeiro sustento, que com carinho, empatia e compreensão, transformou momentos difíceis em oportunidades de crescimento. Obrigada por tanto.

Aos meus participantes, pela forma carinhosa como lidaram com a minha abordagem e pelas suas prontidões em fornecer todos os dados necessários a esta pesquisa. Sem vocês, esta investigação não teria sido exequível.

À minha família, que sempre foi a base de tudo. Sem o vosso amor, compreensão e paciência, nada disso teria sido possível. Agradeço-vos por cada sacrifício feito e por cada gesto de apoio que me manteve firme ao longo desta jornada.

À Faculdade de Educação e Psicologia, da Universidade Católica Portuguesa, pela oportunidade de continuar na procura de conhecimento.

A Deus, a minha gratidão mais profunda. Foi Ele quem me concedeu força, coragem e sabedoria para enfrentar cada desafio ao longo desta jornada. Em momentos de dúvida, encontrei conforto e renovação na fé. Agradeço por cada oportunidade, pela proteção constante e pelo dom da perseverança que me permitiu chegar até aqui.

Toda a Honra e Glória a Deus.

MUITO OBRIGADA!

Resumo

O presente trabalho corresponde a uma dissertação conducente à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação com especialização em Pedagogia Social, intitulado de “Educação e Inclusão Social no Ensino Superior – O caso das pessoas da comunidade LGBTQIA+”. Em termos teóricos esta dissertação está balizada pelas ciências da educação, em particular pela Pedagogia Social como campo de saber que enquadra a *práxis* socioeducativa desenvolvida numa lógica de promoção de proximidade e solidariedade social. Em termos empíricos, optou-se por uma estratégia de recolha de dados enquadrada por uma abordagem qualitativa e assente, fundamentalmente, na inquirição direta de atores de modo a perceber em que medida os estudantes do Ensino Superior pertencentes à comunidade LGBTQIA+ encontram condições de acolhimento e inclusão institucional, quais as dificuldades e desafios que enfrentam.

Os dados recolhidos e analisados evidenciam que há ainda um muito caminho a percorrer no que diz respeito à inclusão dos estudantes desta comunidade, sugerindo a necessidade de promoção de programas de educação inclusiva de carácter pedagógico e mais direccionados para problemas específicos e concretos das pessoas das comunidades minoritárias, como as que se referem ao caso deste estudo.

Palavras-chave: Pedagogia Social; Educação Inclusiva; Inclusão Social; Comunidade LGBTQIA+; Ensino Superior.

Abstract

This work corresponds to a dissertation leading to the award of a Master's degree in Educational Sciences with a specialization in Social Pedagogy, entitled “Education and Social Inclusion in Higher Education - The case of people from the LGBTQIA+ community”. In theoretical terms, this dissertation is based on the educational sciences, in particular Social Pedagogy as a field of knowledge that frames the socio-educational *praxis* developed in a logic of promoting proximity and social solidarity. In empirical terms, we opted for a data collection strategy framed by a qualitative approach and based fundamentally on the direct questioning of actors in order to understand the extent to which higher education students belonging to the LGBTQIA+ community find conditions of reception and institutional inclusion, what difficulties and challenges they face.

The data collected and analyzed shows that there is still a long way to go when it comes to the inclusion of students from this community, suggesting the need to promote inclusive education programs of a pedagogical nature and more targeted at the specific and concrete problems of people from minority communities, such as those in the case of this study.

Keywords: Social Pedagogy; Inclusive Education; Social Inclusion; LGBTQIA+ Community; Higher Education.

Siglário

FEP-UCP – Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa;

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgéneros, Queers, Intersexos e Assexuais;

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros;

ONG's – Organizações Não-Governamentais;

EU – European Union - (União Europeia);

CRP – Constituição da República Portuguesa;

EAPN – European Anti Poverty Network - (Rede Europeia de Luta contra a Pobreza);

SPCE – Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação;

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;

ILGA – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo;

AMPLOS – Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género;

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos;

OMS – Organização Mundial de Saúde.

Índice	1
Agradecimentos	3
Resumo	5
Abstract	6
Siglário	7
Introdução geral	10
Parte I	13
Enquadramento Concetual	13
Introdução	14
Capítulo 1	15
Educação e Sociedades Democráticas do Século XXI	15
1.1 Educação para Todas as Pessoas ao Longo de Toda a Vida	15
1.2 Educação como um Direito Humano	22
1.3 Pedagogia Social e Educação Social	30
Capítulo 2	34
Educação Inclusiva e Solidariedade Social	34
2.1 Explicitação Conceptual	34
2.2 Princípios, Valores e Metas Educacionais	37
2.3 Educação Inclusiva e Ensino Superior	41
Capítulo 3	50
Direitos Humanos, Vulnerabilidade e Inclusão Social	50
3.1 Pessoas e Grupos Humanos Vulneráveis	50
3.2 Vulnerabilidade, Diversidade e Inclusão Social	70
3.3 Comunidade LGBTQIA+ e Desafios de Inclusão	77
Parte II	82
Estudo Empírico	82
Introdução	83
Capítulo 1	84
Justificação da Opção Metodológica	84
1.1 Questão e Objetivos de Investigação	84
1.2 Estratégia de Desenvolvimento	85
1.3 Critérios de Análise e Discussão de Dados	88
Capítulo 2	90
Contextualização da Pesquisa	90
2.1 Ensino Superior em Portugal	90

2.2	Contexto Universitário - Instituição X.....	92
Análise e Discussão de Resultados		94
3.1	Princípios e Valores de Educação Inclusiva.....	94
3.2	Práticas de Educação Inclusiva	97
3.3	Percepção dos Atores sobre Valores e Práticas de Educação Inclusiva	101
Conclusão.....		117
Considerações Finais.....		119
Anexos		131
Anexo I		132
Anexo II.....		134

Introdução geral

O presente trabalho corresponde a uma dissertação enquadrada no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação com Especialização em Pedagogia Social, da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa (FEP-UCP), intitulado-se de “Educação e Inclusão em Instituições de Ensino Superior – O caso das pessoas da comunidade LGBTQIA+”.

A escolha deste tema surgiu após uma reflexão apoiada em motivações pessoais, ligadas à nossa experiência como Educadora Social junto de pessoas da Comunidade LGBTQIA+. Nesse sentido, propusemo-nos desenvolver um estudo que permitisse conhecer melhor esta comunidade, visando, em última análise, contribuir para a criação de condições destes estudantes no Ensino Superior. Sabendo que este é um tema que contém pouca literatura, a pertinência do seu estudo torna-a mais necessária, para que consigamos, de uma forma pedagógica, fomentar e proporcionar relações afetivas, erradicando qualquer estereótipo e precavendo qualquer ato de discriminação.

A origem da sigla LGBTQIA+ e o movimento social LGBT são atualmente termos conhecidos tanto por pessoas fora quanto dentro desta comunidade. Este reconhecimento deve-se ao facto de ter sido conquistado um espaço próprio pela comunidade LGBT na política, nos media e nos espaços públicos nos últimos anos. Entretanto, ser reconhecido publicamente não é o mesmo que ser acolhido e compreendido.

A sigla LGBTQIA+, também é utilizada como nome de um movimento que luta por direitos e, principalmente, contra a homofobia, referindo-se à comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros, *queers*, intersexos e assexuais, bem como as possibilidades de orientações sexuais ou identidades de género que são diferentes tipos de orientações sexuais e identidades de género.

De acordo com Isabel Baptista (2017, p. 20), a Pedagogia Social refere-se à práxis socioeducativa, ou seja, à educação desenvolvida “para além da escola”, nos diferentes contextos de formação ao longo da vida, associada à área da “solidariedade” e “trabalho social”. A um nível essencial, a Pedagogia Social de uma forma positiva e de interação humana, desenvolve a sua ação de hospitalidade, sendo que, segundo a autora, este termo está associado às práticas de acolhimento humano e social. Neste sentido, consideramos

que é pertinente perceber em que medida a pedagogia pode ser colocada ao serviço do acolhimento e inclusão das pessoas da comunidade LGBTQIA+, como parte integrante de estratégias de educação inclusiva, designadamente no Ensino superior.

Que tipo de estratégias estão a ser implementadas no Ensino Superior no âmbito da educação inclusiva? Concretamente, existem dinâmicas específicas para a comunidade LGBTQIA+? Que tipo de relação a tem com a restante comunidade educativa? Existe alguma vertente pedagógica para diminuir os estigmas referentes à comunidade LGBTQIA+?

Estas interrogações deram origem à nossa questão de investigação: Em que medida os estudantes do Ensino Superior pertencentes à comunidade LGBTQIA+ encontram condições de acolhimento e inclusão institucional?

Para dar resposta a esta questão, do ponto de vista teórico, optámos por um quadro concetual balizado pelas ciências da educação, em particular pela Pedagogia Social, sustentada na visão humanista e relacional desenvolvida por autores de referência nacionais e internacionais, tais como Isabel Baptista (2004, 2008), Adalberto Dias de Carvalho (2004) e Joaquim Azevedo (2009).

No âmbito da educação inclusiva, recorremos a autores como David Rodrigues (2017) e Marisa Carvalho (2018), para quem a educação deve ser aplicada como um direito universal e não apenas como um ideal distante.

Como sublinha André Brasil (2023, p. 48), “(...) a educação precisa garantir que seus núcleos de atuação ofereçam a segurança e a confiança necessárias a atrair todas as pessoas humanas.”

Em termos empíricos, optou-se por uma estratégia de recolha de dados enquadrada por uma abordagem qualitativa e assente, fundamentalmente, na inquirição direta de atores de modo a perceber em que medida os estudantes do Ensino Superior pertencentes à comunidade LGBTQIA+ encontram condições de acolhimento e inclusão institucional, quais as dificuldades e desafios que enfrentam,

Inicialmente, tínhamos intenção de desenvolver um estudo de caso, tendo por base a realidade de uma instituição de Ensino Superior em concreto. Tal não foi possível por

razões de exequibilidade ligadas aos limites temporais e metodológicos de uma dissertação de mestrado. Ainda assim, para efeitos de contextualização, tomámos como referência empírica uma Instituição de Ensino Superior do norte do país, tendo por base a informação institucional disponibilizada publicamente, nos sites da Instituição X.

Os instrumentos de recolha de dados aplicados passaram pela utilização de análise documental e por entrevistas semiestruturadas, tendo por base um Guião previamente definido, tendo sido seguidos os devidos protocolos éticos, nomeadamente no que diz respeito à obtenção das declarações de Consentimento Livre e Informado e à anonimização dos dados, tal como surge explicitado. Para este efeito foram seguidas as orientações constantes da Carta Ética da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE, 2020).

Este trabalho encontra-se estruturado em duas partes fundamentais, respeitantes, respetivamente, à fundamentação do quadro teórico (enquadramento concetual) e à descrição do estudo empírico. O trabalho termina com considerações finais relativas a todo o percurso investigativo e de modo a salientar as suas conclusões principais.

Parte I
Enquadramento Concetual

Introdução

Dando continuidade às preocupações já expressas, esta primeira parte dedica-se ao enquadramento concetual, começando por fundamentar a importância da educação como direito humano universal, para todas as pessoas sem exceção explicando a partir daí as razões que, na nossa perspetiva, justificam a integração da Educação Social no campo epistemológico da Pedagogia Social, reconhecendo-a como um ramo disciplinar das Ciências da Educação, conforme apontado pelos autores que tomamos como referência. Entendemos a educação e a formação como direitos e deveres universais, especialmente relevantes para os profissionais que atuam na educação e na área social.

Neste contexto, os conceitos de educação e aprendizagem ao longo da vida são abordados sob uma ótica de solidariedade social, destacando o papel da Educação Social em interligar as dimensões educativa e social. Como será detalhado, esta conexão é um dos principais desafios na definição do *ethos* profissional dos educadores sociais, que precisam construir sua identidade no cruzamento de duas áreas de intervenção humana altamente relevantes e complexas.

Finalizamos esta primeira parte sintetizando as ideias principais, que serviram como chaves de interpretação na análise dos dados recolhidos durante o estudo empírico.

Capítulo 1

Educação e Sociedades Democráticas do Século XXI

1.1 Educação para Todas as Pessoas ao Longo de Toda a Vida

A Educação no século XXI é caracterizada por diversas mudanças e desafios, refletindo a rápida evolução da sociedade, da tecnologia e das necessidades dos educandos.

Jacques Delors foi presidente da Comissão Europeia onde liderou a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, criada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 1993. O objetivo da comissão era analisar os desafios educativos globais e propor orientações para o futuro da educação.

“O conceito de educação ao longo de toda a vida aparece, pois, como uma das chaves de acesso ao século XXI. Ultrapassa a distinção tradicional entre educação inicial e educação permanente. Vem dar resposta ao desafio de um mundo em rápida transformação, mas não constitui uma conclusão inovadora, uma vez que já anteriores relatórios sobre educação chamaram a atenção para esta necessidade de um retorno à escola, a fim de se estar preparado para acompanhar a inovação, tanto na vida privada como na vida profissional.”

(Jacques Delors, 1996, p.19)

Segundo o Relatório da UNESCO de 2021, o poder da educação está na capacidade de cada um se conectar ao mundo e ao outro, de nos movermos para além dos espaços que já habitamos e de nos expormos a novas possibilidades.

Sabemos que, a sociedade é um campo de atuação onde persiste, de forma sistemática, a discriminação em forma de género, etnia, língua, cultura e todas as formas de conhecimento. O contínuo desinteresse e abandono escolar em qualquer nível educacional, indicam as inadequações dos modelos propostos de escola atual oferecidos àqueles cuja aprendizagem significativa e o senso de propósito e autonomia para agir ou escolher as suas ações estão muito aquém do ideal. Com isto, está explícito que, cada vez

mais, aqueles que têm acesso à educação não estão preparados para os desafios do presente.

“O direito à educação – fundamental para a realização de todos os outros direitos sociais, económicos e culturais – deve continuar a servir de guia e base para o novo contrato social. Essa lente de direitos humanos exige que a educação seja para todos, independentemente de renda, gênero, raça ou etnia, religião, língua, cultura, sexualidade, filiação política, deficiência ou qualquer outra característica que possa ser usada para discriminar e excluir. O direito à educação deve ser ampliado para incluir o direito à educação de qualidade ao longo da vida.”

(UNESCO - Reimaginar Nossos Futuros Juntos — Um novo contrato social para a educação, 2021, p.26)

Segundo o Relatório da UNESCO (2021, p.48), “Reimaginar o futuro junto exige pedagogias que promovam a cooperação e a solidariedade”, remete a educação, para a sua essência, esta deve ser um agente transformador, capaz de cultivar nos educandos não apenas o conhecimento técnico, mas também valores éticos e sociais que sustentem uma convivência harmoniosa e produtiva.

Esta concepção de “educação para todos e ao longo da vida passa a ser valorizada como dimensão da própria vida (...)” como nota Isabel Baptista (2005, p.61).

A educação nos dias de hoje já não é vista como um processo limitado à infância e à adolescência. A ideia de aprendizagem ao longo da vida destaca a importância da atualização constante de habilidades e conhecimentos ao longo da carreira profissional e pessoal.

"É nos processos de desenvolvimento comunitário, multidimensionais e complexos, que as pessoas e as instituições surgem em todo o seu vigor de participação e construção de um dia-a-dia mais justo para cada cidadão, sem qualquer exceção."

(Joaquim Azevedo, 2009, p.21).

“A educação entendida como um processo de desenvolvimento humano espelha inevitavelmente o meio no qual se desenvolve as especificidades culturais, políticas e

sociais, (Ana Camões, 2018, p.27) é a “expressão comunitária da diversidade cultural dos povos” (Roberto Carneiro, 2004, p.79).

Estimular a criatividade e a capacidade de inovação torna-se essencial para preparar os educandos para os desafios do século XXI, onde a adaptação e a resolução criativa de problemas são habilidades cruciais. A importância da inclusão e da diversidade na educação é cada vez mais reconhecida, visando criar ambientes educativos que atendam às necessidades de todos os educandos, independentemente de suas origens, habilidades ou identidades.

A autora Isabel Baptista (2005, p.60), aborda a ideia de uma “(...) educação para todos e ao longo da vida (...)” como um imperativo ético para uma sociedade democrática e inclusiva. A autora argumenta que a educação deve ser acessível a todas as pessoas, independentemente das suas origens, e deve se estender ao longo de toda a vida, refletindo um compromisso com o desenvolvimento contínuo e a dignidade humana. Na verdade, só teremos uma “sociedade de todos” quando forem superadas as desigualdades no acesso à educação. Atendendo a esta visão, podemos entender que a educação é um processo essencial para o fortalecimento da cidadania e da coesão social, incentivando para que as instituições educativas sejam adaptáveis e acolham a diversidade de experiências e contextos de aprendizagem.

“A Pedagogia escolar não poderá dissolver-se numa pedagogia social. Mas ela não pode, também, ficar indiferente às exigências de relação com outros modos de ensinar a aprender. A questão está em saber como pode, ou deve, a escola interagir com outros espaços e tempos educativos.”

(Isabel Baptista, 2005, p.65)

A educação gera transformações intelectuais, emocionais e sociais no ser humano, “(...) é uma das atividades mais nobres e há uma relação grande entre os níveis educacionais de um povo e o bem-estar social (...)” (Ramiro Marques, 2003, p.11). Estas tendências refletem a necessidade de uma abordagem mais dinâmica e adaptável à educação, alinhada com as demandas de uma sociedade em constante evolução. O desafio passa por equilibrar a integração de tecnologia com práticas pedagógicas eficazes, garantindo que a educação no século XXI prepare os educandos para os desafios do futuro.

“Falar de educação significa, portanto, falar de um processo de socialização, repleto de valores e princípios, dado que o ser humano ao receber educação está a aprender, está a dominar conhecimentos, está a evoluir pessoal e socialmente, tornando-se capaz de partilhar e comunicar com os outros e, dessa forma, contribuir para a realização de uma identidade comum.”

(Ana Camões, 2018, p.28)

É uma exigência que continua válida e que adquiriu, até, mais razão de ser. E só ficará satisfeita quando todos aprendermos a aprender. Mas a modificação profunda dos quadros tradicionais da existência humana, coloca-nos perante o dever de compreender melhor o outro, de compreender melhor o mundo. Exigências de compreensão mútua, de entreajuda pacífica e de harmonia são, precisamente, os valores de que o mundo mais carece.

Ao adotar a educação ao longo da vida como um princípio central, a sociedade pode colher vários benefícios, entre elas as tecnologias. O mercado de trabalho está em constante evolução e a aprendizagem contínua permite que as pessoas se adaptem às novas tecnologias e desenvolvam habilidades relevantes para as demandas do mercado.

A aprendizagem contínua não se limita apenas ao trabalho. As pessoas aprendem sobre uma variedade de detalhes, desde artes e ciências até habilidades práticas, promovendo o desenvolvimento pessoal e o enriquecimento cultural. Estes indivíduos que estão aprendendo constantemente são propensos a pensar de forma crítica e inovadora, despertando assim novas ideias, descobertas e avanços em vários campos.

A educação contínua é uma ferramenta poderosa para combater as desigualdades. Ela pode ser acessível a todas as camadas da sociedade, promovendo a inclusão social. A aprendizagem contínua pode fornecer estímulo mental, melhorar a autoestima e proporcionar um senso de propósito, contribuindo para a saúde mental e o bem-estar emocional.

Para implementar essa visão, é essencial investir nas infraestruturas educativas, garantir a acessibilidade financeira, promover a educação digital, criar programas de aprendizagem flexíveis e valorizar os educadores em todas as etapas da vida. Colocar

uma educação ao longo de toda a vida no centro da sociedade é investir no progresso contínuo, na equidade e no bem-estar de todos os seus membros.

Os Quatro Pilares da Educação são um conceito proposto pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, da UNESCO, em 1996. Esses pilares representam os princípios-chave que devem orientar a educação para atender às necessidades da sociedade contemporânea.

A educação é um campo vasto e em constante evolução, onde esta tem um papel fundamental no que diz respeito a facilitar os processos de aquisição e de desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes. O autor Joaquim Azevedo, (2007, p.8) afirma que “não é só fomentar a aquisição de saberes, mas também o desenvolvimento de competências, a aquisição de novas atitudes, de novos comportamentos, novos modos de vida em comum”.

“(...) o direito à educação é direito às condições de efetividade e utilidade de todas as aprendizagens, mas é antes de mais, direito à sua eticidade, que compreende tanto os limites que inscrevem em cada filho da espécie humana a sua identidade ética, como os possíveis da essencial perfeitibilidade e abertura de Humanidade.”

(Agostinho Reis Monteiro, 1998, p.55)

A aprendizagem baseada em projetos e em problemas, são exemplos de metodologias que incentivam a cooperação. Nelas, os educandos trabalham em grupo para resolver desafios reais, desenvolvendo habilidades de comunicação, negociação e resolução de conflitos. Com isto, percebe-se que é fundamental integrar a educação emocional e social ao currículo, para que os educandos aprendam a reconhecer e a gerir as suas emoções, desenvolvendo a empatia e a construção relacionamentos saudáveis.

Incorporar a ética e a discussão de valores como temas a serem desenvolvidos pelas escolas, é incentivar os educandos a refletirem sobre as implicações das suas ações e decisões. Este tipo de ensino pode ser facilitado através de debates, estudos de caso e leituras reflexivas, adotando práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a

diversidade, promovendo a inclusão de todos, independentemente de suas origens socioeconômicas, culturais, habilidades, entre outras.

“Pedagogias de cooperação e solidariedade devem ser baseadas em princípios compartilhados de não discriminação, de respeito à diversidade e de justiça reparadora, além de concebidas a partir de uma ética do cuidado e da reciprocidade. Por necessidade, elas exigem aprendizagem participativa, colaborativa, problematizadora, interdisciplinar, intergeracional e intercultural.”

(UNESCO - Reimaginar Nossos Futuros Juntos — Um novo contrato social para a educação, 2021, p.48)

Através dessas abordagens, a educação pode-se tornar uma força poderosa para a cooperação e solidariedade, capacitando os jovens a reimaginar e construir um futuro mais justo, equitativo e sustentável para todos.

UNESCO (2021, p.144) diz-nos que “(...) um novo contrato social para a educação não significa abandonar tudo o que aprendemos e vivenciamos coletivamente sobre a educação até agora, mas também não é uma mera correção de rumo em um caminho já definido e traçado.” Por forma a catalisar um novo contrato social para a educação, toda a sociedade deve-se comprometer a renovar a colaboração global com apoio à educação para um bem comum, com base em cooperações mais justas e equitativas a nível local, nacional e internacional. É de responsabilidade global o princípio da educação como um bem comum.

A pedagogia tem como principal função criar espaços e encontros que transformem, baseando-se no que existe e no que poderá ser construído.

De acordo com António Nóvoa (1997, p.14), a troca de experiências entre os alunos e docentes solidifica os espaços de formação conjunta, onde cada indivíduo é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando.

No entanto, as abordagens e os métodos educativos evoluíram ao longo do tempo em resposta às mudanças sociais, tecnológicas e culturais. Hoje, a educação não se limita apenas às salas de aula tradicionais, ela está acessível através de plataformas online, permitindo a aprendizagem à distância. A tecnologia desempenha um papel fundamental, fornecendo recursos interativos, realidade virtual, inteligência artificial e aprendizagem

automatizada. Além disso, a educação tornou-se cada vez mais personalizada, adaptando-se às necessidades individuais de cada aluno.

Segundo Maurice Tardif (2014, p.244), seremos reconhecidos como sujeitos do conhecimento e verdadeiros atores sociais quando começarmos a reconhecer-nos uns aos outros como pessoas competentes, pares iguais que podem aprender uns com os outros, respeitando o conhecimento do professor em sua área de atuação de forma simultânea em que se reconhece o conhecimento do aluno com as novas tecnologias.

A educação também se expandiu para além dos conteúdos académicos, incluindo a ênfase no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, colaboração e resolução de problemas. A diversidade e a inclusão incluíram temas importantes, promovendo um ambiente educativo que respeita e celebra as diferenças culturais, étnicas, de género e de habilidades. Existe, portanto, uma “necessidade de se desenvolver uma solidariedade pragmática que, a todos os níveis, garanta a (co)existência enquanto condição da convivência e da solidariedade” (Adalberto Dias Carvalho, 2002, p.14), promovendo a solidariedade como pilar de uma cidadania inclusiva. Além disso, a educação está cada vez mais ligada ao mundo profissional, com um foco crescente nas habilidades práticas e a preparação para o mercado de trabalho.

A aprendizagem ao longo da vida também é incentivada, permitindo que a educação não seja apenas para os jovens, mas para todas as idades, permitindo que as pessoas atualizem as suas habilidades e conhecimentos ao longo da sua carreira.

Podemos verificar que a educação hoje é mais acessível, personalizada, tecnológica e orientada para habilidades, refletindo as necessidades e critérios de uma sociedade em constante mudança.

1.2 Educação como um Direito Humano

A conceção de educação ao longo da vida, como tesouro a descobrir por todas as pessoas e a ser desenvolvida em todos os tempos e lugares, exposta no ponto anterior, prende-se com o reconhecimento da educação como um direito humano fundamental, como um elemento essencial para o desenvolvimento individual e coletivo. Vários instrumentos internacionais afirmam o direito à educação como um direito humano básico. Alguns dos documentos mais importantes nesse contexto incluem, por exemplo:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948): O artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que "toda pessoa tem direito à educação" e que a educação deve ser gratuita, pelo menos no estágio elementar e fundamental.
- Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966): Este pacto, junto com o seu Protocolo Facultativo, reconhece o direito à educação no Artigo 13. Estipula que a educação deve ser acessível a todos, progressivamente gratuita e obriga os Estados a adotarem medidas para garantir a frequência regular às escolas.
- Convenção sobre os Direitos da Criança (1989): A Convenção estabelece, no Artigo 28, que as partes devem reconhecer o direito da criança à educação e devem procurar a implementação progressiva desse direito.
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): A Agenda 2030 das Nações Unidas inclui o ODS 4, que visa "assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos".

Alguns princípios fundamentais associados ao direito à educação incluem uma educação que deve ser acessível a todos, sem discriminação. Isso abarca a garantia que grupos marginalizados ou desfavorecidos tenham a mesma oportunidade de receber uma

educação de qualidade. Assim sendo os Estados devem garantir que haja instituições educacionais adequadas e infraestrutura para fornecer uma educação de qualidade.

A educação deve ser relevante e adaptada às necessidades culturais dos educandos, respeitando suas identidades e contextos locais, sendo adequada em termos de conteúdo e qualidade, visando desenvolver plenamente as capacidades individuais e proporcionar uma base sólida de conhecimento.

O reconhecimento da educação como um direito humano destaca seu valor intrínseco e seu papel fundamental na promoção de sociedades justas, inclusivas e equitativas. A defesa desse direito envolve esforços para superar barreiras à educação, garantir igualdade de oportunidades e promover a educação como um meio de empoderar indivíduos e comunidades.

“O princípio da Dignidade Humana é o princípio fundamental do direito, que faz com que todos os outros a ele devam obediência. Conceitua-se o direito à dignidade da pessoa humana como o reconhecimento do direito a resguardar direitos. Refere-se, portanto, a uma qualidade inerente ao ser humano, de salvaguarda à vida e contra toda prática degradante e discriminatória, a objetivar uma condição mínima de sobrevivência e coexistência social. Mostra-se, dessa forma, incontestável a sua relevância para a sociedade como um todo, em consequência de seu objetivo precípua em promover e efetivar normas de caráter social”.

(Sarlet, 2005, pp.45-46).

A educação como um direito humano é um conceito fundamental que afirma que todas as pessoas têm o direito intrínseco de receber uma educação de qualidade, independente de sua origem, tribos, status socioeconômico, gênero, religião, idade ou qualquer outra característica pessoal. Este direito está consagrado em vários documentos oficiais e tratados internacionais, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 26) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (artigo 13).

A educação como direito humano implica diversos princípios essenciais de universalidade onde todos têm o direito de acesso a uma educação de qualidade, sem discriminação. Isso inclui garantir que grupos marginalizados e vulneráveis tenham

igualdade de oportunidades. Esta deve ser acessível e de qualidade, o que significa que barreiras económicas não devem impedir o acesso à educação. Isso inclui a provisão de assistência financeira, se necessário, proporcionando conhecimentos e habilidades que permitam aos indivíduos participar plenamente na sociedade.

Os indivíduos devem ter o direito de escolher o tipo de educação que desejam receber, desde que seja compatível com os padrões de qualidade e respeito aos direitos humanos. A participação ativa dos estudantes, pais, professores e comunidades na tomada de decisões relacionadas à educação, é essencial para garantir que as necessidades e interesses de todos sejam considerados.

Os governos têm o dever de garantir que existam instituições educativas disponíveis e acessíveis a todos, assim como, os educadores devem ter a liberdade de ensinar de acordo com padrões profissionais e académicos, respeitando a diversidade cultural e ideológica.

A promoção da educação como um direito humano é fundamental para o desenvolvimento humano, a redução da desigualdade, a promoção da paz e a construção de sociedades mais justas e inclusivas. Governos, organizações da sociedade civil e a comunidade internacional desempenham um papel importante na garantia desse direito, através de políticas e práticas que asseguram o acesso universal a uma educação de qualidade. Esse direito é visto como um meio de empoderamento individual, bem como um elemento essencial para o desenvolvimento de sociedades justas e inclusivas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (United Nations, 1948), declara o direito à educação como um dos pressupostos à dignidade humana ao afirmar que:

“Todos os seres humanos têm direito à educação. (...) O acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade (...). A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.”

(Nações Unidas, 1948, art. 26).

O direito à educação não se limita apenas à educação básica, mas também inclui o acesso à formação profissional e contínua ao longo da vida. À medida que o mundo evolui rapidamente com avanços tecnológicos e mudanças económicas, é crucial que as pessoas tenham a oportunidade de adquirir novas habilidades e conhecimentos para se adaptarem às demandas do mercado de trabalho em constante transformação.

De acordo com a EU (European Union), (2010, art. 23), todas as pessoas têm direito à educação, bem como ao acesso à formação profissional e contínua.

Além do acesso, é igualmente importante garantir a igualdade de oportunidades para o sucesso escolar, como menciona CRP (Constituição da República Portuguesa), (1976) “Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”. Isso significa que os sistemas educativos devem estar equipados para identificar e apoiar as necessidades individuais dos educandos. Isso pode incluir programas de reforço escolar, apoio a educandos com necessidades específicas, aconselhamento educativo e medidas de combate ao bullying e a discriminação.

A EAPN (European Anti Poverty Network) – Portugal (2009) afirma ser essencial preparar a todos:

“(…) para uma cultura da não discriminação, da não-violência, para a afirmação dos direitos e deveres de cada um, para os valores da tolerância, da convivência, do diálogo, da diversidade e, sobretudo, para uma solidariedade ativa perante as possíveis difíceis situações de uns face a outros” (p.3).

(European Anti Poverty Network – Portugal, 2009, p.3)

A ideia de "Educação para Todos" é um compromisso global que reflete a aspiração de proporcionar oportunidades educacionais a todas as pessoas, independentemente de sua origem, condição social, gênero ou qualquer outra característica. Trata-se de um princípio fundamentado na crença de que a educação é um direito humano fundamental e um meio poderoso para promover o desenvolvimento sustentável, a igualdade e a justiça social. O ofício da educação é “promover o desenvolvimento humano de cada pessoa, que só se desenvolve verdadeiramente na medida em que é acolhida pelo outro” (Joaquim Azevedo, 2011, p.124).

Mencionando o autor José Luís Gonçalves (2018, p.8), “(...) o sentido da educação é alimentar alguém para ser uma individualidade numa comunidade de pertença (...)”, sendo um dos objetivos da educação apoiar uma pessoa a desenvolver a sua individualidade enquanto se integra e contribui para uma comunidade ou grupo ao qual pertence (comunidade de pertença). A educação procura equilibrar o desenvolvimento pessoal com a capacidade de viver e participar de forma significativa numa sociedade.

Em síntese, a "Educação para Todos" representa um compromisso coletivo de construir sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis, reconhecendo a educação como um direito fundamental e um catalisador para o progresso humano e social. O desafio agora reside na implementação efetiva desses princípios em todos os níveis, garantindo que, nenhum indivíduo ou comunidade seja deixado para trás no caminho rumo a uma educação globalmente acessível e de qualidade.

A promoção da convivência pacífica, da justiça social e do respeito mútuo numa sociedade cada vez mais plural e globalizada está intimamente ligada a três conceitos tais como: hospitalidade, diversidade e alteridade.

A hospitalidade, diversidade e alteridade são conceitos que se encontram inter-relacionados onde desempenham papéis fundamentais nas interações humanas e nas dinâmicas sociais. A hospitalidade refere-se à prática de receber e acolher pessoas de maneira generosa e cordial. Está associada à ideia de oferecer conforto, apoio e cuidado aos outros. A hospitalidade pode ocorrer em vários contextos, como em contexto familiar, instituições públicas ou em espaços comunitários. Ela promove o senso de comunidade, conectividade e bem-estar social.

Falar de hospitalidade, é falar dos autores Isabel Baptista e Joaquim Azevedo (2015, p.143) que abordam o conceito a partir de uma visão antropológica, onde estes mesmos autores referem que,

“(...) a hospitalidade representa uma virtude de relação humana que transcende a esfera da mera cordialidade ou urbanidade, constituindo-se como elemento estruturante da identidade, e, nessa medida, como experiência formativa essencial. Na verdade, enquanto prática antropológica intencionalmente orientada para a promoção da fecundidade temporal do ser humano, de cada ser humano, é a própria educação que pode ser definida como hospitalidade.”

(Isabel Baptista e Joaquim Azevedo, 2015, p.143)

A hospitalidade é frequentemente considerada uma virtude nas relações humanas. Ela reflete generosidade, cortesia e respeito pelos outros. A capacidade de receber os outros calorosamente, oferecer ajuda quando necessário e criar um ambiente acolhedor é valorizado em muitas culturas ao redor do mundo. A hospitalidade não cria apenas uma atmosfera positiva e amistosa, mas também promove a compreensão intercultural e fortalece os laços sociais. A hospitalidade é vista como uma virtude que promove o respeito pelos outros, a harmonia social e contribui para a construção de comunidades mais solidárias e abrangentes.

“Instituir lugares de hospitalidade significa investir na criação de espaços que funcionem como verdadeiros laboratórios de laços sociais (...) criam-se lugares quando se cruzam histórias de vida segundo uma lógica de não indiferença e de solidariedade ativa.”

(Adalberto Dias Carvalho e Isabel Baptista 2004, p.74)

Podemos compreender que a hospitalidade, na sua essência, representa uma abertura, cortesia, atenção, capacidade de doação e a disponibilidade para interromper o espaço familiar e conhecido. A hospitalidade é sempre marcada por uma condição humana de desconforto, vulnerabilidade e exposição pessoal.

“(...) pode mesmo dizer-se que a hospitalidade representa uma das propriedades características e distintivas das organizações escolares, enquanto organizações sociais específicas. As escolas são lugares explicitamente destinados à educação, o que, no contexto das sociedades do século XXI, é o mesmo que dizer a realização de um direito humano básico. Como tal, a escola democrática define-se, obrigatoriamente, como uma escola aberta a todos.”

(Prairat, 2005, p.27)

Quando nos referimos à diversidade, podemos aludir à variedade e à diferença presente entre indivíduos ou grupos. Esta pode abranger uma ampla série de características, como origem étnica, cultural, linguística, religiosa, de género, de orientação sexual, de habilidades, entre outras. A educação, concebida como um processo de desenvolvimento humano, reflete inevitavelmente o ambiente em que ocorre,

incluindo as suas especificidades culturais, políticas e sociais, é a “(...) expressão comunitária da diversidade cultural dos povos.” (Carneiro, 2004, p.79).

A diversidade reconhece que cada pessoa é única e possui experiências, perspectivas e identidades distintas. Valorizar a diversidade significa apreciar e respeitar essas diferenças, promovendo a igualdade de oportunidades e a inclusão em todos os aspetos da vida social, política e económica.

É precisamente no desafio sociocomunitário de uma cidadania ativa, consciente e crítica, no reconhecimento e respeito por valores éticos, como a dignidade humana, a solidariedade e a justiça, e também na tentativa de enaltecer a humanidade que a educação se assume como determinante na construção social, na regeneração de todas as dimensões da esfera humana, que permitam um crescimento ativo, solidário e inclusivo, através de uma educação que seja, efetivamente, humanista.

(Ana Camões, 2018, pp. 27-28)

Já a alteridade é a capacidade de reconhecer e valorizar a diferença do outro em relação a si mesmo. Envolve a empatia, a compreensão e o respeito, experiências e identidades dos outros, mesmo que sejam diferentes das nossas. A alteridade desafia os preconceitos, estereótipos e visões unilaterais, incentivando a abertura ao diálogo, à colaboração e ao entendimento mútuo. Ela é essencial para a construção de relações interpessoais harmoniosas e para a promoção da justiça social e da paz.

A alteridade refere-se à capacidade de consideração e respeito à diferença e à alteração do outro, ou seja, a ideia de que os indivíduos têm experiências, perspectivas e identidades distintas. É um conceito importante nos campos como a filosofia, sociologia e antropologia, onde se relaciona diretamente com a compreensão das relações humanas e da diversidade cultural. A alteridade envolve a empatia e a habilidade de ver o mundo a partir da perspectiva do outro, apoiando as suas necessidades, desejos e experiências como legítimas e valiosas, opondo-se ao egocentrismo e ao etnocentrismo, que envolve a tendência de ver o mundo apenas a partir da sua própria perspectiva.

Segundo os autores Isabel Baptista e Joaquim Azevedo (2014, p.143), “(...) a noção de hospitalidade refere-se ao modo fundamental de ser-se pessoa, sendo com e para o outro em comunidade de solidariedade e justiça”.

O mesmo ocorre com o conceito de laço social, “(...) mais concretamente designado de solidariedade, pode denominar nos nossos dias uma noção, um conceito, um facto, um processo, uma doutrina, uma exigência ética e social ou um ideal (...)” (Maria Engrácia Leandro, Michèle Baumann, Joel Felizes, 2011, p.227), representando, assim, um conjunto de recursos e meios que unem os indivíduos entre si (Maria Engrácia Leandro e Laura Margarida Ferreira, 2011, p.30).

Entende-se assim que, a educação é “(...) uma prática antropológica que exige uma competência humana capaz de construir laços de proximidade e de hospitalidade (...)” (Paulo Sérgio da Silva Brandão, 2007, p.107) e que “(...) é importante que a solidariedade se exerça nas diferentes instâncias sociais, como na família, escola, associações de vizinhos, etc.” (Xesús Rodríguez Jares, 2007, p.38). Como tal, torna-se essencial construir comunidades de solidariedade, “(...) lugares de sentido, de proteção e resistência, lugares onde se recarregam forças vitais.” (Isabel Baptista, 2010, p.38).

“(...) categoria de hospitalidade para designar um certo tipo de mentalidade científica, uma mentalidade aberta, sensível e problematizadora (...) associada às práticas de acolhimento vividas entre pessoas, famílias, grupos, instituições, comunidades cidades e nações.”

(Isabel Baptista, 2017, p.20)

A hospitalidade, a diversidade e a alteridade são princípios fundamentais que promovem a aceitação, a inclusão e o respeito mútuo dentro das sociedades. Esses conceitos são essenciais para a concretização do direito universal à educação construção de comunidades mais justas, solidárias e acolhedoras.

Em síntese, conseguimos perceber que, a educação, enquanto direito humano, é fundamental para o desenvolvimento pessoal e social. Reconhecer a educação como um direito significa contribuir para a construção de comunidades mais justas e coesas, onde cada pessoa pode desenvolver o seu potencial e participar ativamente na vida cívica. Assim, a educação deve ser uma prioridade para garantir um futuro melhor para todos, onde a Pedagogia Social e a Educação Social terá um importante papel neste contexto.

1.3 Pedagogia Social e Educação Social

Inserida no campo epistemológico das Ciências da Educação, a Pedagogia Social é a área de conhecimento que enquadra a intervenção socioeducativa num contexto de cidadania social, balizada pelas exigências de educação e formação ao longo da vida. (Isabel Baptista, 2008), inserindo-se como tal no campo epistemológico das ciências da educação.

“(...) a construção progressiva de um património de saberes ao dispor das práticas, em domínios tão diversos como as famílias, as escolas, as associações sociais e culturais, as autarquias, os centros de formação, os centros de acolhimento de crianças e idosos, os centros de saúde, etc. Nessas práticas se concretiza uma espécie de compromisso ético com a transformação e o melhoramento dos indivíduos, das instituições e da sociedade em geral.”

(João Amado, 2011, p.29).

Neste contexto, a Pedagogia Social procura comprometer a sociedade a estabelecer compromissos entre a área social e a área da educação. Nesta perspetiva, a educação assume um papel determinante na orientação de trajetórias de vida, no reconhecimento da dignidade humana e na importância do amor e da compaixão pelos que se encontram de alguma forma em situação de maior vulnerabilidade. A Pedagogia Social sustenta a prática do Educador Social, ou, a clarificação teórica da Educação Social, como campo de saber que enquadra a práxis socioeducativa desenvolvida numa lógica de promoção de proximidade, de hospitalidade, de justiça e solidariedade social.

Retomando a conceção proposta por Isabel Baptista (2017, p.20), a Pedagogia Social refere-se à práxis socioeducativa, ou seja, à Educação desenvolvida “(...) para além da escola (...)”, nos diferentes contextos de formação ao longo da vida, associada à área da “solidariedade” e às práticas de acolhimento vividas entre pessoas, famílias, grupos, instituições, comunidades, cidades e nações.”

Entende-se assim que a Pedagogia Social não se centraliza apenas nos processos de ensino e aprendizagem no ambiente escolar conhecido como tradicional, mas procura saber de que forma a educação acontece nos diversos contextos sociais, concentrando-se

nas dimensões do processo educativo e analisando questões inerentes à socialização da pessoa nos novos cenários sociais.

Segundo o autor Paciano Feroso Estébanez (2003, pp. 64-65) a Ciência da Educação Social ou a Pedagogia Social reflete a,

“(...) ciência educativa social, prática e não- formal (fora da família e da escola), que fundamenta, justifica e compreende as normas mais adequadas para a prevenção, ajuda, reintegração e regeneração de indivíduos e comunidades, que podem sofrer ou sofrem, ao longa das suas vidas, de deficiências na socialização ou na satisfação das necessidades básicas individuais ou comunitárias protegidas pelos Direitos Humanos.”

(Paciano Feroso Estébanez, 2003, pp. 64-65)

Quer isto dizer que existe relevância numa comunicação não formal, mas sendo esta feita com intencionalidade pedagógica, afim de ir ao encontro de todas as necessidades e de cada um.

“A Educação Social é assim, uma profissão que requer conhecimentos especializados adquiridos pela formação, tanto nas competências como nos conhecimentos teóricos, históricos e culturais, subjacentes aos procedimentos da profissão. Ainda que em processo de legitimação e reconhecimento profissional, em campos de intervenção social povoados por uma diversidade de atores socioeducativos, a Educação Social lega nos seus profissionais uma pluralidade de conhecimentos, assentes em práticas pedagógicas humanizadas, que incitam o desenvolvimento pessoal e social.”

(Ana Camões, 2018, p. 45)

A Educação Social é uma área profissional que se insere no campo epistemológico da Pedagogia Social, que se refere à prática educativa que se desenvolve no campo do trabalho social, no qual, se junta a outros saberes. Nesse sentido, a Pedagogia Social assume-se como o saber de referência da Educação Social, podendo assim considerar como um fator de integração e coesão necessária para o acompanhamento de trajetórias de vida.

A Educação Social não se define como prática da Pedagogia Social, mas sim como uma disciplina, como uma área de saber específica dentro da Pedagogia Social, onde procura “(...) as ferramentas teóricas necessárias para uma intervenção no terreno que vise ajudar a tecer laços sociais e criar situações de aprendizagem potenciadoras de felicidade, de bem-estar e de autonomia de vida.” (Ana Vieira, 2016, p.25).

A sociedade atual perpetua rotas de exclusão, onde é evidente a necessidade de uma intervenção imediata centrada na vida social, onde se iniciam os processos de vulnerabilidade humana. Para que exista solidariedade é necessário despertar a consciência humana, provocando assim a compaixão, trazendo sentido à vida social respeitando cada pessoa, inclusive os mais vulneráveis. As pessoas são únicas e estão em constante mudança e desenvolvimento, tentando fazer parte de uma sociedade que está repleta de vícios e vulnerabilidades que afetam principalmente os mais frágeis.

“A educação social surge-nos como uma das áreas mais importantes de intervenção sociopedagógica, ainda que não exclusiva, correspondendo àquela que melhor corporiza o património histórico da pedagogia social, (...) promovendo as condições de perfectibilidade e educabilidade de todas as pessoas, em particular das mais vulneráveis, que se situa o ponto de ancoragem essencial do «êthos» (carácter) da educação social.”

(Isabel Baptista, 2012. p.39)

A Pedagogia Social é uma abordagem educativa que vai além do simples amparo social, promovendo o desenvolvimento ético e a capacitação das pessoas para se tornarem protagonistas das suas próprias histórias de vidas e da comunidade ao seu redor. Essa perspectiva enfatiza a importância de criar oportunidades que permitam às pessoas desenvolverem competências sociais, emocionais e éticas, tornando-se agentes ativos na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

“Devemos ter acreditado na nossa capacidade de fazer a diferença: diferença no curso da nossa própria vida, mas também no mundo em que ela é vivida. Resumindo: devemos ter acreditado que somos artistas capazes de criar e moldar as coisas, tanto quanto podemos ser, nós mesmos, um produto dessa criação e moldagem...”

(Zygmunt Bauman, 2017, p. 77)

Concluimos assim pela pertinência da Pedagogia Social no seio das ciências sociais e humanas, em particular das ciências da educação, de modo a enquadrar o conhecimento produzido no âmbito da inclusão e da solidariedade social. Ou seja, no âmbito da intervenção socioeducativa.

Capítulo 2

Educação Inclusiva e Solidariedade Social

2.1 Explicitação Conceptual

A noção de inclusão é um conceito que defende a inclusão social de todas as pessoas, em cumprimento dos direitos humanos. Neste sentido, a educação inclusiva refere-se à integração e acolhimento de todos os estudantes no sistema educativo, independentemente de quaisquer condições, sejam elas religiosas, físicas, étnicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, entre outras.

“A necessidade de uma intervenção que torne os sujeitos capazes de decidir e de agir responsabilmente num mundo que urge transformar e melhorar é posta em causa quando, através da radicalização do discurso da emancipação, se desvalorizam as estruturas sociais de apoio.

(Adalberto Dias de Carvalho e Isabel Baptista, 2004, p.53)

A educação inclusiva é um compromisso contínuo de todos os membros da comunidade educativa, que garanta intervenções atempadas, por forma a promover a participação, a realização de avaliações colaborativas e basear-se em evidências, sendo assim possível a criação de um ambiente onde todos os educandos possam prosperar. Para isso acontecer é necessário um esforço coordenado e dedicado, mas os benefícios para os educandos, a comunidade escolar e a sociedade como um todo são imensuráveis.

“Garantir a inclusão enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades de todos e de cada um dos alunos, exige uma intervenção atempada e orientada para o aumento da participação na aprendizagem, na cultura escolar e na comunidade educativa. Isto implica uma avaliação em que todos os intervenientes cooperem e partilhem saberes e informações significativas, dando suporte à tomada de decisões. Neste sentido, a mobilização de medidas de suporte à aprendizagem e inclusão deve ser, sempre, informada em evidências.”

(Marisa Carvalho, 2018, p.32)

Segundo o autor David Rodrigues (2006, p.302), “(...) é preciso não invocar o nome da inclusão em vão (...)”, destaca a necessidade de tratar a inclusão como um compromisso genuíno e não apenas como uma retórica vazia. A verdadeira educação inclusiva requer ações concretas e contínuas que vão além do discurso, garantindo que todos os educandos, independentemente de suas condições, tenham acesso equitativo à educação de qualidade.

Sabemos que não basta falar sobre inclusão, é essencial implementar políticas e práticas que realmente promovam a inclusão envolvendo mais recursos, a capacitação de professores e a criação de ambientes acessíveis e acolhedores.

Esta deve ser uma responsabilidade compartilhada por toda a comunidade escolar como administradores, professores, educandos e famílias, sendo que cada grupo tem um papel fundamental a ser desempenhado na construção de um ambiente mais inclusivo. É crucial criar uma cultura escolar que combata todos e quaisquer preconceitos e estigmas. Este trabalho pode ser feito através de campanhas de sensibilização e programas de educação sobre a diversidade e a inclusão.

Invocar o nome da inclusão não deve ser um gesto simbólico, mas sim um compromisso real e profundo com a criação de ambientes educacionais que acolham e valorizem a diversidade, exigindo assim ações concretas, colaboração contínua e um compromisso inabalável com a justiça e a equidade educacional. Ao fazer isso, as escolas podem transformar a retórica inclusiva numa realidade vivida por todos os educandos.

A educação inclusiva é um processo contínuo de melhoria do sistema educativo para que todos os estudantes, independentemente de suas condições, possam aprender juntos e desenvolver todo o seu potencial requerendo assim, um compromisso de toda a sociedade em promover um ambiente educacional acessível, respeitoso e equitativo.

Autores como Tony Booth, Mel Ainscow e Alan Dyson, realizaram estudos importantes sobre práticas inclusivas e desenvolvimento escolar, explorando como políticas e práticas educacionais podem ser transformadas para apoiar melhor a inclusão.

“Injetar “atitude” na melhoria da escola significa renunciar a esta pretensão de neutralidade de valores. Lembra-nos que as escolas estão ocupadas com a forma como as pessoas aprendem juntas, como se tratam umas às outras e como aprendem

a viver num mundo comum. Assim, a melhoria da escola torna-se muito mais do que um processo técnico de aumentar a capacidade das escolas para gerar determinados resultados mensuráveis. Envolve diálogos sobre princípios éticos e a forma como estes podem ser relacionados com os currículos, as abordagens ao ensino e à aprendizagem e a construção de relações dentro e fora das escolas.”

(Tony Booth, Mel Ainscow e Alan Dyson, 2006, p. 12)

A melhoria das escolas não pode ser tratada de forma neutra ou desprovida de valores. Em vez disso, implica adotar uma postura ativa e comprometida, reconhecendo e integrando valores específicos que promovem a inclusão, a equidade e a justiça. Para que tal possa ser possível, envolve-se uma abordagem consciente e deliberada na implementação de políticas e práticas educativas que reflitam e promovam esses valores fundamentais, em oposição a uma posição supostamente neutra ou imparcial que pode ignorar as necessidades diversas dos estudantes.

Embora não focado exclusivamente na educação inclusiva, o autor Paulo Freire influenciou significativamente o campo com a sua pedagogia crítica, defendendo uma educação que valorize a dignidade e o potencial de todos os indivíduos.

“O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já, não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.”

(Paulo Freire, 1981, p.44)

A citação mencionada significa que o educador não é apenas um transmissor de conhecimento, mas também um aprendiz constante. Ao interagir com os educandos, o educador aprende com suas experiências, perspectivas e questionamentos, enriquecendo o seu próprio entendimento e prática pedagógica. A importância da reciprocidade e da evolução contínua, transforma a relação entre educador e educando numa parceria colaborativa e enriquecedora.

Estes princípios humanistas são fundamentais para a concretização de uma educação inclusiva, pois promovem o respeito pela diversidade e o reconhecimento da dignidade de cada indivíduo. Ao abraçar valores como a empatia, a solidariedade e a justiça social, a educação inclusiva permite que todos os educandos, independentemente das suas capacidades ou contextos, se sintam valorizados e integrados no ambiente escolar. Assim, contribui-se não apenas para a formação académica, mas também para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e participativos, capazes de construir uma sociedade mais equitativa e harmoniosa.

2.2 Princípios, Valores e Metas Educacionais

Como vimos no ponto anterior, a educação inclusiva visa garantir que todos os educandos, independentemente de suas características pessoais ou contextos, tenham acesso a uma educação de qualidade e na área da educação, contribui significativamente para a compreensão e sejam respeitados e valorizados no ambiente escolar. Ou seja, não se trata de garantir apenas educação para todos, é preciso que essa educação seja pautada por princípios e valores humanistas, de inclusão e solidariedade social.

A educação inclusiva é um conceito fundamental para garantir que todos os educandos, independentemente das suas necessidades, capacidades ou origens, tenham acesso a uma educação de qualidade e equitativa. Como dissemos anteriormente, o autor David Rodrigues, um renomado especialista promoção da educação inclusiva com suas abordagens e reflexões.

Neste sentido, a educação inclusiva requer a adaptação do sistema educativo para responder às diversas necessidades dos educandos. Isto significa que as escolas devem estar preparadas para oferecer uma variedade de recursos e estratégias pedagógicas que atendam a diferentes estilos de aprendizagem e necessidades individuais. Como tal, a

flexibilidade curricular e a personalização do ensino são essenciais para criar um ambiente onde todos os educandos possam prosperar.

Mencionando a autora Marisa Carvalho (2019, p.7), “(...) a escola inclusiva é uma escola onde todos aprendem, onde ninguém fica para trás, onde todos pertencem e onde cada um se sente escola (...)”, este conceito vai além da simples presença dos educandos com diferentes capacidades dentro da sala de aula, trata-se de criar um ambiente educativo que valorize e respeite a diversidade, promovendo a participação ativa de todos.

Uma escola verdadeiramente inclusiva deve assegurar que cada educando, independentemente das suas necessidades ou circunstâncias, tenha acesso a oportunidades de aprendizagem que considerem as suas singularidades. Em vez de adaptar os educandos ao sistema, o sistema educativo deve ser capaz de se adaptar a cada educando, reconhecendo as suas capacidades e potencialidades.

Por forma a garantir uma prática inclusiva efetiva, os professores e demais profissionais da educação precisam estar adequadamente preparados para lidar com a diversidade na sala de aula. A formação deve abordar não apenas as técnicas de ensino adaptadas, mas também as atitudes e práticas que promovem um ambiente inclusivo e acolhedor.

A ideia de que a inclusão só é verdadeira se realizada com e para todos implica que o processo educativo deve envolver ativamente todos os membros da comunidade escolar, incluindo alunos, professores, famílias e outros agentes educativos. A participação coletiva é crucial para garantir que as necessidades de cada indivíduo sejam reconhecidas e atendidas, promovendo um ambiente onde todos se sintam pertencentes e valorizados

Para a autora Marisa Carvalho (2019, p.5), “(...) a inclusão só é verdadeira se feita com todos e para todos (...)” e que “(...) todos os agentes educativos são fundamentais neste processo.” Ou seja, a inclusão não deve ser vista como uma responsabilidade de apenas alguns, mas sim como um compromisso de toda a comunidade educativa. Todos os agentes têm papéis fundamentais a desempenhar nesse processo, contribuindo para uma educação que respeite a diversidade e promova a equidade. A colaboração e a comunicação eficaz entre todos os envolvidos são aspetos essenciais para o sucesso da educação inclusiva.

A importância de construir uma cultura escolar que abraça a inclusão é evidente nas palavras da autora Marisa Carvalho, que enfatiza o papel fundamental de todos os agentes educativos nesse processo.

A educação inclusiva também destaca a importância da valorização e respeito pela diversidade, pois, para ele, a inclusão não deve ser vista apenas como uma forma de atender a necessidades específicas, mas como uma oportunidade para enriquecer o ambiente escolar e promover a convivência e o respeito entre diferentes culturas, habilidades e experiências.

"A verdadeira inclusão na educação não se limita a garantir a presença de todos os alunos na mesma sala de aula, mas envolve uma adaptação contínua das práticas pedagógicas e uma mudança na cultura escolar para promover a equidade e o respeito pela diversidade".

(David Rodrigues, 2019, p. 263).

Em resumo, o autor David Rodrigues contribui para a discussão da educação inclusiva ao enfatizar que a inclusão vai além da integração e requer uma abordagem holística que envolve adaptações curriculares, formação de educadores, colaboração entre partes interessadas e respeito pela diversidade. As suas ideias ajudam a moldar uma visão da educação inclusiva que é tanto prática quanto idealista, visando garantir que todos os alunos possam alcançar seu potencial máximo em um ambiente educacional que é verdadeiramente inclusivo e equitativo.

No seguimento do que foi dito, estabelecer metas específicas para a educação inclusiva da comunidade LGBTQIA+ segundo as evidências destes autores Marcia Leite e Michael C. C. de Almeida (2018, p.42), é crucial para garantir que todos os alunos, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de género, possam se sentir seguros, respeitados e valorizados no ambiente escolar.

Para tal, é imprescindível criar espaços seguros e inclusivos, como grupos de apoio ou clubes LGBTQIA+, onde estes alunos possam se expressar livremente e procurar apoio. A oferta de formação contínua para professores e funcionários sobre questões LGBTQ+, é uma mais-valia e visa a redução de preconceitos e aumenta a conscientização.

Deve existir uma preocupação na incorporação de temas relacionados à diversidade sexual e de género em matérias como história, literatura e estudos sociais, por forma a garantir uma melhor informação.

Por outro lado, a escola também pode optar por executar programas de sensibilização e educação sobre diversidade sexual e de género para todos os alunos de todas as idades, através de atividades e eventos como palestras, debates e campanhas de conscientização. Por forma a auxiliar esta sensibilização a escola pode participar e promover eventos como o Mês do Orgulho LGBTQ+ (junho) e o Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, celebrado anualmente no dia 17 de maio.

A escola deve ser capaz de oferecer serviços de aconselhamento e apoio psicológico sensíveis às questões LGBTQIA+, garantindo assim, que os psicólogos, educadores sociais e outros profissionais de apoio estejam preparados para lidar com questões relacionadas à orientação sexual e identidade de género.

Como forma de conseguir chegar a um maior número de pessoas possível, a escola deverá promover workshops e recursos para pais sobre como apoiar filhos LGBTQIA+ e promover um ambiente familiar inclusivo, segundo Kathy L. W. L. McMahon (2019, P.158), “As escolas devem criar espaços de diálogo e proporcionar treinamento aos pais para que possam compreender e apoiar melhor as experiências de seus filhos LGBTQIA+.”

A colaboração com organizações e grupos comunitários que promovem os direitos desta comunidade fornecem os recursos e o apoio suplementar. Nunca esquecer esta triangulação entre escola, família e comunidade por forma a promover uma comunicação aberta sobre questões de inclusão e diversidade.

Estas estratégias e metas auxiliam a criar um ambiente educativo que não apenas acolhe, mas também efetiva e valoriza a diversidade sexual e de género, promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo e positivo para todos.

Tais metas só serão possíveis de realizar com o compromisso de toda a comunidade educativa e social envolvente. É emergente assegurar estas metas e propostas para uma melhor e mais saudável convivência entre pares.

Em síntese, percebemos que os princípios, valores e metas educacionais são fundamentais para orientar e moldar o processo educativo, garantindo que este não apenas transmita conhecimento, mas também promova o desenvolvimento integral dos alunos. A inclusão e a equidade, assegura que todos os alunos tenham acesso a oportunidades iguais de aprendizagem, independentemente das suas características pessoais. O respeito pela diversidade é crucial, valorizando diferentes origens culturais e linguísticas, e a aprendizagem deve ser centrada no aluno, adaptando-se às suas necessidades e ritmos individuais. Para além disso, a educação deve promover o desenvolvimento integral, abordando aspetos cognitivos, emocionais, sociais e éticos.

Os valores educacionais visam incluir a responsabilidade, que encoraja os alunos a assumirem o controle do seu próprio aprendizado e das suas ações. A solidariedade é promovida para criar um ambiente de cooperação e apoio mútuo. A justiça e a igualdade são essenciais para garantir que todos os alunos tenham acesso e oportunidades iguais no sistema educativo, enquanto o respeito e a tolerância são fundamentais para fomentar um ambiente escolar seguro e inclusivo.

Por fim, as metas educacionais visam garantir o sucesso académico de todos os alunos, preparando-os adequadamente para a vida e para o mercado de trabalho, desenvolvendo habilidades práticas e competências interpessoais. É importante fomentar o pensamento crítico e criativo, encorajando a análise e a resolução inovadora de problemas. Finalmente, a educação deve promover valores éticos e a cidadania, preparando os alunos para serem cidadãos responsáveis e ativos na sociedade compreendendo a educação inclusiva em todos os níveis de ensino.

2.3 Educação Inclusiva e Ensino Superior

À luz de uma educação para todos ao longo de toda a vida a educação tem de ser inclusiva, em todos os níveis de ensino, incluindo o Ensino Superior.

No Ensino Superior, a inclusão torna-se especialmente crucial, pois é nesta fase que os estudantes se preparam para ingressar no mercado de trabalho e participar ativamente da sociedade. Uma educação inclusiva contribui para a formação de profissionais mais competentes, sensíveis e conscientes das realidades sociais que os cercam.

A implementação de práticas inclusivas requer a colaboração de toda a comunidade educativa, visando a criação de uma cultura de respeito e valorização da diversidade. Ao fazer isso, a educação assume um papel transformador, não só na vida das estas pessoas, mas também na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, entrando oficialmente em vigor em 2016, define as prioridades e os desejos de um desenvolvimento sustentável a nível global para 2030 procurando mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns.

São 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que representam uma chamada de atenção urgente à ação de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – para uma aliança global. Os ODS reconhecem que a erradicação da pobreza e outras privações devem ser acompanhadas de estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento económico – ao mesmo tempo que combatem as alterações climáticas e preservam os ecossistemas.

Os ODS definem as prioridades e aspirações globais para 2030 em áreas que afetam a qualidade de vida de todos os cidadãos do mundo e daqueles que ainda estão para vir. Estes objetivos globais assumidos pelos 193 países das Nações Unidas, fixam metas através do estabelecimento de uma linguagem comum para todos os *stakeholders*, assegurando a sustentabilidade, com foco em áreas críticas para a humanidade, e estruturam-se em torno de 5 Princípios: Planeta, Pessoas, Prosperidade, Paz e Parcerias.

Dando foco ao tema o objetivo 4 fala sobre “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.” (Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2015, p.17)

Para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos deve-se promover a aprendizagem ao longo da vida, eliminando as disparidades de género na educação.

Começando por garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a cuidados e desenvolvimento de qualidade na primeira infância, assim como, a igualdade de acesso a todos os níveis de educação para os mais vulneráveis, incluindo minorias pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade.

Uma educação de qualidade não é apenas sobre a transmissão de conhecimento acadêmico, mas também sobre o desenvolvimento de competências sociais, emocionais e práticas que permitam aos alunos prosperar na vida pessoal e profissional. Entendendo a equidade como um conceito exemplar, ela atua na educação oferecendo recursos e apoio personalizados para garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de sucesso, independentemente de suas circunstâncias individuais.

Para garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, é fundamental implementar políticas e práticas que abordem cada um desses componentes de forma integrada. Para que tal possa ser possível, é necessário um compromisso contínuo dos governos, educadores, comunidades e organizações nacionais e internacionais para construir sistemas educativos que sejam verdadeiramente inclusivos e capazes de preparar todos os indivíduos para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de um mundo em constante transformação.

O objetivo 5 (Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2015, p.18), reforça a ideia de que é preciso “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e raparigas.”

Erradicar todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em todos os lugares, eliminando todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas pública e privada, incluindo tráfico, exploração sexual e outros tipos. É de caráter urgente garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades de liderança.

Como vimos no primeiro capítulo, a educação é uma ferramenta poderosa para empoderar mulheres e meninas, fornecendo-lhes o conhecimento e as habilidades necessárias para participarem plenamente na sociedade, tendo como a violência de gênero

uma violação grave dos direitos humanos e um obstáculo significativo para o empoderamento das mulheres.

Segundo o Relatório da UNESCO (2021, p. 11), “A educação deve ser acessível a todos, garantindo que cada indivíduo, independentemente de sua origem, possa participar plenamente da sociedade.” A educação inclusiva visa eliminar barreiras e promover a equidade, permitindo que pessoas de diferentes origens sociais, étnicas e econômicas tenham as mesmas oportunidades de aprender e prosperar.

Este princípio defende que a educação é um direito humano fundamental e deve ser uma ferramenta de transformação social. A promoção da acessibilidade na educação não só enriquece o ambiente de aprendizagem, mas também fortalece a coesão social, ao permitir que diversos pontos de vista e experiências sejam partilhados e valorizados.

Por forma a garantir esse empoderamento, a participação ativa das mulheres na política e em processos de tomada de decisão é fundamental para a promoção de políticas inclusivas e equitativas.

Conseguir a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas requer um esforço coordenado e multifacetado, envolvendo governos, organizações internacionais, sociedade civil e o setor privado. É fundamental implementar políticas inclusivas, eliminar barreiras estruturais e promover uma cultura de igualdade e respeito.

O objetivo 10 (Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2015, p.25), fala-nos sobre “Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.”

Capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou condição económica ou outra. Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, eliminando leis, políticas e práticas discriminatórias.

As desigualdades, sejam elas económicas, sociais ou políticas, criam barreiras para o progresso e perpetuam ciclos de pobreza e exclusão, sendo que, as políticas de proteção social são vitais para proteger os mais vulneráveis e promover a inclusão social.

Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre países exige uma abordagem multifacetada e integrada, que inclua políticas económicas inclusivas, acesso universal a serviços básicos de qualidade, proteção social, promoção da igualdade de género, cooperação internacional e sustentabilidade. Implementar estas estratégias requer o compromisso e a colaboração de governos, organizações nacionais internacionais, sociedade civil e setor privado para criar um mundo mais justo e equitativo para todos.

O objetivo 16 (Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2015, p.30), fala em “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.”

Para se conseguir promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas, é indispensável a redução significativa de todas as formas de violência possível. Extinguir o abuso, a exploração e o tráfico e todas as formas de violência e tortura de crianças e promover o estado de direito nos níveis nacional e internacional.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas é fundamental para o bem-estar de todos os cidadãos e para a promoção do desenvolvimento sustentável, assegurando também o acesso à justiça para que todos os indivíduos possam reivindicar e proteger seus direitos, progredindo com a troca de conhecimentos e melhores práticas entre países para abordar desafios comuns e alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Para finalizar, o objetivo 17 (Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2015, p.32), tem como preocupação “Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.”

Revigorar a parceria global para o desenvolvimento sustentável para que se possa apoiar a criação de fortes parcerias ODS por forma a atingir as metas ambiciosas da Agenda 2030. São imprescindíveis as reuniões entre os governos nacionais e a comunidade internacional.

Este objetivo envolve aumentar a eficácia dos recursos, melhorar a colaboração internacional e garantir que todos os países, especialmente os mais vulneráveis, possam avançar em direção ao desenvolvimento sustentável, onde a mobilização adequada de

recursos financeiros é crucial para implementar e sustentar políticas e programas de desenvolvimento sustentável.

Em Portugal, de acordo com a *Rainbow Map* (2024), a situação da comunidade LGBTQIA+ tem avançado significativamente nas últimas décadas, refletindo uma mudança social e política positiva. Portugal tem uma das legislações mais progressistas em relação aos direitos LGBTQIA+ na Europa. A união de facto foi legalizada em 2001 e, em 2010, o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi aprovado, permitindo que casais LGBTQIA+ tenham os mesmos direitos que casais heterossexuais, incluindo direitos de adoção.

A Lei de Identidade de Género foi aprovada em 2011 segundo o Diário da República (<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/7-2011-278187>, consultado a 8 de setembro de 2024), permite que pessoas trans mudem de género legalmente sem a necessidade de cirurgia. Em 2018, uma nova lei foi aprovada para simplificar e desburocratizar o processo de mudança de nome e género, tornando-o mais acessível. No mesmo ponto de vista, Portugal tem leis contra discriminação com base na orientação sexual e identidade de género, e há um marco legal que protege a comunidade LGBTQIA+ em várias áreas, incluindo emprego e acesso a bens e serviços.

Cada letra da sigla representa um grupo de pessoas no seu singular, onde esses coletivos têm símbolos e reivindicações próprias. Mover-se em conjunto não presume, nem sequer reproduz, uma identidade coletiva, mas sim vivências que abarcam lutas e ruturas próprias, e, também, acolhimento e solidariedade. Posto isto, as bandeiras do movimento são formas de procurar visibilidade e apresentar orgulho nas suas identidades dentro e fora da comunidade.

Organizações não governamentais e grupos comunitários desempenham um papel importante na educação e na sensibilização. Contudo, apesar dos avanços legais, ainda existem desafios. A discriminação social e a violência baseada em orientação sexual ou identidade de género, embora menos frequentes, ainda ocorrem. A visibilidade e o apoio a questões específicas, como a saúde mental e o bem-estar dos jovens da comunidade LGBTQIA+, são áreas que ainda precisam de atenção e melhorias.

A Marcha LGBTQIA+ em Portugal, também conhecida como Marcha do Orgulho LGBTQIA+, é um evento importante para a visibilidade, reivindicação de direitos e a celebração da diversidade sexual e de género. A marcha é organizada anualmente em várias cidades do país e desempenha um papel crucial na promoção da aceitação e igualdade para a comunidade LGBTQIA+.

A primeira Marcha do Orgulho LGBTQIA+ em Portugal ocorreu em 2009 em Lisboa. Desde então, o evento tem crescido em tamanho e importância, refletindo uma maior aceitação e visibilidade da comunidade LGBTQIA+ no país. Inicialmente centrada em Lisboa, a marcha expandiu para outras cidades, incluindo Porto, Faro, e outras localidades. Cada cidade tem seu próprio evento, geralmente alinhado com o orgulho e a reivindicação dos direitos LGBTQIA+.

A principal finalidade da marcha é aumentar a visibilidade da comunidade LGBTQIA+ e chamar a atenção para questões de direitos humanos e igualdade. O evento oferece uma plataforma para a comunidade expressar as suas reivindicações e destacar as lutas enfrentadas. Além de protesto e reivindicação, a marcha é também uma celebração da diversidade, sendo esta uma oportunidade para os membros da comunidade LGBTQIA+ e os seus parceiros se reunirem e celebrarem a sua identidade e conquistas. O evento também serve para educar o público em geral sobre as questões enfrentadas pela comunidade e promover a aceitação e o respeito.

A marcha é frequentemente organizada por organizações não governamentais e associações que trabalham pelos direitos LGBTQIA+, como a ILGA Portugal e a Rede Ex Aequo. Estas organizações desempenham um papel crucial na coordenação e promoção do evento. A marcha atrai uma ampla gama de participantes, incluindo membros da comunidade LGBTQIA+, aliados, organizações de direitos humanos, e o público em geral. A diversidade dos participantes reflete o carácter inclusivo e celebrativo do evento, onde geralmente inclui desfiles, discursos, música, performances culturais e eventos educativos. Pode haver também atividades de conscientização ao longo do percurso.

Contudo, apesar dos avanços, ainda existem desafios, como a persistência de preconceitos e a discriminação. A marcha enfrenta ocasionalmente oposição e provocações, mas continua a ser um símbolo importante de resistência e progresso.

De modo geral, Portugal tem mostrado um compromisso crescente com a igualdade e os direitos da comunidade LGBTQIA+, mas como em muitos outros lugares, o progresso contínuo é necessário para enfrentar os desafios persistentes e garantir uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa.

“Para algumas pessoas da sociedade, a sigla LGBTQIA+ pode ser apenas um amontoado de letras reunidas que a cada ano se multiplicam, mas observamos que o objetivo do movimento é que um número cada vez maior de pessoas tenha a sua existência representada por suas pautas defendidas na sociedade, onde se, por um lado, reconhecer que faz parte de algo é um alívio, por outro, a pressão social não diminui.”

(André Brasil, 2023, p.20)

A forma de representação mais frequentemente associado ao movimento e à marcha LGBTQIA+ é o arco-íris, criado em 1978 pelo norte-americano Gilbert Baker, onde cada uma das cores tem um significado próprio e o seu conjunto simboliza a diversidade sexual. Importa referir que, que ao longo dos anos houve uma complementação, sendo posteriormente somadas a essa bandeira da multiplicidade, as cores branca, rosa e azul, que remetem ao orgulho transgénero, e, também, listras que fazem alusão ao movimento antirracista, e um círculo roxo sobreposto a um triângulo amarelo, em alusão aos direitos das pessoas intersexo.

De forma geral, a educação inclusiva em Portugal tem avançado significativamente, com uma série de políticas e práticas implementadas para promover um ambiente educativo e social mais acessível e equitativo, incluindo aqueles com diversas identidades. Embora o Ministério da Educação tenha diretrizes gerais sobre inclusão, não há documentos específicos amplamente difundidos sobre a inclusão de estudantes LGBTQIA+. As escolas são incentivadas a promover ambientes seguros e respeitosos para todos os alunos, mas a aplicação prática pode variar.

Existe uma crescente demanda na formação específica para professores sobre como lidar com a diversidade sexual e de género. Contudo, a formação em educação inclusiva ainda não é amplamente especializada em questões LGBTQIA+. Programas de formação e *workshops* específicos são oferecidos por algumas ONG's e associações, mas não são obrigatórios para todos os educadores.

Várias ONG's e associações em Portugal trabalham para promover a inclusão e o apoio a alunos da comunidade LGBTQIA+. Por exemplo, a ILGA Portugal realiza campanhas de sensibilização e oferece recursos educativos sobre questões esta comunidade. Por sua vez, algumas escolas e municípios têm implementado projetos piloto focados na inclusão de diversidade sexual e de género. Estes projetos podem incluir formação para professores, eventos educativos e iniciativas de apoio para pessoas da comunidade LGBTQIA+.

A inclusão das pessoas desta comunidade como parte da educação inclusiva e, dessa maneira, do cumprimento os direitos humanos deve promover um ambiente escolar que respeite a diversidade. A educação deve ser um espaço seguro e acolhedor para todos, independentemente da orientação sexual ou identidade de género. Integrar a discussão sobre a diversidade sexual e de género no currículo escolar não só ajuda a desmistificar preconceitos, mas também promove a empatia e o respeito entre os alunos.

Capítulo 3

Direitos Humanos, Vulnerabilidade e Inclusão Social

3.1 Pessoas e Grupos Humanos Vulneráveis

As Pessoas e Grupos Humanos Vulneráveis referem-se a indivíduos ou comunidades que, devido a diversas razões, encontram-se em situações de maior risco ou exposição a danos. A vulnerabilidade é uma condição multifacetada que pode resultar de diversos fatores sociais, económicos, culturais e políticos, e manifesta-se de diferentes maneiras dependendo do contexto, podendo ser entendida como a predisposição a sofrer danos e a dificuldade de se recuperar das adversidades.

“Refere-se a segmentos da população que são mais suscetíveis a sofrer danos, discriminação ou desvantagem devido a vários fatores, como suas circunstâncias sociais, económicas, geográficas ou físicas. Esses grupos podem enfrentar riscos maiores, ter acesso limitado a recursos ou oportunidades e exigir apoio e proteção específicos para garantir seu bem-estar e sua participação igualitária na sociedade. Os grupos vulneráveis podem variar em diferentes contextos, mas alguns exemplos comuns incluem crianças, idosos, pessoas com deficiências, mulheres e meninas, minorias étnicas e raciais, pessoas LGBTQIA+, imigrantes e migrantes, pessoas refugiadas e pessoas deslocadas, etc. É importante observar que esses grupos não são mutuamente exclusivos, e as pessoas podem pertencer a vários grupos vulneráveis simultaneamente.”

(Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência,
2024)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), foi adotada a 10 de dezembro de 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, e representa um marco na luta pelos direitos humanos em todo o mundo. A DUDH é considerada um marco na luta pelos direitos humanos, pois foi um dos primeiros esforços globais para codificar e garantir esses direitos básicos, estabelecendo padrões universais para todos os

países. Esta declaração vem sustentar todo este ponto, visto ser o documento mais completo sobre as vulnerabilidades humanas até ao momento.

O documento enfatiza a ideia de que todos os seres humanos são iguais em dignidade e direitos, afirmando que a proteção dos direitos humanos é essencial para a paz e a segurança mundial. “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, p. 1).

Desde a sua adoção, a DUDH tem sido uma referência fundamental para o desenvolvimento de legislações e políticas de direitos humanos em vários países, influenciando tratados internacionais e a criação de mecanismos de proteção dos direitos das minorias e grupos vulneráveis.

"Toda a pessoa tem o direito a todos os direitos e liberdades proclamados nesta Declaração, sem qualquer distinção, como raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra índole, origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou qualquer outra situação."

(Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, p. 1).

Organizações não governamentais, ativistas e governos têm utilizado a DUDH como base para suas reivindicações e lutas por justiça social, pois "Toda a pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação e cuidados médicos." (1948, p. 4).

Existem diversos grupos de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade humana, entre estes grupos estão as pessoas idosas que são um dos grupos humanos vulneráveis, pois enfrentam uma série de desafios específicos relacionados ao envelhecimento. Com o avançar da idade, muitas pessoas idosas podem sofrer limitações físicas e cognitivas, o que pode impactar a sua capacidade de viver de forma independente e realizar atividades cotidianas. Além disso, problemas de saúde crónicos são mais comuns nessa faixa etária, exigindo cuidados médicos contínuos e, em muitos casos, assistência de longo prazo.

Um dos aspetos que contribuem para a vulnerabilidade das pessoas idosas é o isolamento social. À medida que envelhecem, as pessoas perdem contactos sociais

importantes, como amigos e cônjuges, o que pode levar à solidão e ao isolamento. O isolamento não só afeta o bem-estar emocional, mas também pode agravar problemas de saúde física e mental, tornando as pessoas idosas mais suscetíveis à depressão e ansiedade.

Existe uma preocupação relativa à dependência económica destas pessoas idosas, por viverem com renda fixa, como reformas ou pensões, que podem ser insuficientes para suportar todas as suas necessidades, especialmente em casos de cuidados médicos. Além disso, as pessoas idosas podem ainda ser alvo de abuso financeiro, tanto por parte de desconhecidos quanto de familiares, exacerbando sua situação de fragilidade.

Tracey Gendron (2022, p. 102), destaca que “(...) enfrentar o preconceito etário é essencial para promover a inclusão e o respeito por todas as idades.” O preconceito etário, ou etarismo, que se manifesta através de atitudes e comportamentos discriminatórios baseados na idade leva-nos a refletir sobre as dificuldades que existe no acesso ao mercado de trabalho, mesmo para aqueles que ainda desejam ou precisam trabalhar, e na falta de respeito ou valorização das suas contribuições e experiências. Apesar disso, a autora Becca Levy (2022, p. 24), afirma que “(...) crenças positivas sobre o envelhecimento podem oferecer uma vantagem média de sobrevivência de 7,5 anos.”

Jacques Delors (1997, p.80), afirma que “(...) a educação ao longo de toda a vida permite ordenar as diferentes sequências de aprendizagem, gerir as transições, diversificar os percursos, valorizando-os.”

É necessário promover serviços de saúde acessíveis e de qualidade, o incentivo a programas de convivência e inclusão social, a garantia de segurança económica por meio de reformas adequadas e a conscientização da sociedade sobre a importância de respeitar e valorizar as pessoas idosas. A construção de uma sociedade mais inclusiva e acolhedora para as pessoas idosas é fundamental para assegurar que possam viver com dignidade e bem-estar.

Crianças e adolescentes são outro grupo humano vulnerável devido à sua fase de desenvolvimento e dependência de adultos para cuidados, proteção e orientação. Durante esses períodos críticos da vida, eles estão a desenvolver a sua identidade, adquirindo

habilidades e valores, e são especialmente suscetíveis a influências externas, tanto positivas quanto negativas.

Uma das principais razões para a vulnerabilidade de crianças e adolescentes é a dependência que têm dos seus cuidadores ou tutores legais para suprir as suas necessidades básicas, como a alimentação, o abrigo, a educação e o afeto. Quando estas necessidades não são adequadamente atendidas, eles podem sofrer consequências sérias tanto no seu desenvolvimento físico como emocional e cognitivo. Crianças e adolescentes que vivam em ambientes de violência, abuso ou negligência estão particularmente em risco de danos que podem ter efeitos duradouros ao longo de toda a sua vida.

“Toda a pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação e cuidados médicos.” Este artigo é particularmente relevante para crianças e adolescentes, enfatizando a necessidade de garantir um padrão de vida que suporte seu desenvolvimento e bem-estar.”

(Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, p. 4)

Por diversas vezes, estas crianças e adolescentes, não têm a capacidade ou meios para expressar as suas necessidades ou para se defender contra abusos e exploração, pois existe falta de poder e voz na sociedade por parte destas pessoas, deixando-os assim à mercê de adultos que, em alguns casos, podem não ter as melhores intenções. Infelizmente pode ocorrer também situações de trabalho infantil, exploração sexual, tráfico e casamento infantil que são exemplos extremos, mas ainda comuns, de como esta vulnerabilidade pode ser explorada.

“A força do dever, deve ser regulamentada pela moral, na restrição de comportamentos socialmente não válidos, é fundamental para a prossecução de sociedades sustentadas pelo equilíbrio do valor de justiça, de aceitação do outro (...). Contudo, é na irreverência perante o conformismo e incompletude normativa que se traçam percursos de perfeitibilidade humana, na interpelação e na predisposição de uma relação dialógica com o outro.”

(Ana Camões, 2018, p.78)

A educação é um aspeto crucial que impacta a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, onde o acesso a uma educação de qualidade é fundamental para o seu desenvolvimento e para a quebra do ciclo de pobreza e marginalização. No entanto, muitos enfrentam barreiras significativas para frequentar a escola, como pobreza, discriminação, conflitos armados ou desastres naturais, o que compromete as suas oportunidades futuras e perpetua a sua vulnerabilidade.

O acesso à saúde e ao bem-estar é essencial para o crescimento saudável de crianças e adolescentes, contudo, muitos não têm acesso a cuidados médicos adequados, vacinação, nutrição de qualidade ou apoio psicológico, especialmente em regiões de baixa renda ou em comunidades marginalizadas, resultando assim em problemas de saúde crónicos e dificuldades de desenvolvimento. Para proteger e promover o bem-estar de crianças e adolescentes, é vital que existam políticas públicas eficazes e sistemas de proteção social robustos, como leis que protejam contra abusos, programas de educação acessíveis e inclusivos, e serviços de saúde que atendam às suas necessidades específicas. A sociedade como um todo também tem um papel crucial, garantindo que crianças e adolescentes cresçam em ambientes seguros e acolhedores, onde possam desenvolver todo o seu potencial com dignidade e respeito.

As mulheres, em muitas sociedades, ainda são vistas como um grupo vulnerável, enfrentando desigualdades de género que as tornam mais suscetíveis à violência doméstica, discriminação no trabalho e falta de acesso a oportunidades. A vulnerabilidade das mulheres é frequentemente relacionada às desigualdades de género que permeiam muitas sociedades, manifestando-se de diversas formas, como discriminação, violência e falta de acesso a oportunidades.

Segundo Heleieth I. B. Saffioti, (2004, p. 56), “A violência de género pode ser vista como uma expressão concreta da desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres, perpetuada nas esferas doméstica, sexual, psicológica e até mesmo laboral.”

A violência doméstica, em particular, é uma realidade para muitas mulheres em todo o mundo, colocando-as em risco físico e emocional constante. A violência sexual, pode incluir assédio, violação e exploração, sendo uma grave ameaça, pois enfrentam dificuldades para obter justiça devido à normalização do comportamento abusivo e à falta de apoio institucional. Mesmo em sociedades onde as mulheres têm maior acesso à

educação e ao emprego, elas ainda enfrentam disparidades salariais, acesso limitado a posições de liderança e falta de reconhecimento no seu trabalho, especialmente em setores não remunerados, como o trabalho doméstico e de cuidados.

A saúde em muitas regiões, é de acesso limitado, como a serviços de saúde reprodutiva e sexual, o que pode levar a problemas graves como gravidez indesejada, complicações durante o parto e alta mortalidade materna. Práticas como a mutilação genital feminina e casamentos infantis forçados ainda afetam milhões de meninas e mulheres, perpetuando ciclos de violência e privação.

Normas de género rígidas e estereótipos prejudiciais limitam as oportunidades de educação, desenvolvimento pessoal e participação ativa na vida pública. Em algumas culturas, as mulheres são desencorajadas ou impedidas de assumir papéis de liderança ou de participar de decisões importantes, tanto em casa quanto na comunidade, o que perpetua sua marginalização.

A educação e a conscientização social são essenciais para desafiar e mudar normas culturais que perpetuam a discriminação e a violência contra as mulheres, por forma a criar uma sociedade onde as mulheres tenham as mesmas oportunidades, respeito e proteção que os homens é fundamental para o avanço dos direitos humanos e para a construção de um mundo mais justo e equitativo.

Os povos indígenas são um dos grupos humanos mais vulneráveis devido a uma combinação de fatores históricos, sociais, económicos e culturais que os colocam em situações de desvantagem e risco. Esta vulnerabilidade é resultado de séculos de colonização, marginalização e discriminação, que impactaram profundamente as suas terras, culturas e modos de vida.

Um dos principais fatores que contribuem para a vulnerabilidade dos povos indígenas é a questão territorial. Historicamente, as suas terras foram expropriadas ou invadidas, muitas vezes sem consulta ou compensação adequada. Estas terras não são apenas espaços de moradia, mas possuem um significado cultural, espiritual e de subsistência essencial para essas comunidades. A perda ou degradação destas terras, seja por desmatamento, mineração, agricultura intensiva ou grandes projetos de infraestrutura, ameaça a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas. A luta pela demarcação e

reconhecimento das suas terras continua a ser um desafio em muitas partes do mundo, resultando em conflitos que podem levar à violência e ao deslocamento forçado.

Esta exclusão reflete-se em indicadores sociais alarmantes, como maiores taxas de pobreza, menor expectativa de vida, e maiores índices de doenças evitáveis. A falta de acesso a uma educação de qualidade, que respeite e incorpore as suas línguas e culturas, também contribui para a perpetuação da vulnerabilidade, limitando as oportunidades de desenvolvimento económico e social.

O autor David Rodrigues levanta a necessidade de colaboração entre as diferentes partes interessadas na educação, sabendo que a inclusão não é uma responsabilidade apenas das escolas, mas envolve todos os atores na educação.

“A implementação da educação inclusiva exige não apenas a presença física dos alunos com necessidades educativas especiais nas escolas regulares, mas também a criação de um ambiente pedagógico que valorize a diversidade e promova a participação ativa de todos os alunos.”

(David Rodrigues, 2019, p. 127).

A preservação das culturas indígenas é um desafio significativo, pois as línguas indígenas estão a desaparecer a uma velocidade alarmante, e com elas, perdem-se conhecimentos tradicionais valiosos que têm sido transmitidos ao longo de gerações. Este conhecimento é fundamental não apenas para a identidade e coesão social das comunidades indígenas, mas também para a biodiversidade global e a sustentabilidade ambiental, já que muitas práticas tradicionais estão profundamente conectadas à gestão sustentável dos ecossistemas.

Os povos indígenas enfrentam vulnerabilidades específicas em relação à saúde, pois muitos vivem em áreas remotas com acesso limitado a serviços de saúde, e as práticas médicas convencionais nem sempre são culturalmente apropriadas ou acessíveis. Doenças infectocontagiosas, desnutrição, e problemas de saúde mental, agravados pela perda de terras e identidades culturais, são comuns em muitas comunidades indígenas. A falta de políticas públicas que respeitem e integrem as práticas de saúde tradicionais indígenas é uma lacuna significativa na promoção do bem-estar dessas populações.

É deveras urgente e crucial que os direitos dos povos indígenas sejam plenamente reconhecidos e respeitados, conforme estabelecido em cartas internacionais como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, incluindo o direito à autodeterminação, ao controlo sobre as suas terras e recursos, e à preservação das suas culturas e línguas. É fundamental promover a inclusão dos povos indígenas em processos de tomada de decisão que os afetam diretamente, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. A proteção dos povos indígenas não é apenas uma questão de justiça social, mas também de preservação da diversidade cultural e ambiental do planeta.

Pessoas da comunidade LGBTQIA+ enfrentam discriminação e violência devido à orientação sexual ou identidade de género, o que pode levar à exclusão social e dificuldades económicas. Uma das principais formas de vulnerabilidade enfrentada por pessoas desta comunidade é a discriminação e o preconceito. Sabemos que em diversas partes do mundo, estas pessoas enfrentam rejeição social e familiar, o que pode levar ao isolamento, à falta de apoio emocional e à exclusão social. A discriminação pode ocorrer em várias esferas da vida, incluindo o ambiente de trabalho, instituições educativas, serviços de saúde e espaços públicos, podendo resultar em dificuldades significativas no acesso a emprego, moradia e cuidados de saúde adequados, aumentando a vulnerabilidade económica e social.

A violência contra pessoas da comunidade LGBTQIA+ é outro aspeto crítico desta vulnerabilidade, onde a violência pode ser física, verbal ou psicológica e pode ocorrer tanto no espaço público quanto privado. Crimes de ódio, ataques motivados pela homofobia, transfobia e outras formas de discriminação são realidades assustadoras para muitas pessoas LGBTQIA+. Em algumas regiões, a violência é institucionalizada, com leis que criminalizam relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo ou que impõem punições severas a pessoas transgénero por expressarem sua identidade de género.

Pessoas transgénero, em particular, enfrentam desafios únicos e extremos pois são frequentemente vítimas de violência e discriminação em níveis alarmantes, incluindo o assassinato de pessoas trans, conhecido como trans feminicídio. Estas pessoas enfrentam também dificuldades específicas no acesso a serviços de saúde, particularmente em relação a cuidados de saúde trans específicos, como terapia hormonal e cirurgias de afirmação de género. A falta de reconhecimento legal da identidade de género em muitos

países agrava ainda mais sua vulnerabilidade, resultando em dificuldades no acesso a documentos de identidade, trabalho e outros serviços essenciais.

Segundo Meyer Ilan H. (2003, p. 675), “O estigma e a discriminação enfrentados por pessoas LGBTQIA+ são fatores de estresse crônicos que, ao longo do tempo, podem levar a uma saúde mental significativamente comprometida, incluindo níveis mais altos de depressão, ansiedade e risco de suicídio.”

A saúde mental é uma área de grande preocupação para a comunidade LGBTQIA+, pois existe a exposição contínua ao estigma, à discriminação e à violência que pode levar a altos níveis de stress, depressão, ansiedade e risco de suicídio entre estas pessoas. A falta de acesso a serviços de saúde mental que sejam inclusivos e culturalmente competentes agrava esses problemas, deixando muitos sem o apoio de que necessitam.

Em termos legais, a situação das pessoas LGBTQIA+ varia amplamente em todo o mundo. Enquanto alguns países reconhecem e protegem os direitos dessa comunidade, garantindo igualdade e proteção contra a discriminação, outros, a legislação é usada para reprimir e criminalizar sua existência. A luta por direitos, como o casamento igualitário, a adoção por casais do mesmo sexo e o reconhecimento legal das identidades de género, continua a ser uma batalha constante em muitas partes do mundo.

Refugiados e migrantes, que fogem de conflitos, perseguição ou desastres naturais, enfrentam desafios de integração, xenofobia e dificuldades económicas. A procura por segurança, melhores condições de vida ou simplesmente a sobrevivência leva milhões de pessoas a deslocarem-se anualmente, muitas vezes enfrentando riscos extremos e incertezas ao longo do caminho.

Uma das vulnerabilidades dos refugiados e migrantes é a falta de proteção legal e de direitos em seus novos contextos. Refugiados, por definição, são pessoas que foram forçadas a fugir dos seus países devido a perseguições, conflitos armados, violência generalizada ou violação dos direitos humanos, e que não podem ou não querem retornar por medo de perseguição. Migrantes, por outro lado, podem se deslocar por uma variedade de razões, incluindo pobreza extrema, desastres naturais ou procura por melhores oportunidades económicas. No entanto, ambos os grupos frequentemente enfrentam barreiras significativas ao tentar regularizar seu *status* noutros países, o que

pode resultar em uma existência legal precária, sem acesso a trabalho formal, educação ou serviços de saúde.

A filósofa Hannah Arendt (1951, p. 297), afirma que “os apátridas, antes de perderem todos os outros direitos, perderam o que faz de uma pessoa um membro da sociedade: o direito a ter direitos.”

Na verdade, os refugiados e migrantes estão frequentemente expostos a condições de vida degradantes e inseguras, onde muitas vezes, são forçados a viver em campos de refugiados superlotados ou em abrigos temporários sem acesso adequado a água potável, saneamento ou cuidados médicos. As condições nestes locais podem ser extremas, levando a surtos de doenças, desnutrição e um aumento na vulnerabilidade a abusos, incluindo violência sexual e exploração.

A exploração e o abuso, de facto, são riscos significativos para refugiados e migrantes, especialmente para mulheres, crianças e outros grupos marginalizados dentro dessas populações. O tráfico de pessoas é uma ameaça real, onde indivíduos vulneráveis podem ser forçados ao trabalho escravo, prostituição ou outras formas de exploração. As travessias perigosas que muitos migrantes enfrentam, como atravessar desertos ou cruzar mares em embarcações inseguras, frequentemente resultam em mortes ou desaparecimentos. Segundo Judith Butler (2004, p. 132), “(...) a vulnerabilidade do refugiado é imposta por um estado que lhe nega proteção.”

Outro desafio crítico enfrentado por refugiados e migrantes é a xenofobia e a discriminação nos países de destino. Em muitos lugares, eles são vistos com desconfiança ou hostilidade, enfrentando estigmatização e preconceito, o que por sua vez dificulta a sua integração nas comunidades locais, limitando suas oportunidades de emprego, acesso à educação e capacidade de construir uma vida nova e segura. A discriminação pode também ser institucionalizada, com leis e políticas que restringem severamente os direitos e a mobilidade desses grupos.

Refugiados e migrantes frequentemente sofrem de traumas devido à violência e perseguição que enfrentaram nos seus países de origem, bem como ao stresse extremo das jornadas que empreendem e às condições incertas que encontram ao chegar noutros

lugares. O acesso limitado a serviços de saúde mental e o estigma associado ao sofrimento psicológico podem agravar essas dificuldades.

O sociólogo Zygmunt Bauman (2016, p. 22), comenta que “os refugiados, na nossa sociedade, tornaram-se figuras do medo; a sua presença expõe as falhas do sistema que prometeu segurança, mas os desamparou.”

A comunidade internacional deve adotar medidas para que haja uma abordagem baseada nos direitos humanos em relação aos refugiados e migrantes, para que todos tenham acesso a proteção, independentemente do seu *status* legal, e que os direitos básicos à saúde, educação e trabalho sejam respeitados. É importante também que os países de destino implementem políticas de integração que combatam a xenofobia e promovam a inclusão social e económica dos migrantes e refugiados, por forma a haver cooperação internacional para abordar as causas profundas das migrações forçadas e para criar soluções duradouras que respeitem a dignidade e os direitos de todas as pessoas.

A população em situação de sem-abrigo está particularmente exposta a riscos elevados de violência, saúde precária e exclusão social. A falta de moradia adequada coloca estas pessoas numa posição de extrema precariedade, expondo-as a condições de vida perigosas e à exclusão social.

Philip Lynch (2005, P.34), explora a falta de moradia sob uma ótica de direitos humanos, afirmando que “(...) a falta de moradia deve ser entendida como uma questão de dignidade e direitos fundamentais.”

Vivendo nas ruas, estas pessoas estão sujeitas a mudanças climáticas extremas, como frio intenso, calor, chuva e vento, sem acesso a abrigo adequado, colocando em risco a sua saúde física, aumentando a probabilidade de doenças respiratórias, desidratação e outros problemas médicos, mas também afeta sua saúde mental, agravando sentimentos de desesperança, ansiedade e depressão. Nas ruas, elas são particularmente vulneráveis a agressões físicas, abuso sexual e roubo, muitas vezes sem possibilidade de proteção ou recurso à justiça. A falta de segurança pessoal pode levar a uma constante sensação de medo e vulnerabilidade, tornando a sobrevivência diária um desafio constante. Carla Afonso e Luís Capucha (2017, P.45), destacam que “(...) as políticas de

integração social e acesso à habitação devem ser prioridade para o combate ao sem-abrigo.”

A falta de acesso a cuidados de saúde é um fator crítico pelo facto destas pessoas não possuírem uma residência fixa. Estas pessoas têm frequentemente dificuldade em aceder a serviços médicos, o que agrava as suas condições de saúde, doenças infecciosas e problemas de saúde mental. Mesmo quando conseguem aceder a cuidados de emergência, a continuidade do tratamento é dificultada pela falta de estabilidade e apoio, o que pode resultar em complicações de saúde a longo prazo.

O isolamento social e a estigmatização são problemas adicionais enfrentados por pessoas sem abrigo. Elas frequentemente experimentam discriminação e rejeição por parte da sociedade, sendo tratadas como "invisíveis" ou como um "problema" a ser evitado. Este estigma não apenas reforça a exclusão social, mas também dificulta o acesso a serviços de apoio, como programas de reabilitação, treinamento profissional e assistência social. A perda de contactos familiares e comunitários pode agravar o sentimento de isolamento e desamparo.

A insegurança alimentar é uma preocupação constante para pessoas sem abrigo. Com recursos financeiros limitados ou inexistentes, elas muitas vezes dependem de doações de alimentos, refeitórios comunitários ou restos de comida. Situações como esta, não só coloca em risco a sua nutrição, mas também a sua dignidade, já que muitas vezes são forçadas a mendigar ou procurar alimentos em condições degradantes. A falta de habitação está também diretamente ligada à pobreza extrema e à exclusão do mercado de trabalho. Sem um endereço fixo, é difícil para essas pessoas conseguir ou manter um emprego, o que perpetua o ciclo de pobreza e falta de habitação.

A conscientização pública e a redução do estigma são fundamentais para criar uma sociedade mais inclusiva, onde todos, independentemente de sua situação, possam viver com dignidade e respeito.

Os trabalhadores informais são vistos como um grupo humano vulnerável devido à natureza precária e muitas vezes não regulamentada das suas condições de trabalho. Este grupo inclui uma vasta gama de ocupações, desde vendedores ambulantes e trabalhadores domésticos até trabalhadores em pequenos negócios e sectores de serviços informais. A

falta de formalização e regulamentação do seu trabalho coloca-os numa situação de vulnerabilidade económica e social significativa.

Uma das principais vulnerabilidades enfrentadas pelos trabalhadores informais é a ausência de direitos laborais garantidos, pois ao contrário dos trabalhadores formais, eles geralmente não têm acesso a benefícios como subsídio de desemprego, licença médica remunerada, férias, reforma ou compensação por acidente de trabalho. Esta falta de proteção torna-os especialmente vulneráveis a mudanças repentinas nas suas condições de trabalho, como a perda de emprego ou doença, que podem levar a crises económicas severas.

Como mencionam os autores Alejandro Portes e Saskia Sassen (1989, p. 27), “A informalidade urbana é tanto uma estratégia de sobrevivência quanto uma resposta à exclusão estrutural do mercado formal de trabalho.”

Os trabalhadores informais frequentemente enfrentam uma alta rotatividade e falta de estabilidade no emprego, muitas vezes sem contratos formais que assegurem segurança ou condições mínimas de trabalho. Isto resulta numa constante incerteza sobre a sua renda e condições de trabalho, o que pode levar a situações de extrema instabilidade económica e pessoal. Para além disso, muitos trabalhadores informais enfrentam condições de trabalho precárias e perigosas. Eles podem estar sujeitos a longas jornadas de trabalho, ambientes insalubres e práticas de trabalho inseguras, sem proteção adequada ou compensação justa. A falta de regulamentação e fiscalização eficaz frequentemente permite que empregadores explorem estes trabalhadores, aproveitando-se da ausência de um sistema formal que assegure condições dignas e seguras.

Sem vínculos de emprego formais, muitos trabalhadores informais não têm acesso a planos de saúde ou serviços médicos, o que os deixa vulneráveis a doenças e acidentes sem o suporte necessário, o que pode levar a um agravamento das condições de saúde e a custos elevados para cuidados médicos, aumentando a pobreza e a insegurança económica.

Trabalhadores informais muitas vezes têm pouco poder para negociar melhores condições de trabalho ou salários justos, devido à ausência de sindicatos ou associações que possam defender os seus interesses. Sem uma representação organizada, as suas

preocupações e necessidades podem ser negligenciadas, perpetuando um ciclo de exploração e precariedade. O estigma e a marginalização social podem agravar ainda mais as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores informais e em muitos contextos, o trabalho informal é visto como uma opção de última instância ou uma forma de emprego não digna, o que pode levar ao desprezo e à falta de respeito tanto por parte dos empregadores como da sociedade em geral.

Para os autores Mike Rogan e Caroline Skinner (2018, p. 53), “A inclusão de trabalhadores informais nas políticas públicas é fundamental para assegurar proteção e melhores condições de trabalho.”

A promoção de associações e sindicatos que possam representar os interesses dos trabalhadores informais é fundamental para garantir que as suas vozes sejam ouvidas e as suas necessidades atendidas. Programas de educação e capacitação podem ajudar a melhorar as condições de trabalho e a proporcionar oportunidades de desenvolvimento e avanço económico para estes trabalhadores.

Pessoas de etnia cigana enfrentam diversas formas de vulnerabilidade devido a uma combinação de fatores históricos, sociais e culturais que frequentemente as colocam em situações de desvantagem e marginalização. A comunidade cigana, com uma presença significativa em várias partes da Europa e do mundo, enfrenta desafios que afetam profundamente sua qualidade de vida e acesso a direitos e oportunidades.

A presença de estigmas e estereótipos negativos sobre as pessoas ciganas pode levar a atitudes de hostilidade e exclusão. Estas atitudes manifestam-se em forma de exclusão social e falta de acesso a oportunidades educacionais e de emprego. O preconceito pode também resultar em segregação, com comunidades ciganas sendo isoladas em áreas específicas e enfrentando barreiras para a integração plena na sociedade.

Segundo Pedro Candeias (2015, p. 76), “A falta de recursos e a marginalização das comunidades ciganas conduzem as crianças a enfrentar obstáculos significativos na educação, o que perpetua o ciclo de exclusão social e baixa escolaridade.”

Sem uma educação adequada, as oportunidades para emprego e desenvolvimento pessoal são severamente restringidas, perpetuando um ciclo de pobreza e marginalização. Segundo Maria João Grades Bravo (2014, p.45), a autora refere que “As crianças ciganas

enfrentam barreiras significativas no acesso à educação, frequentemente relacionadas a preconceitos e estereótipos que marginalizam a sua cultura.”

A situação económica das pessoas de etnia cigana também é um problema relevante. Muitas comunidades ciganas vivem em condições de pobreza extrema, com acesso limitado a emprego estável e renda adequada. A falta de oportunidades económicas e a discriminação no mercado de trabalho dificultam a possibilidade de melhoria das condições de vida e de ascensão social, podendo levar a uma dependência de subsídios sociais e a uma maior vulnerabilidade a crises económicas.

As condições de habitação também são um ponto crítico para esta comunidade, pois vivem em condições precárias, com acesso limitado a serviços básicos como água potável, saneamento e eletricidade. Em alguns casos, as comunidades ciganas são forçadas a viver em áreas isoladas ou em acampamentos temporários que carecem de infraestrutura adequada. A discriminação e a falta de acesso a serviços de saúde adequados podem resultar num atendimento médico insuficiente e em piores resultados de saúde para as pessoas ciganas. A falta de informação e a dificuldade em acessar serviços de saúde devido a barreiras linguísticas e culturais contribuem para a precariedade da saúde na comunidade cigana.

A identidade cultural cigana é frequentemente desvalorizada e mal compreendida devido à falta de respeito e reconhecimento das tradições e práticas culturais ciganas pode levar a uma erosão da identidade cultural e a uma sensação de marginalização. A preservação da cultura cigana é fundamental para a coesão da comunidade, e a falta de apoio para manter e promover essas tradições pode afetar negativamente o sentido de pertencimento e identidade. Como indica o autor Frans Moonen (2011, p.47), “A luta dos ciganos por reconhecimento e direitos civis é uma batalha contínua, que requer a atenção de toda a sociedade para combater o preconceito e a discriminação.”

É necessário combater o preconceito e a discriminação através da educação e da sensibilização, promovendo uma maior compreensão e respeito pelas culturas e tradições ciganas. A participação ativa da comunidade cigana nas decisões que afetam sua vida e o reconhecimento e valorização de sua identidade cultural são passos fundamentais para garantir a inclusão e a equidade.

Pessoas com deficiência enfrentam uma série de barreiras que limitam sua participação plena na vida social. A deficiência pode assumir várias formas, incluindo deficiência física, sensorial, intelectual e mental, e cada uma traz desafios específicos que impactam a integração social e a qualidade de vida.

A falta de infraestrutura acessível em espaços públicos e privados impede o acesso a serviços essenciais, como transporte, educação e saúde, bem como edifícios, transportes e instalações não são adaptados frequentemente para acomodar as necessidades de pessoas com deficiência, o que pode limitar sua mobilidade e participação plena na sociedade. A falta de acessibilidade pode resultar em isolamento social e em dificuldades significativas para realizar tarefas diárias e participar de atividades comunitárias.

Estigmas e estereótipos negativos podem levar a atitudes de exclusão e marginalização, tanto em contextos sociais quanto profissionais levando à falta de compreensão e empatia por parte de outras pessoas pode resultar em barreiras adicionais à integração e à igualdade de oportunidades. A discriminação pode ocorrer em vários setores, incluindo no mercado de trabalho, onde pessoas com deficiência podem enfrentar dificuldades para obter ou manter um emprego devido a preconceitos ou falta de adaptações razoáveis no ambiente de trabalho.

Diversas instituições educativas não estão adequadamente equipadas para atender às necessidades de alunos com deficiência, o que pode levar a uma educação de menor qualidade e a oportunidades limitadas para o desenvolvimento acadêmico e profissional. A falta de suporte adequado e de recursos especializados pode dificultar a aprendizagem e a inclusão plena desses alunos no sistema educativo. Tom Shakespeare (2006, p. 102), argumenta que “(...) o modelo social, embora tenha sido uma ferramenta poderosa, não pode capturar a complexidade da experiência da deficiência.”

Existe uma lacuna na falta de formação específica dos profissionais de saúde sobre as necessidades das pessoas com deficiência pode levar a uma prestação de cuidados insuficiente ou inadequada. A acessibilidade aos serviços de saúde, incluindo consultas, exames e tratamentos, pode ser limitada pela falta de infraestrutura e de equipamentos adaptados.

A inexistência de atividades recreativas e culturais acessíveis pode limitar a capacidade das pessoas com deficiência de socializar e participar ativamente na comunidade criando barreiras à participação cívica e política podem impedir que essas pessoas exerçam plenamente seus direitos e influenciem as decisões que afetam suas vidas. A dificuldade de encontrar trabalho, aliada à necessidade de despesas adicionais para adaptações e cuidados, pode levar a uma maior vulnerabilidade econômica. Os apoios sociais disponíveis são insuficientes para cobrir as necessidades básicas e garantir uma qualidade de vida adequada. Para o autor Lennard J. Davis (2024, p. 44), este menciona que “(...) a deficiência é muitas vezes definida pela sociedade em vez de pela própria condição.”

Para colmatar estas vulnerabilidades deve existir uma implementação de uma legislação que garanta direitos e proteja contra discriminação, a melhoria da acessibilidade em espaços públicos e privados, e o desenvolvimento de programas de apoio e formação para melhorar as oportunidades de emprego e educação para pessoas com deficiência. Deve também existir promoção de sensibilização e educação pública para combater estigmas e preconceitos e fomentar uma sociedade mais inclusiva e respeitosa para todos.

As religiões, frequentemente referidas como minorias religiosas, enfrentam uma série de desafios e vulnerabilidades que podem impactar significativamente a vida dos seus crentes. Estas religiões, que são praticadas por um número menor de pessoas em comparação com as religiões majoritárias, muitas vezes enfrentam dificuldades relacionadas com a discriminação, a marginalização e a falta de compreensão. Autores como Adrián García-Agustín e Antonella Paccagnella (2022, p.118), mencionam que “(...) a religiosidade pode aumentar a vulnerabilidade de indivíduos e grupos, especialmente em contextos de discriminação ou marginalização.”

Uma das principais vulnerabilidades das religiões minoritárias é a discriminação religiosa. Pessoas destas religiões podem sofrer preconceito e estigmatização devido às suas crenças e práticas, sendo que a discriminação pode ocorrer em diversos contextos, como no ambiente de trabalho, nas instituições educativas e em interações sociais quotidianas.

A perseguição religiosa é uma preocupação significativa para muitas minorias religiosas, especialmente em contextos onde há uma predominância de outras crenças.

Em algumas regiões, as religiões minoritárias podem ser alvo de repressão sistemática, incluindo ataques violentos, destruição de locais de culto e deslocamento forçado. Estas perseguições não só compromete a segurança e o bem-estar das pessoas, mas também pode levar a crises humanitárias e violações graves dos direitos humanos. A autora Eileen L. Wright (2021, p.230), observa que “(...) a fé religiosa pode ser uma fonte de vulnerabilidade em situações de conflito, onde os indivíduos são frequentemente alvo de violência por suas crenças.”

As marginalizações sociais também são comuns para as religiões minoritárias. A falta de compreensão e respeito pelas suas práticas e crenças pode levar ao isolamento dessas comunidades e a ausência de representação nas estruturas sociais e culturais predominantes pode resultar na exclusão das minorias religiosas das principais esferas de interação e influência social. Os grupos religiosos minoritários têm pouca representação nas instituições de tomada de decisão e nas políticas públicas, o que pode significar que suas necessidades e preocupações são ignoradas.

Mencionando David C. Lee (2020, p.154), este argumenta que “(...) as comunidades religiosas podem, em certas circunstâncias, reforçar a vulnerabilidade dos seus membros ao promover normas que desencorajam a crítica e a autoexpressão.”

O acesso a direitos e serviços pode ser limitado para as religiões minoritárias devido às suas práticas e crenças específicas. Por exemplo, certas práticas alimentares ou de vestuário podem não ser compreendidas ou acomodadas adequadamente por instituições e serviços públicos, resultando em desafios para garantir igualdade de acesso a serviços essenciais e direitos.

A preservação cultural é uma preocupação importante para muitas religiões minoritárias, já que a prática da fé está muitas vezes ligada à manutenção da identidade cultural e das tradições. A pressão para a assimilação ou a uniformização cultural pode ameaçar a continuidade dessas tradições e práticas religiosas. Conforme mencionam os autores Theresa A. Pardo e Zahi M. Karam (2018, p.73), discutem que “(...) a

vulnerabilidade religiosa se manifesta quando as crenças de um grupo são atacadas, levando a uma sensação coletiva de insegurança e medo.”

A implementação de medidas que assegurem a igualdade de direitos, a promoção do diálogo intercultural e inter-religioso, e a sensibilização sobre as práticas e crenças das religiões minoritárias podem ajudar a criar um ambiente mais inclusivo e respeitador para todos.

Por fim, a população negra e outros grupos étnico-raciais frequentemente enfrentam racismo, discriminação e desigualdade estrutural, o que impacta negativamente seu acesso a educação, emprego e saúde. Estas desigualdades afetam profundamente suas oportunidades, acesso a recursos e qualidade de vida. Simone Cruz e Laura López (2022, p. 45), afirmam que “(...) a intersecção das opressões de raça e género impacta diretamente na saúde das mulheres negras.”

Estas formas de preconceito podem manifestar-se de várias maneiras, desde microagressões e estereótipos negativos até práticas sistemáticas de exclusão e marginalização. O racismo estrutural e institucional pode levar à desigualdade no acesso a oportunidades de emprego, educação e serviços públicos. A discriminação racial pode resultar em barreiras significativas para a ascensão social e económica, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão.

No mercado de trabalho, pessoas negras e outros grupos étnico-raciais frequentemente enfrentam dificuldades em obter e manter empregos. O racismo pode levar a desigualdades salariais, onde trabalhadores de “cor” recebem menos do que seus colegas “brancos” por trabalho semelhante, enfrentando obstáculos na promoção e progressão nas suas carreiras, com menos oportunidades para avanço profissional e acesso a cargos de liderança.

Estudantes negros e de outras etnias raciais enfrentam diariamente desafios na escola, como falta de acesso a recursos educativos adequados, discriminação por parte de colegas e professores, e uma representação inadequada de suas culturas e histórias nos currículos. Estes tipos de barreiras podem afetar negativamente o desempenho académico e limitar as suas oportunidades futuras de educação e emprego.

Estudos mostram que pessoas negras e outros grupos étnico-raciais enfrentam desigualdades no atendimento médico, como acesso limitado a cuidados de saúde de qualidade, discriminação por parte de profissionais de saúde e maiores taxas de condições de saúde crônicas. A falta de representação justa e positiva nos meios de comunicação e na cultura popular pode reforçar estereótipos prejudiciais e perpetuar a discriminação. A invisibilidade e a falta de reconhecimento das contribuições e experiências das comunidades étnico-raciais podem afetar negativamente a autoestima e o sentido de pertencimento. A autora Elisabete Aparecida Pinto et al. (2022, p. 12), menciona que “(...) as narrativas pessoais revelam as experiências de racismo que afetam profundamente a saúde mental e emocional dos indivíduos negros.”

Para abordar essas vulnerabilidades, é fundamental promover políticas e práticas que visem a igualdade e a justiça social. Para que tal seja possível é necessário criar medidas antidiscriminação eficazes, a promoção de diversidade e inclusão no local de trabalho e nas instituições educacionais, e o desenvolvimento de estratégias para combater o racismo estrutural e institucional. É também essencial investir em programas de sensibilização e educação pública para combater preconceitos e estigmas, e assegurar que todas as pessoas, independentemente de sua etnia ou raça, tenham acesso a oportunidades iguais e a uma vida digna.

Compreender o conceito de vulnerabilidade implica reconhecer que estas condições não são apenas resultado de características individuais, mas frequentemente de estruturas sociais e políticas que perpetuam desigualdades e exclusões. Portanto, para enfrentar e mitigar a vulnerabilidade, é crucial adotar abordagens que promovam a inclusão, a equidade e o acesso a direitos e recursos para todos os indivíduos, independentemente de suas circunstâncias. A promoção da justiça social e a eliminação das barreiras que perpetuam a desigualdade são passos fundamentais para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

3.2 Vulnerabilidade, Diversidade e Inclusão Social

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021, p.9), a vulnerabilidade refere-se à “(...) ausência de recursos e a uma menor capacidade de resposta aos desafios (...)”, o que pode aumentar os riscos e dificuldades enfrentados por estes grupos. Esta definição é amplamente reconhecida em políticas públicas, os quais frequentemente destacam que a identificação de vulnerabilidades é fundamental para a criação de programas de inclusão e apoio focados em reduzir desigualdades estruturais e promover a equidade social.

A vulnerabilidade refere-se à condição de indivíduos ou grupos que se encontram expostos a riscos e prejuízos sociais, económicos e culturais, podendo resultar de vários fatores, incluindo a pobreza, a discriminação, a exclusão social e a falta de acesso a serviços essenciais, como a saúde, a educação.

Os grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência, minorias étnicas, imigrantes, refugiados ou membros da comunidade LGBTQIA+, enfrentam frequentemente desafios adicionais que os colocam em situações de fragilidade. Desafios estes que podem incluir barreiras físicas, estigmas sociais e falta de representação nos processos de tomada de decisão.

A diversidade refere-se a uma ampla gama de características que tornam cada indivíduo único, incluindo diferenças de género, etnia, orientação sexual, religião, idade, capacidades físicas e mentais, e experiências de vida. Reconhecer e valorizar a diversidade é crucial para construir uma sociedade mais inclusiva.

Uma sociedade que celebra a diversidade, entende que essas diferenças não são apenas aceitáveis, mas também uma fonte de riqueza cultural e social. Contudo, promover a diversidade vai além do reconhecimento, requer um compromisso ativo para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas características, tenham igual acesso a oportunidades e direitos. Para que tal aconteça, implica a eliminação de preconceitos e discriminações que podem limitar a participação plena de determinados grupos. Ao valorizar a diversidade, fomentamos um ambiente mais coeso e harmonioso, onde todos se sentem integrados, aceites e com um papel significativo na sociedade.

A inclusão social é um processo essencial que visa garantir que todas as pessoas, independentemente das suas diferenças ou relações pessoais, possam participar plenamente na vida da comunidade. Este conceito não se limita ao alcance da diversidade, mas envolve a promoção ativa da participação de todos, especialmente aqueles que enfrentam barreiras sociais, económicas ou culturais, pois muitas vezes os impedem de usufruir dos mesmos direitos e oportunidades.

Para que a inclusão social se concretize de forma eficaz, é fundamental criar um ambiente que favoreça o desenvolvimento e a participação de todos os indivíduos, implicando-os na implementação de políticas e práticas que atendem às necessidades específicas dos grupos mais vulneráveis. Existe a necessidade de garantir que estes grupos tenham acesso equitativo a oportunidades de educação, emprego, saúde e outros serviços essenciais, promovendo, assim, a igualdade de condições.

Um exemplo claro de inclusão social é a adoção de programas destinados a integrar pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Estas iniciativas podem incluir a adaptação de locais de trabalho para garantir a acessibilidade, a oferta de formação profissional adequada e a sensibilização dos trabalhadores sobre a importância da diversidade e da inclusão no ambiente laboral. É crucial garantir que as instituições educativas sejam inclusivas, proporcionando um ambiente de aprendizagem onde todos os alunos se sintam valorizados e apoiados, independentemente das suas capacidades ou necessidades. Promover um espaço de práticas pedagógicas diferenciadas, atende às diversas formas de aprendizagem e garante que cada aluno tenha a oportunidade de desenvolver o seu potencial ao máximo.

A relação entre vulnerabilidade, diversidade e inclusão social é, portanto, essencial para uma sociedade mais justa e inclusiva. Isto implica considerar a diversidade e agir para reduzir as vulnerabilidades, garantindo que todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, tenham os mesmos direitos e oportunidades, contribuindo para uma sociedade.

A vulnerabilidade, diversidade e inclusão social são conceitos interligados e essenciais na construção de uma sociedade justa e equitativa, especialmente quando se trata de grupos que enfrentam discriminação e exclusão, como a comunidade LGBTQIA+. A vulnerabilidade deste grupo é evidente nas várias formas de exclusão e

preconceito de identidade que enfrentam diariamente, seja pela sua espécie ou orientação sexual. A diversidade, incluindo a diversidade sexual e de género, deve ser reconhecida e valorizada, promovendo o respeito pelas diferenças que existem entre todas as pessoas.

No contexto da inclusão social e dos Direitos Humanos, Haoliang Xu e Ulrika Modeer (2022, p.5), afirmam que “(...) a exclusão da comunidade LGBTQIA+ e outros grupos vulneráveis é uma violação dos direitos humanos básicos (...)”, destacando a necessidade de políticas inclusivas que garantam a participação de todos os indivíduos, independentemente da identidade de género ou orientação sexual.

Para a autora Rosa et al. (2024, p.2), “(...) pessoas LGBTQIA+ experienciam desfechos de saúde mais pobres devido a discriminação e estigma (...)”, enfatizando a importância de abordar as necessidades de saúde desta população vulnerável dentro das políticas sociais.

A inclusão social, por sua vez, visa garantir que grupos como a comunidade LGBTQIA+, que historicamente foram marginalizados, possam participar plenamente na vida económica, social, política e cultural. Garantir a inclusão dessas pessoas implica não apenas combater suas vulnerabilidades, mas também criar um ambiente onde a sua diversidade seja respeitada e protegida, promovendo, assim, uma sociedade mais justa.

Assim, à luz do que foi dito, a Comunidade LGBTQIA+ é uma parte integrante fundamental dos direitos humanos e das diversas comunidades em que se inserem. Reconhecer e valorizar a diversidade sexual e de género é essencial para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e solidárias.

Sob o olhar dos direitos humanos, a comunidade LGBTQIA+ possui direitos fundamentais que devem ser respeitados e protegidos, assim como qualquer outro grupo, assim como incluir o direito à vida, à segurança, à educação, ao trabalho, à saúde e ao casamento. Esses direitos são universais e inalienáveis, e a sua defesa é crucial para a dignidade humana.

Incluir a Comunidade LGBTQIA+ nas políticas públicas e nos espaços sociais é fundamental para combater a discriminação e promover a igualdade. Isso envolve a criação de leis anti discriminatórias, programas de apoio e educação que promovam o respeito e a aceitação. A educação é uma ferramenta poderosa para combater o

preconceito e a discriminação contra a esta comunidade. Como refere a autora Renata Machado (2023, p. 30), “(...) a colaboração entre educadores e famílias é fundamental para a construção de ambientes escolares que promovam a equidade e a justiça social.”

É crucial garantir o acesso desta a serviços de saúde de qualidade, assim como, cuidados médicos adequados, apoio psicológico e a promoção de saúde sexual e reprodutiva. Programas específicos que atendam às necessidades únicas desta comunidade são essenciais.

No prisma da representatividade a visibilidade e a representatividade da Comunidade LGBTQIA+ em diferentes esferas da sociedade, incluindo os media, política e empresas, são vitais para desafiar estereótipos e promover a aceitação. Líderes e figuras públicas LGBTQIA+ desempenham um papel importante na inspiração e empoderamento da comunidade. É importante reconhecer que as pessoas LGBTQIA+ também fazem parte de outras comunidades, como étnicas, religiosas, económicas e culturais. A interseccionalidade aborda a maneira como diferentes identidades se cruzam e impactam as experiências de discriminação e privilégio.

Os autores Milan e Corliss (2020, p.150), discutem como “(...) a marginalização de indivíduos da comunidade LGBTQIA+ está ligada a desigualdades sociais mais amplas, exigindo uma abordagem interseccional para abordar suas necessidades específicas.”

A cooperação entre a Comunidade LGBTQIA+ e as outras comunidades é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A solidariedade e o apoio mútuo fortalecem a luta por direitos iguais e contra a opressão, por forma a contribuir assim para a cultura e a sociedade através das artes, literatura, moda e outras formas de expressão. Celebrar essas contribuições é importante para reconhecer o valor e a importância dessa comunidade. Mencionando Cindy Vaz (2022, p. 101), a autora argumenta que “(...) o reconhecimento da diversidade cultural é essencial para uma prática pedagógica inclusiva que respeite e valorize todas as identidades.”

A violência contra pessoas é uma realidade que precisa ser combatida através de políticas de segurança, apoio às vítimas e a promoção de uma cultura de paz e respeito. Para tal, deve-se promover a inclusão desta comunidade através de oportunidades de

emprego, empreendedorismo e políticas de diversidade nas empresas que ajude a combater a marginalização e a promover a igualdade não só económica como de género.

Compreender que a comunidade LGBTQIA+ é uma parte integral da sociedade, é reconhecer os seus direitos e promover a sua inclusão.

“Ao se inferir a dignidade humana como fundamento universal de diversas nações ao redor do mundo, assevera-se que o princípio é a base sustentadora do Estado democrático de direito e constitui valor imprescindível ao indivíduo social, devendo, portanto, ser observado pela sociedade e garantido pelo Estado, bem como, por suas normas, como medida necessária ao reconhecimento da condição humana.”

(André Brasil, 2023, p. 46)

O autor José Canotilho (2008, p. 225), refere que a dignidade da pessoa humana significa que “(...) a República é uma organização política que serve o homem, não é o homem que serve os aparelhos políticoorganizacionais”. Assim sendo, a pessoa humana é vista como um eixo central da organização jurídica e, como tal, digna de proteção e atenção do Estado.

É de suma importância analisar que o direito à dignidade, compreende um componente apto que possibilita aos cidadãos a procura da sua própria ideia de felicidade, adotando os seus projetos existenciais, sob o direito de não sofrer discriminações em razão da sua identidade e das suas condições humanas.

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Todos os direitos humanos são universais, interdependentes, indivisíveis e interrelacionados. A orientação sexual e a identidade de género são essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa e não devem ser motivo de discriminação ou abuso.”

(Yogyakarta Principles, 2007, p.7)

A sigla LGBTQIA+, também é utilizada como nome de um movimento que luta por direitos e, principalmente, contra a homofobia e refere-se à comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros, queers, intersexos e assexuais, bem como a possibilidades de orientações sexuais ou identidades de género que são diferentes tipos de orientações sexuais e identidades de género.

Stuart Hall, um importante autor que se dedicou ao estudo sobre a construção das nossas identidades, em especial as étnico-raciais, dizia o seguinte:

“Utilizo o termo identidade para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos interpelar, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (...) Isto é, as identidades são posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo” sempre que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos.”

(Hall, 2007, p.111-112)

Contudo, conseguimos perceber que a sociedade, anos atrás operava de uma forma mais rígida, mediante os padrões que uma família estabelecia como “modelo ideal de família”, modelo este que estava dominado pela religião e devia de ser seguida fielmente por todos ao longo de vários anos, tendo sido necessário várias intervenções para que existissem mudanças, ou seja, a luta pelos direitos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, luta esta que cursa até os dias de hoje.

Sabemos que, da mesma forma que outras lutas se impõem pelos direitos humanos, as principais manifestações são essencialmente a nível local e nacional. A nível internacional, a estratégia implementada para a defesa da comunidade LGBTQIA+, resume-se no direito à vida privada. Direito este, que se constitui como um fundamento primordial na defesa de pessoas desta comunidade, mais eficiente do que o próprio direito à não discriminação.

Segundo Renata Machado (2022, p. 45), a autora afirma que “(...) a formação de educadores deve incluir uma abordagem crítica sobre a diversidade, preparando-os para lidar com as especificidades de cada grupo vulnerável.”

Perante uma sociedade onde a diferença ainda é vista como algo “anormal”, as pessoas da comunidade LGBTQIA+ estão constantemente em situação de

vulnerabilidade, isto deve-se ao facto de o preconceito, a discriminação e a homofobia, serem fenómenos muito presentes no cotidiano da vida social possuindo várias formas e modos, delimitando normas e padrões pré-estabelecidos socialmente. Entende-se esses fenómenos, quando estes se apresentam em forma de violência, por forma a atingir um determinado grupo ou pessoa tido como diferente, menor ou insignificante, onde estão presentes em todos os ambientes ou contextos sociais.

Moisés Menezes e Joilson Silva (2017, p.123), entendem estas vulnerabilidades como “(...) um fenómeno bastante real e constante na vida da população LGBTQIA+ necessitando de um trabalho de enfrentamento capaz de diminuir tal realidade desafiadora.”

O que muitas vezes remete as pessoas da comunidade LGBTQIA+ para situações homofóbicas, é precisamente a falta de políticas públicas para pessoas que pratiquem o desrespeito para com o outro, levando a que as pessoas desta comunidade pensem em suicídio, desta forma, pode-se entender que ao existir políticas públicas como acolhimento psicológico e trabalhos voltados para a comunidade LGBTQIA+, e orientação pedagógica para as pessoas homofóbicas que apresentam discursos de ódio, possam ser fatores que motivem estas pessoas a viverem sem medos.

Em suma, a literatura sobre as questões de vulnerabilidade e diversidade humana e, por consequência, de inclusão social evidencia a necessidade urgente de um compromisso ético e prático na construção de sociedades mais justas e equitativas. A inclusão social, particularmente no contexto educativo, não deve ser considerada um mero objetivo, mas sim uma responsabilidade coletiva que requer a colaboração de todos os agentes sociais, sejam eles, educadores, famílias, comunidades ou instituições governamentais.

3.3 Comunidade LGBTQIA+ e Desafios de Inclusão

Como vimos, a Inclusão Social é uma questão de Direitos Humanos e de Justiça Social, que abrange várias dimensões como a diversidade cultural e étnica, a identidade de género, a pobreza, a exclusão social, a deficiência, etc. Em todas estas dimensões, a participação e a aprendizagem são uma questão de importância maior para esta comunidade de aprendizagem. Para que muitos se possam sentir integrados num determinado meio social, estes recorrer muitas vezes a espaços virtuais, pois encontrar um espaço físico expõem-nos às discriminações a que todos os dias estão sujeitos.

A comunidade LGBTQIA+ enfrenta uma série de desafios significativos relacionados com a inclusão em diversos contextos sociais, incluindo o ambiente escolar, o local de trabalho e a sociedade em geral. A inclusão plena desta comunidade implica não apenas a garantia de direitos legais, mas também a criação de um ambiente que respeite e valorize a diversidade das identidades e orientações sexuais.

Um dos principais desafios é a discriminação e o preconceito. Muitas pessoas da comunidade LGBTQIA+ ainda enfrentam atitudes negativas e estigmatização, o que pode resultar em exclusão social, assédio e violência. No ambiente de trabalho, podem enfrentar preconceito que limita as oportunidades de avanço e afeta o seu bem-estar psicológico.

As questões e experiências da comunidade LGBTQIA+ não são adequadamente representadas nos currículos escolares, nos meios de comunicação ou nas políticas públicas, o que leva a uma falta de visibilidade e de compreensão das necessidades específicas desta comunidade, perpetuando a ignorância e o preconceito.

Num meio como o Ensino Superior, estas situações de exclusão podem ser trabalhadas aquando direcionadas a toda a comunidade educativa, pois só deste modo promovemos o diálogo entre toda a comunidade académica e esclarecerem-se sobre o tema LGBTQIA+ com aqueles que também estejam dispostos a partilhar experiências em comum.

Criar espaços ajuda a desenvolver e a fomentar o convívio entre todas as pessoas, como também a proporcionar uma vertente mais pedagógica, quer através das conversas

abertas como através de palestras e *posts* educativos, por exemplo, diminuindo assim estigmas sobre a comunidade e fomentando conversas mais aprofundadas sobre a mesma.

“A relação com alguém igualmente capaz de habitar, desfrutar e representar conscientemente o mundo, interrompe o movimento de apropriação, colocando o sujeito em situação de acolher dimensões de desconhecido que transcendem qualquer ideia de alteridade que possa ser associada ao mundo natural ou à intimidade pessoal.”

(Isabel Baptista, 2016, p. 206)

A responsabilidade de incluir toda a gente na comunidade é um dever de cada um de nós, no entanto como refere o autor Filipe Martins (2022) “a igualdade não nos pode deixar cegos à diferença”, querendo isto dizer que, somos todos iguais, merecendo o mesmo respeito, mas somos todos únicos, tendo cada um de nós um rosto, uma história e uma individualidade jamais inigualável.

“Os movimentos sociais em todo o mundo são uma ferramenta forte e poderosa para a transformação social a que se almeja, uma vez que, direitos e garantias de grupos vulneráveis são violados rotineiramente, e a atuação estatal, através da legislação e das suas políticas públicas, não satisfaz a garantia desses direitos humanos. Assim, ativistas e suas associações, atuam de forma continuada em defesa dos direitos fundamentais dos grupos minoritários marginalizados, agindo no fortalecimento de seus movimentos e na atuação simultânea com outros coletivos progressistas. Nesse sentido, é salutar e louvável, que os movimentos que protegem essas ditas minorias, atuem em parceria e se comprometam a debater e transformar, também, os direitos de outros grupos em igual situação de opressão.”

(André Brasil, 2023, p.38)

Para se conseguir alcançar estes objetivos, podem-se desenvolver variadas atividades como *meets* informais que consistem numa breve exposição de um tema para dar contexto e informação. Organizações LGBTQIA+ como o Centro Gis, ILGA (Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo), AMPLOS (Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género) ou a Rede Ex Aequo ou até mesmo personalidades da comunidade, contribuem de forma ativa para esta inclusão através de palestras e ações sociais que promovem o bem-estar e segurança destas pessoas.

“A inclusão, em termos educativos, faz mais sentido se for perspectivada como educação inclusiva. Isto significa que a escola, para além de proporcionar aos alunos um espaço comum, tem de proporcionar-lhes, também, oportunidades para que façam aprendizagens significativas. O que só é possível se aceitarmos que a diferença não é necessariamente impeditiva de aprendizagem e que todos aprendemos com os outros, como a investigação evidenciou. Nunca é demasiado recordar que todos os indivíduos se desenvolvem através da mesma sequência de estádios, independentemente das dificuldades que apresentem.”

(Maria Silva, 2011, pp.120-121.)

A inexistência de políticas e práticas inclusivas nas instituições é outro obstáculo a ter em conta, uma vez que, esta está presente nas escolas e locais de trabalho não existindo políticas claras para proteger os indivíduos LGBTQIA+ contra discriminação e assédio. A ausência de diretrizes específicas pode fazer com que essas pessoas se sintam vulneráveis e desamparadas, prejudicando o seu desenvolvimento e bem-estar.

A luta pela aceitação social e pelo reconhecimento das identidades de género e orientações sexuais é um desafio constante. Muitos membros da comunidade enfrentam dificuldades em obter reconhecimento legal das suas identidades, o que pode afetar o seu acesso a serviços e direitos básicos, como saúde e segurança social.

Segundo o autor André Brasil (2023, p.30), ele diz-nos que o bem-estar mental e emocional da comunidade LGBTQIA+ é frequentemente impactado por esses desafios. A discriminação e o preconceito contínuos podem levar a problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e baixa autoestima.

Concluimos assim que a inclusão social nas comunidades educativas não é apenas um direito, mas uma necessidade para a formação de indivíduos conscientes, respeitosos e preparados para viver em sociedade. As implementações das práticas inclusivas podem transformar as escolas, designadamente as de ensino superior, em espaços seguros e acolhedores, onde todos os alunos, independentemente de sua identidade de género ou orientação sexual, possam prosperar e alcançar o seu pleno potencial.

Conclusão

O processo de revisão bibliográfica exposto nesta primeira parte permitiu-nos encontrar eixos de fundamentação teórica por forma de fornecer lentes teóricas para a interpretação dos dados empíricos. A educação, reconhecida como direito humano e como bem público, desempenha um papel crucial na formação de indivíduos e das comunidades tornando-se, neste sentido, fundamental apostar numa educação para todos assente na ligação orgânica entre aprendizagem, vida e experiência social, como propõe a pedagogia social

A educação ao longo de toda a vida é, pois, um pilar essencial para a formação de cidadãos conscientes e participativos. Este conceito reconhece que a aprendizagem não se esgota nos anos escolares formais, mas continua ao longo de toda a existência, adaptando-se às necessidades de cada etapa da vida. A sociedade contemporânea exige, assim, uma educação contínua que permita às pessoas desenvolverem competências e conhecimentos que os tornem capazes de enfrentar novos desafios e se integrem plenamente no contexto.

Por outro lado, entender a educação como um direito humano significa considerar que todas as pessoas, independentemente da sua origem, género, ou condição social, têm o direito inalienável a uma educação de qualidade. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) proclama expressamente que a educação é condição para o cumprimento dos direitos humanos, para a igualdade, liberdade e dignidade de todos os indivíduos. A sua universalidade não deve ser apenas um ideal, mas uma prática concreta, que garanta que ninguém seja excluído do acesso ao conhecimento e à formação ao longo da vida.

Estes princípios estendem-se a todos os níveis de ensino, incluindo o Ensino Superior, onde, como vimos, se impõem atualmente objetivos de educação inclusiva.

Mesmo estando a viver em pleno século XXI, onde as sociedades estão no auge das tecnologias e de acesso à informação, o isolamento e as taxas de suicídio são uma grande preocupação e uma dura realidade para as pessoas das comunidades minoritárias como a comunidade LGBTQIA+, que procuram dia após dia espaços sociais onde se sintam respeitados para que possam ser apenas eles mesmos. Neste sentido, torna-se importante estudar as dinâmicas de educação inclusiva no Ensino Superior, de modo a assegurar

condições de inclusão e de igualdade de oportunidades para todos os estudantes no pressuposto de que a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva envolve o reconhecimento e a valorização da diversidade, promovendo o respeito e a dignidade para todos.

Parte II
Estudo Empírico

Introdução

Recordando a questão norteadora desta investigação, o nosso estudo empírico pretendeu averiguar a forma como as pessoas da comunidade LGBTQIA+ se inserem no Ensino Superior, tendo por base um processo de inquirição feito junto de uma comunidade de estudantes de uma instituição do Ensino Superior localizado a Norte de Portugal.

Neste sentido, do ponto de vista metodológico optámos por uma estratégia assente numa abordagem de natureza qualitativa tendo por base um processo de recolha de dados através da consulta documental e da inquirição direta de atores, com o recurso a entrevistas abertas, tendo por base um guião (anexo I).

Assim sendo, considerando que a obtenção da declaração de consentimento é mais do que a obtenção de uma assinatura, foi prestada toda a informação e foram devidamente informados e esclarecidos da sua plena participação nesta investigação, sendo depois entregue a declaração de consentimento livre e informado (anexo II), sendo depois devolvida posteriormente devidamente assinada. As questões colocadas foram elaboradas na tentativa de responder aos nossos objetivos de investigação, tendo por base a sua experiência pessoal, enquanto pessoa pertencente à comunidade LGBTQIA+.

Assim, esta segunda parte é composta por três capítulos, o primeiro dos quais dedicado à justificação da opção metodológica, onde apresentamos as questões e os objetivos da investigação, descrevemos a estratégia de desenvolvimento e expomos os critérios de análise e de discussão de dados, o segundo à contextualização da pesquisa, tendo por base a o Ensino Superior em Portugal e as instituições, nomeadamente a Universidade em questão do estudo e o seu espaço de partilha e o terceiro recai sobre a análise e discussão os dados recolhidos no mês de outubro de 2024, referentes princípios, valores e práticas de educação inclusiva.

Por fim, em termos de conclusão desta segunda parte, são destacados resultados principais, analisados e discutidos segundo um paradigma interpretativo e crítico, tendo por base três categorias fundamentais, correspondentes aos três objetivos previamente enunciados e oportunamente desdobrados em subcategorias em função dos dados recolhidos.

Capítulo 1

Justificação da Opção Metodológica

1.1 Questão e Objetivos de Investigação

Recordando a nossa questão de investigação, referente à forma como as pessoas da comunidade LGBTQIA+, se inserem no Ensino Superior, optou-se por uma estratégia de recolha de dados enquadrada por uma abordagem qualitativa e assente, fundamentalmente, na inquirição direta de atores.

Assim para efeitos de estudo empírico, foram considerados os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar e analisar os princípios e os valores de educação inclusiva, expressos nos documentos institucionais;
- b) Identificar e analisar práticas de educação inclusiva contempladas na dinâmica institucional;
- c) Identificar e analisar perceções dos atores (membros da comunidade LGBTQIA+) sobre princípios, valores e práticas de educação inclusiva.

Conforme foi dito, estes três objetivos para efeitos de análise, funcionaram como categorias de análise principais oportunamente desdobradas em subcategorias de acordo com justificados emergentes da prática.

1.2 Estratégia de Desenvolvimento

A metodologia escolhida para esta investigação é de carácter qualitativo, assente, fundamentalmente, na inquirição direta de atores, como foi dito seguimos a este respeito as orientações de Maria Cecília Minayo (2002, p.29) que esclarece que pesquisas dessa natureza respondem a questões muito particulares e se apresentam num nível de realidade que não pode ser quantificado e nem reduzido a operacionalização de variáveis.

Tal como acontece em todos os campos científicos, a “(...) pesquisa científica em educação implica necessariamente a escolha de uma opção sobre o modo de abordar um campo tão vasto e polifacetado, atravessado por correntes, tradições e comunidades científicas muito diversificadas.” (Afonso, 2014, p.13).

Inicialmente, tínhamos intenção de desenvolver um estudo de caso, tendo por base a realidade de uma instituição de Ensino Superior em concreto. Tal não foi possível por razões de exequibilidade ligadas aos limites temporais e metodológicos desta dissertação de mestrado. Ainda assim, para efeitos de contextualização, tomámos como referência empírica uma Instituição de Ensino Superior do norte do país, tendo por base a informação institucional disponibilizada publicamente, nos sites da Instituição X.

Os instrumentos de recolha de dados aplicados passaram pela utilização de análise documental e por entrevistas abertas. Para analisar os dados obtidos, recorreu-se à análise de conteúdo, tendo por base as categorias predefinidas.

No que diz respeito aos participantes deste estudo, estes são alunos da comunidade LGBTQIA+ de uma Escola Superior de Educação, situada a Norte de Portugal. Embora o grupo desta comunidade seja maior, nem todos, por razões pessoais e que importa respeitar, se disponibilizaram para colaborar formalmente. Ou seja, tivemos muitas oportunidades de desenvolver conversas informais com um grupo mais alargado, todavia para efeitos de estudo só pudemos evidenciar os dados obtidos no âmbito do consentimento livre e informado (anexo II).

Na investigação qualitativa “é possível estabelecer uma teoria hermenêutica que vá ao encontro de um conhecimento construído a partir de práticas sociais, da complexidade

existente nas referidas práticas e no interpretar desse conhecimento que nos é dado pela ação” (Lopes, 2011, p.244).

Neste entendimento, o primeiro objetivo visou identificar e analisar os documentos atualmente existentes e práticas de educação inclusiva contempladas na dinâmica institucional, enquanto que o segundo objetivo visou identificar e analisar as percepções dos membros da comunidade LGBTQIA+ sobre princípios, valores e práticas de educação inclusiva.

No que diz respeito à análise documental, recorreremos a vários documentos que estavam disponibilizados publicamente no site da instituição (Universidade X) que passamos a apresentar:

- Código de Conduta Ética (2020);
- Plano Estratégico (2020);
- Planos de Ação para o Quadriénio (2021-2025);
- Plano de Igualdade de Género (2021);
- Relatório de Orientações para a Prevenção do Assédio (Grupo de Missão) (2022);
- Estratégia para a Prevenção do Assédio (2022).

Relativamente à inquirição direta de atores, recorreremo-nos a entrevistas abertas, tendo por base um guião (anexo I), como foi dito. Neste caso, a nossa preocupação foi dar oportunidade para a expressão livre dos participantes, optámos nesse sentido pela realização de entrevistas abertas uma vez que “(...) a interação verbal entre entrevistador e entrevistado desenvolve-se à volta de temas ou grandes questões organizadoras do discurso, sem perguntas específicas e respostas codificadas.” (Afonso, 2014, pp.104-105).

As entrevistas formais foram realizadas a pessoas da comunidade LGBTQIA+, constituindo um grupo de 3 participantes que, depois de devidamente informados e esclarecidos sobre os objetivos da investigação, aceitaram colaborar. Para tal, começamos por caracterizar os participantes da entrevista tendo em conta a idade dos participantes à data da entrevista, tipo de orientação sexual e o tipo de formação académica.

Como foi dito, os participantes concordaram e assinaram o modelo de consentimento informado (anexo II), tendo colaborado nesta investigação de forma livre, informada e motivada.

- Participante 1 – Licenciada em Engenharia Informática desde 2022 pela Universidade X. Ingressou no mestrado no mesmo ano continuando o seu percurso académico na sua área de formação. Atualmente tem 23 anos e identifica-se como *Queer*.
- Participante 2 – Mestre em Engenharia Informática desde 2023 pela Universidade X. Ingressou no Doutoramento na mesma área de formação, no entanto acabou por desistir do mesmo. Atualmente tem 24 anos e identifica-se como lésbica e assexual.
- Participante 3 – Doutor em Engenharia Informática desde 2024 pela Universidade X. Fez o seu percurso académico sempre na mesma área. Atualmente tem 27 anos e identifica-se como gay.

As entrevistas foram realizadas no mês de outubro de 2024. Tiveram uma duração aproximadamente de 30 minutos. Foram realizadas em vários locais, devido à distribuição geográfica de residência, bem como à disponibilidade dos participantes, e ficaram registadas em sistema áudio para que nos facilitasse o momento da transcrição, uma vez que uma das questões que se coloca sobre as transcrições de entrevistas “(...) relaciona-se com a exigência de fidelidade ao discurso do entrevistado. Geralmente aponta-se para a necessidade absoluta dessa fidelidade.” (Amado, 2014, p.219).

Como já foi mencionado, e reconhecendo que estaríamos a lidar com dados sensíveis, todos os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos e condições desta investigação, cumprindo assim os requisitos éticos necessários. No mesmo sentido, foi assegurado o respeito pela sua privacidade. Para efeitos de confidencialidade procedemos à respetiva codificação.

Por forma a garantir todos os aspetos éticos deste estudo, tivemos em conta os princípios presentes na Carta Ética (2021) da Sociedade Portuguesa de Ciências da

Educação, designadamente no que se refere à obtenção do Consentimento Livre e Informado por parte dos participantes, Confidencialidade e Privacidade, Divulgação da Informação, Desistência da Participação e Bem-Estar e Integridade.

“A relação com os/as participantes da investigação (todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, individual ou coletivamente, estão envolvidas no processo), deverá ser pautada pelo princípio fundamental de respeito pela dignidade de cada Pessoa, enquanto ser humano único, inserido em comunidades e em grupos sociais com os quais estabelece relações de interdependência.”

(SPCE, 2021, p.11).

Assim, seguindo estas orientações ético-metodológicas, procurámos abordar os nossos participantes com respeito pela sua dignidade pessoal e pela sua condição, em conformidade com os princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e nas diversas Convenções das Nações Unidas referentes à proteção e promoção dos direitos universais. Como tal, os dados descritos e analisados neste trabalho correspondem apenas à informação disponibilizada e considerada como estritamente necessária.

1.3 Critérios de Análise e Discussão de Dados

Considerando os objetivos da investigação e a metodologia adotada, os dados foram organizados e detalhados à luz de um paradigma interpretativo e crítico, com o propósito de, especialmente, captar os significados expressos pelos atores. Além disso, em consonância com as preocupações ético-metodológicas anteriormente mencionadas, a análise e a discussão dos resultados foram conduzidas conforme as orientações éticas e tendo por base a grelha de análise integrada pelas categorias e subcategorias referidas.

“(…) a análise de dados é o processo de busca e de organização sistemático de transcrição de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objectivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou.”

(Robert Dogdan & Sari Biklen, 1994, p.205)

Com a preocupação de ir ao encontro das perceções dos estudantes, para efeitos de apresentação dos dados, optámos por dar destaque a fragmentos do discurso dos inquiridos, em coerência com as intenções deste estudo. Isto, sempre em alinhamento com as recomendações éticas para a investigação científica em Ciências da Educação, privilegiando igualmente no nosso contexto académico de referência, a Universidade Católica Portuguesa (UCP), descritas no artigo 11º, alínea b) e c) do Código de Ética e de Conduta: “(…) o investigador deve assumir uma conduta ética na sua relação com a comunidade científica, com a instituição e acolhimento, com a instituição de financiamento e com todos os sujeitos que participam no processo de investigação.”

Segundo os autores Quivy, e Campenhoudt (2015, p.226), a “(…) análise de conteúdo incide sobre mensagens tão variadas como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, actas de reuniões ou relatórios de entrevistas pouco directivas.”

No nosso caso, esta incidiu sobre a transcrição das entrevistas, por forma a ir, o mais possível, ao encontro das perceções dos participantes, numa perspetiva de valorização da sua subjetividade, do seu “poder rosto” (Baptista, 2005), isto é, da sua própria expressão.

Capítulo 2

Contextualização da Pesquisa

2.1 Ensino Superior em Portugal

De acordo com site do Ministério da Educação (<https://www.dge.mec.pt/>, acessado a 2 de outubro de 2024), o Ensino Superior em Portugal desempenha um papel crucial no desenvolvimento económico, social e cultural do país, oferecendo formação avançada e especializada que prepara os estudantes para enfrentar os desafios do mercado de trabalho de forma a contribuir ativamente para a sociedade. “O ensino superior em Portugal deve ser um motor de desenvolvimento, contribuindo para a qualificação da população e para a inovação.” (Ministério da Educação, 2022, p. 34).

Este sector desempenha um papel central na formação de profissionais qualificados, e na promoção da investigação científica, inovação tecnológica e desenvolvimento cultural do país.

O sistema de Ensino Superior português é composto por universidades e institutos politécnicos, que dessa forma oferecem uma vasta gama de cursos, desde licenciaturas, mestrados e doutoramentos, abrangendo várias áreas do conhecimento. Esta oferta formativa tem-se diversificado para incluir novos campos de estudo emergentes, como as tecnologias digitais, a sustentabilidade e as ciências da saúde, refletindo desta forma as tendências globais e as necessidades locais.

As universidades portuguesas, são conhecidas pela sua tradição académica e investigação científica, tendo um foco mais teórico e são responsáveis pela formação de profissionais em áreas como ciências, engenharias, saúde, ciências sociais e humanidades. Por outro lado, os institutos politécnicos, que também fazem parte do sistema de Ensino Superior, estão mais orientados para a vertente prática e técnica, oferecendo cursos que visam preparar os estudantes para uma inserção mais direta no mercado de trabalho.

Nos últimos anos, as instituições de Ensino Superior têm apostado fortemente na investigação e inovação, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento científico e tecnológico do país. As universidades e os politécnicos colaboram com as empresas e outras entidades no que diz respeito a estágios curriculares e projetos de investigação aplicada, contribuindo para o avanço do conhecimento e para a resolução de problemas reais da sociedade.

A questão do financiamento é uma das principais preocupações, com as instituições a dependerem cada vez mais de fontes de financiamento externas, como projetos de investigação competitivos e parcerias com o sector privado. Para que tal seja possível, é necessário continuar a trabalhar na modernização das infraestruturas e na melhoria das condições de trabalho para docentes e investigadores, que são elementos fundamentais para manter a qualidade e a competitividade do sistema de Ensino Superior.

Contudo, o Ensino Superior em Portugal enfrenta desafios como a necessidade de modernização das infraestruturas, a melhoria das condições de trabalho dos docentes e investigadores e a adaptação aos novos paradigmas educativos, como o ensino à distância e a utilização de tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem. As instituições de Ensino Superior têm, por isso, de continuar a inovar nas suas metodologias de ensino, por forma a promover abordagens pedagógicas e mais interativas, centradas no aluno, preparando os estudantes para o mercado de trabalho, e para serem cidadãos ativos e responsáveis.

Apesar dos progressos, ainda existem desafios relacionados com as taxas de abandono escolar, a necessidade de mais apoio financeiro aos estudantes e a adaptação dos cursos às exigências do mercado de trabalho, que está em constante mudança. A contínua melhoria e adaptação deste sistema às novas realidades sociais e económicas será essencial para garantir que o Ensino Superior continue a ser um motor de crescimento e desenvolvimento para Portugal.

Concretamente no que diz respeito aos cursos de Educação Social e tal como destacam os autores Cindy Vaz e Isabel Baptista (2021, p.4), “(...) a diferença na intervenção socioeducativa permite conceber os modelos de intervenção a partir de uma visão pedagógica e positiva, distinta da visão tradicional que sustenta o trabalho social em resposta a problemas previamente sinalizados.”

A formação no Ensino Superior é uma ferramenta importante para o futuro do país, sendo essencial para a formação de uma população altamente qualificada e para o desenvolvimento de uma sociedade baseada no conhecimento. A capacidade das instituições de Ensino Superior para enfrentar os desafios atuais e futuros será determinante para o sucesso de Portugal num mundo cada vez mais complexo e globalizado.

2.2 Contexto Universitário - Instituição X

A Universidade X é uma fundação pública com regime de direito privado, ao abrigo do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, situando-se no norte do país, afirmando-se como uma universidade moderna e dinâmica, com um forte foco na investigação, inovação e internacionalização. Esta Instituição tem capacidade para albergar cerca de 19.000 a 20.000 alunos e também oferece alojamentos universitários para um número significativo de estudantes, além de contar com serviços de apoio e recursos académicos que ajudam a garantir uma experiência educativa de qualidade.

De acordo com os documentos oficiais da instituição, esta define-se como uma universidade de investigação, comprometida com a cadeia de valorização do conhecimento: Investigação, Desenvolvimento e Inovação, sendo igualmente distinta para um ambiente socioeconómico envolvente, contando com inúmeras parcerias de sucesso em projetos de investigação, culturais e de desenvolvimento socioeconómico.

Segundo as fontes da própria instituição, esta tem um forte compromisso com a internacionalização, estabelecendo uma vasta rede de cooperações com universidades e centros de investigação em todo o mundo. Através de programas como o *Erasmus+*, muitos estudantes têm a oportunidade de estudar no estrangeiro, e a Universidade X

acolhe também um grande número de estudantes internacionais, refletindo a sua abordagem global. Atualmente, a Universidade X dispõe de mais de uma dezena de Unidades Orgânicas, contemplando diferentes áreas de conhecimento.

De acordo com a informação pública a universidade tem vindo a adotar políticas de sustentabilidade e responsabilidade social, promovendo iniciativas que visam a redução do impacto ambiental, bem como ações que incentivam a inclusão social, a diversidade e a igualdade de oportunidades. A Universidade também participa ativamente na comunidade local, contribuindo para o desenvolvimento cultural, econômico e social da região. Esta Instituição caracteriza-se pela sua visão de futuro, foco na inovação e forte ligação com o setor empresarial e a comunidade, sendo um polo de desenvolvimento académico e científico que promove o conhecimento ao serviço da sociedade.

Capítulo 3

Análise e Discussão de Resultados

3.1 Princípios e Valores de Educação Inclusiva

Este primeiro ponto é correspondente à análise dos dados obtidos no âmbito da caracterização do primeiro objetivo, o qual se debruçou em identificar e caracterizar princípios e valores de educação inclusiva da Universidade X, tendo por base os documentos de consulta pública, que estão ao dispor no site oficial da instituição.

Nos seis documentos consultados encontramos uma tônica comum, referente à forma como são enfatizados valores como a inclusão, constando-se que a própria instituição se considera como pioneira neste âmbito.

“(…) uma das 3 primeiras universidades portuguesas na generalidade dos indicadores habitualmente utilizados para caracterizar o desempenho (...) dos sistemas de garantia da qualidade, da desmaterialização dos processos, do acesso livre ao conhecimento científico, das práticas de inclusão e da sustentabilidade ambiental.”

(Plano Estratégico, 2020, p.17)

Esta ideia surge em consonância, por exemplo, com o que se afirma no documento designado especificamente por Plano de Igualdade de Género (2021, p.4), que diz que “(...) é uma ação integrante da sua observância na prática institucional, (...) devendo ser realizadas análises críticas tendentes a responder às questões e desafios emergentes na relacionados com a igualdade de género, em sentido amplo e plural.”

Ainda no que diz respeito ao Plano Estratégico X, este ressalta a importância de oferecer um espaço acolhedor, sustentável e inclusivo, repudiando todo e qualquer ato discriminatório e racista, por forma a garantir que este seja um espaço livre e seguro para aqueles que escolhem continuar o seu percurso académico.

A instituição diz-se, pois, inclusiva, onde acolhe e integra a diversidade, visando responder dessa forma como um modo efetivo à diversidade etária, de género, étnico

linguística e cultural, acolhendo e integrando todos os estudantes com quaisquer deficiências ou necessidades educativas específicas, implementando práticas de ação social e de solidariedade. No preenchimento deste requisito, a instituição move-se num quadro de valores e de cultura institucional sensível à especificidade dos diferentes grupos que a constituem como comunidade académica.

O Programa de Ação da instituição compromete-se a uma caracterização dos sentidos contemporaneamente atribuídos ao Ensino Superior, após as circunstâncias e tendências principais de desenvolvimento do Ensino Superior e da investigação em Portugal.

Neste sentido, a instituição aposta em programas educacionais que visam perfis de formação adequados à complexidade, variabilidade e diversidade do mundo contemporâneo e são sensíveis aos valores da inclusão, do cosmopolitismo, do exercício da cidadania e da ética.

Como tal, prevê práticas inclusivas que sejam geradoras de equidade entre todos os membros da comunidade universitária, lançando futuramente um programa sobre mentorias inclusivas. A promoção de práticas inclusivas e promotoras da dignidade humana e da equidade entre todos os membros da comunidade universitária é um ponto sensível a esta Universidade, pois debruça-se diariamente para que este objetivo seja respeitado.

Tendo em conta o que surge declarado no documentos referidos, existe uma preocupação na promoção de iniciativas de sensibilização da comunidade académica para as expressões de inclusão e equidade em colaboração com os diferentes parceiros propondo-se à elaboração de um manual sobre a promoção da inclusão e da equidade.

Esta preocupação surge bem evidenciada pela existência de documentos como Plano de Igualdade de Género (2021), Estratégias para a Prevenção do Assédio (2022) e Orientações para a Prevenção do Assédio (2022).

Recordamos que a igualdade de género é um direito fundamental consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa (1976), sendo um direito humano essencial para o desenvolvimento da sociedade e para a participação plena de homens e mulheres enquanto pessoas. Neste sentido, pode dizer-se que, tendo por base o plano normativo, a instituição cumpre a sua missão e prossegue os seus objetivos baseados no

respeito pela dignidade da pessoa humana e na sua promoção, interditando qualquer espécie de tratamento desumano.

A prevenção e a redução da incidência do assédio sexual, moral e laboral são um desafio acutilante para todas as organizações e instituições e que incorporam na sua missão a defesa e a promoção da dignidade humana, da igualdade e da não discriminação. Entendido como uma forma de violência, o assédio provoca graves impactos e acarreta elevados custos (individuais, sociais, organizacionais, económicos), privando ou limitando seriamente os direitos fundamentais das vítimas. Como consta no documento de Estratégia para a Prevenção do Assédio (2022, p.21), esta “garantirá o acompanhamento/coaching processual e espaços adequados para os serviços de apoio psicológico/clínico, legal, saúde mental e bem-estar, social e inclusão/necessidades especiais”.

Constata-se assim que a missão institucional assume como valores essenciais na sua matriz os princípios da igualdade e da não discriminação. Esses valores estão intrinsecamente articulados com o respeito pela dignidade de cada membro da Academia (estudantes, docentes, investigadores, trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão) e com o compromisso de promover um ambiente seguro e uma cultura organizacional civicamente responsável. Prevenir e combater o assédio significa não só o repúdio de qualquer prática de violência, mas constitui um elemento vital para potenciar a motivação e o desempenho académico, a produtividade científica e profissional e o usufruto de um ambiente baseado na confiança e na promoção do bem-estar geral.

As políticas criadas especificamente para o assédio são benéficas na medida em que garantem que estas situações são geridas da melhor forma possível e facilitam o acesso, de forma simples e rápida, a respostas adequadas. Dado que o assédio envolve várias dimensões, deve ser tratado com a maior abrangência possível. No entanto, considera-se que é crucial o envolvimento de toda a comunidade académica, incluindo os estudantes mais diretamente visados, por forma a incrementar uma cultura de consciencialização pública sobre o fenómeno de assédio.

Podemos, pois, constatar que os documentos analisados, estão alinhados com os propósitos principais de cada um, e existe uma relação harmoniosa com o que está declarado pela UNESCO. A instituição preocupa-se em proporcionar um espaço mais

acolhedor e inclusivo para a sua comunidade académica. Trata-se agora de saber em que medida a instituição concretiza a resposta a essas preocupações, designadamente que tipo de práticas promove.

3.2 Práticas de Educação Inclusiva

O segundo objetivo pretendeu identificar e caracterizar práticas institucionais de educação inclusiva, tendo, uma vez mais, por base os documentos públicos, bem como a palavra dos participantes. Entre essas práticas, destacam-se os projetos de pesquisa focados na educação inclusiva, incentivando abordagens pedagógicas que promovam a inclusão e a diversidade, salientando igualmente uma prática especial designada de *Clube Rainbow*, que foi desenhada especialmente para a comunidade LGBTQIA+.

O *Clube Rainbow* é uma iniciativa destinada a apoiar e promover a inclusão da comunidade LGBTQIA+ no ambiente universitário. Criado para proporcionar um espaço seguro e acolhedor, o clube atua no sentido de combater o preconceito e a discriminação, promovendo o respeito pela diversidade sexual e de género entre os estudantes, professores e colaboradores da instituição.

O *Clube Rainbow* organiza atividades como palestras, eventos de sensibilização, debates, *workshops* e encontros sociais, incentivando a consciencialização sobre questões LGBTQIA+ e proporcionando apoio emocional e social aos membros desta comunidade.

O Projeto da Comunidade LGBTQIA+ - designado como *Clube Rainbow*, é um espaço físico dentro da Universidade X criado em 2021 pela comunidade académica, nomeadamente pessoas da comunidade LGBTQIA+. É um grupo em processo de oficialização destinado à comunidade académica da Universidade X, visa a promoção do convívio, da educação e da consciencialização sobre tópicos relevantes à comunidade

LGBTQIA+. (<https://www.instagram.com/clube.rainbow/>, acessido a 9 de setembro de 2024).

O *Clube Rainbow* foi fundado com o intuito de atender à necessidade de uma rede de apoio para os estudantes da comunidade LGBTQIA+ na Universidade X. Segundo os fragmentos de discursos analisados, a instituição não oferecia um espaço oficial que atendesse às especificidades desta comunidade, levando os estudantes a criar um grupo próprio que pudesse suprir essa lacuna

De notar também que a instituição em causa dispõe atualmente de uma Unidade de Serviços de Apoio às Atividades de Educação que visa apoiar iniciativas que promovam o sucesso educativo, o desenvolvimento académico e pessoal, a inclusão e o bem-estar dos estudantes, nomeadamente na promoção de práticas pedagógicas qualificadas, da formação pedagógica do corpo docente e da monitorização dos percursos académicos dos estudantes.

Esta Unidade dispõe apoio a projetos de educação à distância e apoio na gestão de infraestruturas e recursos pedagógicos, fomentando a educação inclusiva e a equidade de oportunidades para todos os seus intervenientes.

Por outro lado, a instituição também dispõe de um Núcleo de Promoção da Inclusão, Desenvolvimento e Sucesso dos Estudantes. Este núcleo, tem como atribuições apoiar os docentes e as estruturas de gestão pedagógica na formulação, monitorização e avaliação de soluções que potenciem o desenvolvimento e o sucesso integral dos estudantes e promover a inclusão dos estudantes visando a equidade de oportunidades

Para alcançar estes objetivos são desenvolvidas várias atividades, entre as quais: meets informais, que usualmente consistem numa breve exposição de um tema, para dar contexto e informação que possa faltar a alguns participantes, e numa discussão informal, por exemplo. O último meet que foi realizado foi sobre o tópico do espectro da assexualidade, que seguiu este mesmo formato. São feitas também palestras, com oradores certificados de organizações LGBTQIA+ como o Centro Gis, e a Rede Ex Aequo, ou personalidades da comunidade, juntamente com, ocasionalmente, membros da nossa própria organização. *Hangouts*, convívios informais, normalmente são realizados em Gualtar e Azurém, tal como um picnic, ou noites de ver filmes em conjunto.

Além disto, também postam regularmente na página de Instagram, *posts* e *stories* e recomendações sobre a comunidade LGBTQIA+ com informações acerca de identidades ou sexualidades.

O Clube surgiu principalmente devido a uma falta de certos espaços na cidade Y para principalmente pessoas Queer, para que estas se possam encontrar e conviver, não sendo isto um problema para pessoas mais extrovertidas, mas mais direcionado para pessoas que sejam mais introvertidas, e/ou que estão em cursos mais pequenos ou que tenham poucos estudantes pertencentes à sua comunidade, podendo ficar um pouco isolados. Muitas vezes estas pessoas recorrem a espaços online, que também têm o seu valor, mas especialmente num meio académico é importante e faria sentido haver um espaço onde estudantes da comunidade LGBTQIA+ se pudessem encontrar, falar, e até discutir assuntos relacionados com a sua comunidade com outras pessoas com as quais também partilham experiências em comum.

O Clube acabou então por se desenvolver tanto com o objetivo de fomentar o convívio entre estas pessoas, como também de proporcionar uma vertente mais pedagógica, quer através destas conversas abertas quer com palestras e *posts* educativos, diminuindo assim estigmas sobre a comunidade e fomentando conversas mais aprofundadas sobre a mesma.

Após uma análise dos discursos dos participantes sobre o *Clube Rainbow*, podemos assumir que, o Clube foi uma criação por inteiro dos estudantes da comunidade LGBTQIA+, motivadas pela ausência de um espaço de apoio e acolhimento na Universidade X. Com o objetivo de proporcionar um ambiente de segurança e inclusão, o Clube dedica-se a promover atividades que promovam não apenas a socialização, mas também o apoio emocional, informativo e de integração.

Conclui-se assim que apesar das intenções declaradas, a instituição enfrenta desafios ao transformar as diretrizes inclusivas em práticas consistentes no quotidiano académico, sugerindo a necessidade de implementar políticas inclusivas de maneira efetiva exige uma contínua formação de todos os envolvidos e um acompanhamento próximo das práticas para assegurar que as diretrizes realmente resultem num ambiente acessível e acolhedor para todos, tal como foi salientado pelos nossos autores.

“Na minha percepção, é só mesmo muito superficial, é no sentido que dizer que a inclusividade é importante, de dizeres que sim somos todos iguais, sim a homofobia é má e tudo mais, mas depois na prática existem professores com atitudes transfóbicas, por exemplo.” (P1)

Um dos participante afirma mesmo haverem atitudes transfóbicas por parte de alguns o professores, apesar da universidade se dizer inclusiva, onde todo e qualquer ato discriminatório é repudiado.

“Eu acho que a Universidade é inclusiva, mas se calhar é inclusiva por omissão, eu não acho que façam nada de propósito para excluir as pessoas (...), mas eu não acho que haja um esforço ativo por parte da Universidade para trabalhar essa componente da inclusão.” (P2)

“Podem falar muito, mas ações não fazem nada. É a minha opinião eles podem falar muito disso, mas nunca vi. (...) . A Universidade deveria ser capaz de dizer à comunidade geral que têm ali uma comunidade LGBTQIA+ e acima de tudo dizer que quem desrespeitar essa comunidade será punido. Eu sinto que isso é uma coisa que está em falta, a falta de posicionamento da Universidade para connosco.” (P3)

A diferença entre as práticas inclusivas previstas e a experiência relatada pelos participantes, levanta questões sobre a implementação efetiva destas políticas. Embora a instituição tenha iniciativas como adaptações pedagógicas, suporte tecnológico e uma política voltada a atender a comunidade académica, os participantes apontam estas ações como ineficazes e até nulas, ou seja, nem sempre se traduzem numa experiência verdadeiramente inclusiva. Este facto poderá ocorrer devido à falta de sensibilização ou preparação das pessoas com responsabilidade, bem como a dificuldades logísticas na aplicação de adaptações, ou até mesmo barreiras na comunicação entre as necessidades da comunidade académica e as respostas institucionais.

Torna-se assim essencial que as políticas educacionais promovam a diversidade como um ativo, garantindo que as experiências únicas de cada aluno sejam reconhecidas e integradas no currículo escolar. Como afirmado por Fukuda-Parr (2014, p.251), a luta por direitos humanos e inclusão é um componente essencial para o desenvolvimento humano e social. A DUDH (1948) estabelece que a educação deve ser acessível a todos, reafirmando a importância de um sistema educacional que não deixe ninguém para trás.

3.3 Percepção dos Atores sobre Valores e Práticas de Educação Inclusiva

O terceiro e último objetivo recaiu sobre a intenção de identificar e analisar as percepções dos atores sobre princípios, neste caso os estudantes da comunidade em estudo, sobre valores e práticas de educação inclusiva declaradas e promovidas pela instituição de ensino que frequentam estudo.

Conforme foi dito anteriormente, para este efeito foram tidos em conta apenas os dados recolhidos junto dos estudantes que se disponibilizaram para colaborar oficialmente, correspondendo a 3 participantes, apesar de termos tido oportunidade de ouvir muitos outros que, no entanto, manifestaram reservas quanto à divulgação das suas percepções. Nesse sentido, respeitámos integralmente a sua posição e a sua vontade, tomando esta reserva como um dado que importa ter em conta, já que ele indicia a sensibilidade do tema e a dificuldade de expressão sobre o mesmo.

Por outro lado, porém, e tal como será destacado, os estudantes que aceitaram colaborar, assinando a respetiva declaração de Consentimento Livre e Informado, evidenciaram vontade e necessidade de serem ouvidos.

As entrevistas foram efetuadas online, via *Zoom*, uma vez que os participantes devido à sua vida pessoal e profissional, não tinham muita disponibilidade para reunir

pessoalmente. Foram agendados horários que fossem compatíveis por forma a estabelecer um contacto que privilegiasse um ambiente de comunicação confortável.

A duração das entrevistas foi em média de 30 minutos, orientadas por uma conversa seguindo o guião predefinido (anexo I). No entanto, como era uma entrevista aberta, os participantes abordaram livremente questões para além das mencionadas no guião, tendo sido intenção da investigadora deixá-los à vontade para tal. Desde já importa salientar que os participantes foram deveras generosos, pela forma como reagiram, pois, colocaram-se desde logo à disposição para participar nesta investigação, sem quaisquer entraves ou dificuldades. Os participantes mostraram-se, de facto, interessados e participativos, o que evidencia a necessidade que estas pessoas têm de serem mais ouvidas. Elas desejam e têm que ser escutadas.

De notar também que o comportamento evidenciado pelos participantes durante as entrevistas revelou confiança sobre a sua orientação sexual e de género, refletindo uma linguagem de aceitação, apesar da sociedade desafiadora que enfrentam.

O primeiro fragmento de discurso ilustra como a identidade pode desafiar as normas sociais e linguísticas. Ao se identificar como uma pessoa não-binária que sente atração por mulheres, o termo "lésbica" pode não capturar integralmente a experiência de quem usa pronomes masculinos.

“(...) eu gosto de mulheres, e durante muito tempo identifiquei-me como lésbica, mas sou uma pessoa não-binária, mas uso pronomes masculinos e isso cria uma certa confusão, por isso, eu muitas vezes digo a minha sexualidade só como Queer e só explico os detalhes (...).” P1

Neste contexto, constatámos que a escolha de “Queer” como termo abrangente permite uma apresentação mais acessível e menos propensa a gerar confusão, criando um caminho para explicar os detalhes apenas a quem se mostrar recetivo e interessado.

“(...) é Queer só para lhes dar uma ideia geral, se alguém precisar dos detalhes ou se não tiver tantos problemas com o meu apelidar aparentemente contraditórias, aí eu já explico.” P1

Esta decisão indica a tensão entre a verdade pessoal e a necessidade prática de uma linguagem acessível, que evite mal-entendidos e reduza a explicação constante.

Constatámos igualmente que descrição como "lésbica e assexual" aponta para a interseccionalidade das identidades dentro da mesma pessoa. Identidades como a assexualidade e a orientação lésbica, quando combinadas, formam uma vivência que desafia rótulos tradicionais. A complexidade aqui, está na combinação destas experiências, e ao usá-las juntas, a pessoa reconhece a particularidade da sua identidade, mesmo sabendo que ela pode não ser imediatamente compreensível para os outros.

“Sou lésbica e assexual, é complicado, mas diria essas duas palavras para me descrever neste momento.” P2

Portanto, podemos concluir que isto demonstra que múltiplas identidades podem coexistir e formar uma vivência rica, ainda que não necessariamente simplificada.

Os participantes refletem sobre o processo gradual da descoberta e da aceitação, comum entre as pessoas da comunidade LGBTQIA+. O facto de “sair do armário” mais tarde na universidade mostra que a autocompreensão da identidade sexual pode levar tempo e ser influenciada pelo ambiente que o envolve.

“Eu só me identifiquei, só “saí do armário” no 3º ano da Universidade, portanto naquela altura ainda não sabia bem e só depois então é que realmente me assumi e já estava mais aberto e só a partir daí me senti mais confortável para assumir essa identidade.” P3

Compreendemos assim que o desenvolvimento de uma identidade segura não depende apenas de autoaceitação, mas também do apoio social e da exposição a espaços onde diferentes identidades são aceites. A fase de “amadurecimento” para a própria identidade revela o peso das normas sociais e como o processo de assumir-se publicamente é, muitas vezes, facilitado por experiências de aceitação e pertencimento a uma comunidade, segundo a unanimidade dos participantes.

Os três fragmentos de discurso apresentados ressaltam que a identidade de género e orientação sexual ultrapassam frequentemente definições estáticas, e a linguagem desempenha um papel crucial na forma como estas identidades são expressas e

entendidas. As identificações como "*Queer*", oferecem um termo guarda-chuva que acomoda uma diversidade de experiências, enquanto as identificações específicas, como "lésbica e assexual," reconhecem a singularidade de cada vivência. Indo assim ao encontro da tese de autores como Meyer, I. H. (2003, p. 157), "O termo "*Queer*" funciona como um guarda-chuva para diversas orientações sexuais e identidades de gênero, desafiando as noções binárias de gênero e sexualidade".

As respostas dos participantes mostram ainda que as identidades podem ser simultaneamente definidas e fluídas, com cada pessoa adotando o termo que melhor traduz a sua realidade para o contexto e para os interlocutores ao seu redor.

A análise revela várias nuances sobre a complexidade da identidade de gênero e a orientação sexual, especialmente em contextos onde as classes tradicionais não capturam plenamente as experiências pessoais.

De acordo com a palavra dos participantes, apesar de existir uma estrutura para responder a queixas formais de discriminação, não há um esforço proativo da instituição X para prevenir tais situações. Na sua opinião a inclusão é tratada apenas de forma superficial e reativa, respondendo somente aos casos mais óbvios de discriminação.

"Eu acho que a Universidade, na minha experiência tem os mínimos, se houver de facto algum tipo de discriminação flagrante, estes serviços estão lá e existem esses mínimos." (P1)

"Eles têm muito a inclusividade na teórica porque na prática, nada." (P3)

Na percepção dos participantes, o foco nos mínimos legais ignora aspetos mais subtis da inclusão, que poderiam ser atendidos por meio de medidas preventivas, como a formação de professores e a sensibilização contínua para a diversidade de gênero e orientação sexual.

"(...) os professores pelo menos deviam ter o mínimo de conhecimento básico (...) porque inevitavelmente vão lidar diretamente com essas pessoas de grupos minoritários." (P2)

A falta de iniciativa para ações inclusivas mais significativas resultará na falta de confiança de muitos alunos, especialmente as pessoas trans, em se assumir abertamente, temendo a ausência de apoio institucional em áreas básicas, como o uso de casas de banho ou a mudança de nome nos registros.

“(...) Principalmente no que toca a alunos trans e não-binários, muitos têm medo de se assumir (...) nesse aspeto a Universidade podia e devia fazer mais, porque nesse aspeto não podemos ser nós a tomar essa iniciativa, são questões que vêm de cima e nós não temos o poder de mudar isso.” (P2)

Estas constatações confirmam a percepção de que existe uma percepção geral de que a dinâmica de inclusão permanece "no papel" e que iniciativas mais específicas ou atividades voltadas para grupos minoritários enfrentam uma burocracia significativa.

“Existe alguma inclusão na Universidade, mas a instituição em si, não faz quase nada para isso”. (P2)

A menção ao *Clube Rainbow* direcionada especialmente para a comunidade LGBTQIA+ que está em processo de oficialização sofre, segundo os estudantes, da mesma dificuldade de concretização.

“Quando eu entrei na Universidade, demorou muitíssimo tempo até a existência de um Clube que ainda nem sequer está oficializado por causa da Universidade.” (P3)

“Nós agora temos o Clube e o Clube tenta logo no início do ano letivo realizar atividades e incluir os alunos novos, mas quando eu entrei no curso não havia nada.” (P2).

“Em termos de papeis mais internos, como o Clube, ele quer-se oficializar, cumprindo com todos os requisitos e tendo todos os plenos direitos dentro da Universidade e não estamos a ter sucesso por causa da burocracia”. (P3)

Reforça-se assim que, na percepção das pessoas inquiridas, a burocracia restritiva impede o avanço de uma cultura mais acolhedora e inclusiva dentro da comunidade académica, restringindo o desenvolvimento de espaços e eventos dedicados a grupos marginalizados, como a comunidade LGBTQIA+ e minorias étnicas.

“(...) principalmente quando estamos a falar de implementar a inclusividade é importante fazer um evento direcionado à comunidade LGBTQIA+, ou a uma minoria étnica”. (P1)

Outro ponto percebido é que a experiência de inclusão de um aluno depende muito do curso em que está inserido, evidenciando uma falta de uniformidade nas práticas inclusivas. Nos cursos mais pequenos, os alunos podem sentir-se mais isolados, especialmente se o grupo de colegas e professores não demonstrar compreensão ou aceitação.

“Se uma pessoa calha num curso que por acaso são pessoas mais inclusivas ou calha num curso em que as pessoas são menos, às vezes influencia a sorte que a pessoa tem (...), uma pessoa corre o risco de ficar isolada, porque o grupo pode não aceitar isso tão bem”. (P1)

Constata-se assim que a falta de controlo sobre a cultura de inclusão nos diferentes espaços, reflete uma ausência de políticas institucionais robustas e que envolvam os próprios estudantes de modo a que possam realmente promover uma mudança cultural duradoura, deixando que fatores como “sorte” determinem o nível de inclusão e suporte sentido pelo aluno.

Por exemplo, a liberdade de usar um relógio com a bandeira LGBTQIA+ no local trabalho sem temores de retaliação, contrasta com a falta de segurança sentida dentro da Universidade X, onde alguns participantes acreditam que o apoio deveria ser mais claro e visível.

“Eu hoje uso um relógio com a bandeira LGBTQIA+ no trabalho, dentro de uma empresa e estou à vontade (...) sentimos que estamos protegidos e quem violar essas

proteções será punido. Eu acho que assim sentir-me-ia mais protegido dentro de Universidade.” (P3)

O que leva os participantes a reconhecer que para que o ambiente universitário se torne verdadeiramente inclusivo, é preciso que os professores e outros responsáveis demonstrem um acolhimento explícito, sugerindo assim a necessidade de sensibilização e formação a este respeito.

(...) isto também parte um bocado dos professores, sentir que os professores nos fazem sentir confortáveis”. (P3)

Como nos foi dito, a presença de iniciativas de inclusão ocorre, mas de forma limitada e esporádica, concentrando-se em eventos simbólicos durante o mês do orgulho LGBTQIA+.

“O máximo que há é em junho, lembram-se de fazer uma exposição, mas na minha visão pessoal é extremamente superficial”. (P1)

Ou seja, a perceção dos participantes é de que a instituição se lembra da comunidade apenas em datas específicas, sem estabelecer um apoio contínuo e estruturado. *“(…) lembram-se da nossa existência quando é o mês dos “gays” (P1)*. Isto é um padrão que sugere uma abordagem de “inclusão performativa”, onde a instituição procura demonstrar o seu compromisso com a inclusão através de eventos simbólicos, mas não implementa ações práticas para sustentar um ambiente verdadeiramente inclusivo ao longo do ano.

“A inclusão performativa refere-se a esforços simbólicos que não se traduzem em mudanças estruturais reais dentro da organização, permitindo que as instituições se apresentem como inclusivas sem realmente comprometer-se com práticas de inclusão a longo prazo.”

(Nash, C. J.,2019, p. 67)

Outro ponto importante destacado é a falta de uma estrutura que promova a integração de novos alunos da comunidade LGBTQIA+ ou de outras minorias desde o início da vida académica. Um dos participantes menciona que não havia nenhum tipo de

suporte quando ingressou na Universidade, sendo necessário que ele mesmo tomasse a iniciativa de encontrar outros membros da comunidade.

“Eu quando cheguei à Universidade não conhecia mais ninguém da comunidade e tive mesmo que ir conhecendo à medida que fui conhecendo pessoas nova, foi algo que tive de ser eu a tomar iniciativa.” (P2)

Apesar de existir um gabinete para a inclusão, os estudantes relatam que as respostas às necessidades desses alunos são frequentemente insuficientes e demoram a ser atendidas.

“Por exemplo no que toca a pessoas com deficiência também acho que Universidade falha bastante, porque apesar de haver um gabinete para a inclusão eu sei que muitos alunos e não têm grandes respostas.” (P2)

“Basicamente fica ao critério de cada professor orientar ou dar resposta aquele aluno, que muitas vezes não a têm ou é demorada.” (P2)

“É uma luta desde o início por algo que devia ser garantido desde o princípio, não só para com a comunidade LGBTQIA+, mas é uma questão em que a Universidade não é tão inclusiva como diz ser e isto é para todas as minorias.” (P2)

Os fragmentos de discurso dos participantes indicam também uma falta de representação significativa, principalmente entre os membros da comunidade LGBTQIA+, nos órgãos de decisão pedagógica. Os participantes (P1, P2, P3) expressam que a presença de pessoas que compartilhem as suas identidades é mínima ou inexistente em conselhos e associações.

“Por parte da direção e afins não.” (P1)

“Que eu saiba ninguém. Eu não estou muito por dentro do assunto, mas que eu saiba ninguém.” (P3)

Percebemos assim que a ausência não só gera um distanciamento das decisões e debates institucionais, como também impede que os estudantes se sintam confortáveis

para trazer à tona questões sobre identidade e inclusão, sem a certeza de que alguém nesses espaços compreende as suas preocupações.

A percepção dos participantes de que, mesmo quando há pessoas da comunidade LGBTQIA+ nos órgãos, essas identidades não são explicitamente reconhecidas, o que indica uma sensação de invisibilidade. Os participantes relatam que, em situações onde precisavam de apoio, não sabiam a quem recorrer na associação acadêmica, pois a questão da diversidade de identidade de gênero e sexualidade não era abordada de maneira clara ou ativa.

“Eu quando precisava da associação acadêmica eu não sabia se podia falar com alguém de lá sobre estes temas, porque não sabia se alguém (...) percebia destes assuntos.” (P2)

As questões dos alunos da comunidade LGBTQIA+ e de outras minorias parecem tornar-se secundárias, sem que haja um espaço assegurado para a escuta ou para o tratamento formal dessas preocupações.

“(...) na associação de estudantes há membros da comunidade LGBTQIA+, normalmente são esses que puxam para que as coisas sejam feitas.” (P1) ao invés de ser algo estabelecido e acessível para todos os estudantes.

Embora os documentos oficiais enfatizem a prioridade da inclusão, os participantes relatam que essa prioridade não se traduz em ações tangíveis e efetivas na vida acadêmica e social dos estudantes, criando um ambiente de isolamento e falta de suporte.

A inclusão parece não ultrapassar as diretrizes formais, uma vez que a estrutura universitária, além de não promover uma ampla representatividade, parece limitada ao atender as necessidades das minorias. Fora do contexto de grupos sociais específicos, como o *Clube Rainbow*, é fácil para um estudante da comunidade LGBTQIA+ sentir-se isolado e sem identificação.

“(...) pensando na perspectiva antes do Clube existir as pessoas que não tenham esse grupo social, é muito fácil uma pessoa ficar isolada e sentir essa representação.” (P1)

A ausência de segurança e confiança nos sistemas de apoio institucional também é evidente. O P2 expõe dúvidas sobre o amparo real dos seus direitos e menciona a insegurança ao não saber para onde se dirigir em caso de discriminação.

“Mesmo em relação aos meus direitos eu não sabia se estavam salvaguardados, (...), se calhar estavam, mas se alguém se lembrasse de fazer alguma coisa para me excluir a quem eu iria recorrer para reportar a situação?” (P2)

O sentimento de falta de clareza e confiança no suporte institucional implica que, para muitos, os direitos de diversidade e inclusão parecem existir somente no papel, sem um plano de ação claro ou uma rede de apoio eficaz. A dificuldade de socialização é um desafio comum relatado. Os participantes descrevem experiências de isolamento e falta de afinidade com os colegas, o que baliza a criação de laços sociais importantes durante a vida acadêmica.

“A maioria dos problemas que tive foi a nível de socialização (...) agora temos o Clube Rainbow e foi por aí que comecei a conhecer mais pessoas e amigos.” (P2)

“A comunidade LGBTQIA+, passa muito despercebido na nossa cidade, inclusive não existe por exemplo clubes Gays.” (P3)

Segundo os seus destinatários, o Clube Rainbow surge de forma emergente, como uma importante alternativa para criar um ambiente mais acolhedor, no entanto, a criação do Clube foi tardia e ainda enfrenta limitações, o que indica uma falta de proatividade da instituição em relação à inclusão das minorias.

Outro ponto sensível que aqui é levantado, é a falta de espaços de acolhimento para a comunidade LGBTQIA+ na cidade, e se que reflete na Universidade e contribuindo para a invisibilidade da comunidade.

“(...) demorou muito tempo até a existência do Clube demonstrar que existe pessoal e que se queiram mostrar, não é uma cidade muito pequena, mas é uma cidade discreta.” (P3)

Ou seja, a cidade onde a universidade está inserida influencia a experiência dos alunos, uma vez que a ausência de locais de socialização para a comunidade LGBTQIA+ fora do campus também limita o senso de pertença e apoio.

“(...) a própria comunidade não se faz saber ou mostrar também devido a essa falta de espaços que os acolham.” (P3)

Em suma, podemos perceber que, apesar do discurso oficial sobre a inclusão, os relatos demonstram que a Universidade X ainda tem muito a fazer para proporcionar um ambiente realmente acolhedor e representativo para os seus alunos da comunidade LGBTQIA+. É claro que há uma distância entre a teoria e a prática de inclusão, sendo necessário que a instituição assuma uma postura mais ativa, desenvolvendo políticas de apoio e promovendo a visibilidade e a segurança de todos os seus estudantes. Tal como sublinha um dos nossos autores, para que a inclusão seja efetiva, é essencial que as escolas implementem práticas pedagógicas diferenciadas e que os professores recebam formação contínua para lidar com a diversidade, promovendo um ambiente em que todos os alunos possam desenvolver suas potencialidades de forma equitativa.” (David Rodrigues, 2020, p. 82)

Como vimos num ponto anterior, a instituição diz posicionar-se formalmente contra comportamentos discriminatórios e episódios de homofobia. No entanto os participantes neste ponto, indicam que a proteção e o controlo institucional contra o desrespeito e a discriminação têm limites físicos e operacionais, sendo mais eficazes dentro dos domínios da Universidade X e menos capazes de influenciar ou prevenir incidentes em áreas externas, como os bares e arredores. Os participantes descreveram episódios de homofobia e transfobia, sobretudo nos locais próximos ao campus universitário, como a zona dos bares. Por sua vez, os espaços, ainda que próximos, estão fora do alcance direto das políticas da Universidade X, onde o anonimato é mais viável e as punições institucionais são improváveis.

“O mais comum é fora da Universidade, (...) na zona dos bares é mais fácil eles terem este tipo de comportamentos sem serem facilmente identificados.” (P1)

Aqui constatamos que existe uma dificuldade em manter a inclusão de forma integrada, em que o comportamento de alguns estudantes fora do campus contrasta com a postura formal da instituição.

“(...) já ocorrem comportamentos homofóbicos na rua ao lado do campus e não há qualquer tipo de controlo, mas sabe-se que são alunos da Universidade X.” (P1)

No entanto, importa salientar que houve menções sobre um incidente ocorrido durante uma palestra sobre temas LGBTQIA+ na qual um estudante foi desrespeitoso e, em função da documentação do evento e das testemunhas presentes, tendo a instituição respondido prontamente com uma punição.

“Chegou a haver uma situação na altura numa palestra sobre a comunidade LGBTQIA+, (...) a porta do auditório estava aberta e um aluno lembrou-se de mandar “umas bocas” e foi imediatamente mandado sair, (...) fez-se queixa do acontecimento e o aluno em questão foi suspenso”. (P1)

“Os meus pais sempre me pediram para não me expor muito para de certa forma não me expor aos riscos que sabemos que existem.” (P3)

Infelizmente a homofobia transcende quaisquer tipo de barreiras, como notou um dos nossos participantes onde este consta que já recebeu mensagens ofensivas enviadas por colegas através de contas anónimas nas redes sociais, sendo que estas atitudes representam um tipo de agressão que ocorre fora do alcance direto da instituição.

“(...) para me provocar já chegaram a criar contas falsas nas redes sociais e enviavam mensagens de teor homofóbico.” (P2)

A limitação da instituição em atuar quando faltam provas é evidente e o autor da ofensa não é facilmente identificável.

“(...) como foi fora do campus não havia nada a fazer (...) mensagens enviadas por pessoas que frequentavam o meu curso.” (P2)

Perante este cenário percebemos que fica evidente a falta de recursos institucionais para lidar com discriminação indireta ou virtual, o que leva alguns alunos a considerar as queixas ineficazes.

“(...) não havia muito a fazer, eu sabia que se fizesse queixa, como não sabia exatamente quem foi, aquilo não ia dar em nada.” (P2)

“(...) no nono ano fui vítima de bullying. Apesar de na altura ainda não me identificar como gay, toda a gente me apelidava com nomes afeminados.” (P3)

“Passei 2 anos na Universidade completamente discreto e só no terceiro ano é que me assumi.” (P3)

Por forma de conclusão e analisando os testemunhos dos participantes, entendeu-se que tem havido esforços institucionais, porém limitados aos espaços internos da Universidade. Para além do campus, as questões de discriminação tornam-se mais difíceis de gerir, expondo uma necessidade de ações que promovam inclusão e o apoio psicológico contínuo, tanto para situações presenciais quanto para aquelas que ocorrem em contextos digitais ou externos. Como referem os autores McKenzie, K. J., & Ranjbar, N. (2021, p.112), “A discriminação em ambientes educacionais pode ser exacerbada em contextos digitais, tornando essencial (...) intervenções que abordem essas questões de forma contínua e inclusiva.”

“(...) o foco era garantir que as pessoas, principalmente as mais introvertidas conseguissem ali uma rede de apoio e garantir um espaço de conexões” (P1)

Os participantes (P1, P2, P3), enfatizaram o valor do *Clube Rainbow* como um espaço de diálogo e compreensão, permitindo que os membros possam conversar abertamente sobre suas identidades e experiências, muitas vezes incompreendidas por pessoas fora da comunidade LGBTQIA+.

“(...) gostamos de ter pessoas com que possamos falar sobre estes assuntos, sem estar sempre a explicar tudo outra vez.” (P2), ajudando a reduzir o cansaço emocional e o sentimento de isolamento *“(...) a parte mais chata é ter de explicar muitas vezes e acaba por ser cansativo”.* (P2)

Além disso, o Clube dedica-se a ações educativas, como palestras e encontros, para desmistificar temas LGBTQIA+ e aumentar a conscientização.

“(...) planejar encontros, fazer palestras, meets (...) e desmistificar algumas questões.” (P2)

Ainda que o Clube desempenhe uma função de acolhimento e inclusão essencial para muitos, os participantes (P1, P2, P3) relatam que o processo de reconhecimento institucional tem sido lento e desafiador.

“(...) o Clube ainda nem sequer está oficializado por causa da Universidade X (...)” (P3)

“A Universidade X não tem aceite de forma recetiva o Clube, impõe algumas barreiras para que se possa tornar um Clube oficial, (...) na minha opinião somos mais importantes que um Clube de Xadrez” (P2)

“Eu senti durante imenso tempo que havia uma falta de alguma coisa e agora há qualquer coisa, mas não é algo que seja da responsabilidade da Universidade X, é uma iniciativa estudantil.” (P1)

Os participantes relataram que o Clube lhes proporcionou um espaço seguro onde podem ser eles mesmos e encontrar apoio.

“O nosso objetivo é incluir de facto as pessoas na Universidade X e fazer com que elas se sintam “em casa” enquanto estão a estudar.” (P2)

A existência do *Clube Rainbow* representa um avanço significativo no ambiente universitário, sendo um espaço que contribui para o bem-estar emocional e o desenvolvimento pessoal dos membros da comunidade LGBTQIA+.

A análise evidencia, portanto, a importância não só de manter, mas de fortalecer e oficializar o *Clube Rainbow*, reconhecendo-o como uma peça vital na construção de uma universidade mais inclusiva e comprometida com o bem-estar de todos os seus alunos.

A análise final dos discursos dos participantes, revela uma série de sugestões que procuram fortalecer a inclusão na Universidade X, evidenciando uma lacuna entre os valores inclusivos proclamados pela instituição e as práticas efetivamente implementadas. As sugestões refletem as necessidades essenciais dos estudantes da comunidade LGBTQIA+ e abordam três principais áreas: atualização curricular, criação de espaços físicos neutros e apoio institucional concreto e contínuo. Para os autores Baker & Kahn (2020, p. 78), “As instituições de ensino devem atualizar os seus currículos para refletir a diversidade da comunidade LGBTQIA+, criando um ambiente que promova a inclusão e o respeito.”

A inclusão de temas relacionados à diversidade de gênero e orientação sexual nos programas de cursos, especialmente em áreas como Medicina, Psicologia, Educação e Direito, é considerada uma prioridade para que futuros profissionais estejam preparados para lidar com grupos vulneráveis.

“(...) essas pessoas têm uma responsabilidade acrescida de saber lidar com estes grupos.”; “(...) a principal responsabilidade da Universidade X neste momento era atualizar os programas.” (P1)

Sem uma atualização curricular, a instituição limita a formação de profissionais capazes de atuar de forma inclusiva e sensível. A implementação desse tipo de conteúdo, embora complexa, seria um passo significativo em direção a um ambiente universitário mais educado e consciente das questões de diversidade.

A criação de espaços de gênero neutro, como casas de banho inclusivas, é outra proposta frequentemente mencionada, que procura atender especialmente as necessidades de pessoas trans e não-binárias. Para os participantes, essa mudança poderia ser um primeiro passo prático que a instituição poderia adotar sem um investimento muito alto.

“(...) não custava nada tornar algumas casas de banho neutras e outras manterem como estão e continuavam a existir todas.”; “(...) não estou com otimismo suficiente para acreditar que será feito (...)” (P1)

A oficialização do *Clube Rainbow* é vista como essencial para garantir que os estudantes da comunidade LGBTQIA+ tenham um espaço reconhecido e apoiado pela Universidade X, além de uma rede formal de apoio.

“Sendo uma Universidade que se intitula como inclusiva e não faz o que prega, há aqui alguma coisa a falhar.” (P2)

“O que mais falta é a vontade da Universidade X ter um papel neste processo” (P3)

Os participantes destacam a necessidade de uma postura mais clara e menos restritiva da administração universitária, visando promover a continuidade das atividades do Clube e garantir recursos adequados.

“(…) acontece um ataque de ódio dentro da Universidade X, o que é que eu faço? A quem é que eu me dirijo? Será que a agência de segurança que trabalha dentro da Universidade X será capaz de nos proteger? Será que vão querer nos proteger?” (P3)

As sugestões dadas pelos estudantes expressam a necessidade de uma Universidade que vá além dos discursos e promova ações concretas de inclusão. A implementação das mudanças, especialmente o apoio institucional ao *Clube Rainbow* e a adaptação de currículos para uma formação mais inclusiva, representaria um avanço real e significativo, transformando a Universidade num espaço onde todos, independentemente da identidade de gênero ou orientação sexual, se sentissem respeitados e representados. Acentua-se assim o desejo manifesto de uma verdadeira inclusão.

Conclusão

O estudo empírico permitiu concluir que a instituição em causa contempla nos seus documentos oficiais preocupações, procedimentos e práticas orientadas para uma educação inclusiva, evidenciando, no entanto, alguma dificuldade de concretização.

Como vimos, as perceções dos participantes sobre os valores e as práticas inclusivas apontam para uma certa falta de coerência entre o que a instituição declara oficialmente e o que realmente realiza em termos de inclusão. A análise dos fragmentos de discurso evidencia uma implementação restrita aos “mínimos legais”, o que, para muitos, não atende às necessidades específicas de grupos minoritários, como a comunidade LGBTQIA+.

Os estudantes desta comunidade sentem a necessidade de uma formação mais adaptada às suas necessidades e mais contextualizada.

Foi possível constatar através dos relatos dos estudantes mencionados acima, que, a trajetória de vida apresenta-se num caminho cheio de obstáculos e desafios, que vão desde a rejeição social à falta de suporte emocional e financeiro, por parte das Instituições que os acolhem, dizendo ser inclusivas., sugerindo a necessidade de a formação nesta área, Os participantes salientam a necessidade de formações de carácter pedagógico, isto é, uma formação especializada e com foco em dimensões práticas.

Foi ainda possível aferir que os participantes encontram barreiras de inclusão, quer na Universidade, quer na sua vida pessoal.

Constata-se também que, o funcionamento de estruturas como o gabinete de ética e todos os órgãos responsáveis por garantir a segurança e o respeito na comunidade académica, fica muito aquém do previsto, não salvaguardando por inteiro os direitos dos demais.

Após uma análise a todos os fragmentos de discursos dos participantes e análise documental, podemos concluir que as práticas elaboradas a nível documental não passam disso mesmo, de documentos. A desconexão entre o discurso oficial e a prática efetiva prejudica a experiência dos estudantes pertencentes a minorias e ressalta a necessidade

de uma abordagem mais ativa e abrangente para atender às diversas necessidades dos estudantes, especialmente aqueles que enfrentam vulnerabilidades específicas.

Ao finalizar esta segunda parte, fazemos questão de notar a forma como os participantes manifestarem apreço pela criação de uma iniciativa como o *Clube Rainbow*, fator crucial na socialização da comunidade dentro da Universidade, por forma a se sentirem integrados e conseguirem uma rede de apoio.

Assim sendo, os discursos indicam que as práticas de educação inclusiva da instituição são mínimas e limitadas ao cumprimento de requisitos legais e simbólicos. A instituição parece falhar em implementar uma inclusão autêntica e profunda, delegando a responsabilidade aos estudantes e aos próprios professores, sem fornecer os recursos e o suporte básico necessários para que os grupos minoritários tenham uma experiência acadêmica de qualidade. Os relatos destacam que o ambiente inclusivo prometido pela Universidade X nos documentos oficiais é, na prática, superficial e insuficiente para atender às demandas reais dos alunos, evidenciando uma desconexão entre a teoria e a prática inclusiva dentro da instituição.

Só é possível construir uma sociedade “saudável” quando esta se interajuda não deixando ninguém sozinho, traçando estratégias para o bem comum, pois ninguém é capaz de se construir sozinho. No entanto, ainda há uma cultura de discricção e autocensura entre os estudantes da comunidade LGBTQIA+, que reflete o medo de retaliações e a ausência de um apoio institucional mais abrangente fora do campus.

Considerações Finais

Ao terminar o nosso percurso investigativo podemos concluir que, tendo em conta o que foi estudado, sobre a forma como as instituições do Ensino Superior cumprem os objetivos de educação inclusiva, designadamente o que foi possível apurar em relação às perceções dos estudantes da comunidade LGBTQIA+, que há dinâmicas em curso, sobretudo no plano normativo, mas que há ainda um grande caminho a percorrer.

Este caminho deverá contar com o envolvimento e participação de todos os membros das comunidades académicas, a começar pelos próprios estudantes pertencentes a grupos minoritários. Os dados recolhidos junto dos estudantes conduzem-nos nesse sentido, salientando igualmente a necessidade de estes de apostar na sensibilização e formação de todos, incluindo os professores.

Estas conclusões estão em linha com as recomendações internacionais e nacionais neste âmbito, destacando aqui, uma vez mais, as que são produzidas pelas suas associações representativas. Existem diversas ONG's (Organizações Não-Governamentais), que trabalham em prol da comunidade LGBT, para consciencializar a população e acolher os seus próprios membros. O movimento tem se expandido cada vez mais para diferentes áreas, desde a educação, o suporte para pessoas que enfrentam discriminação, cuidados básicos contra doenças sexualmente transmissíveis até a inserção no mercado de trabalho. “Afim de contas, (...) o sexo determinado ao nascer não interfere diretamente na construção de identidade de género imposta socialmente, ou seja, os indivíduos que se identificam como género fluido vão completamente contra o determinismo social” (Barbosa et. al. (2019, p. 7). Desse modo, uma sociedade que afirma a heterossexualidade como norma, às pessoas da comunidade LGBTQIA+, é destituída a dignidade humana, através da negação de direitos fundamentais, como o acesso pleno e efetivo à educação, e, sobretudo, o acesso ao Ensino Superior em condições de equidade.

Dado o desconhecimento pessoal e social em relação aos aspetos da sexualidade, as pessoas com uma identidade de género não normativa acabam por serem empurradas para um ciclo contínuo de violências. Este ciclo começa nas suas perceções íntimas sobre a sua identidade, prolonga-se na declaração pública dessa mesma identidade e acompanha-o ao longo das suas vidas. A sua trajetória é marcada por um percurso cheio de obstáculos e desafios, que vai desde a interrupção familiar e a falta de apoio emocional

e financeiro, passando pela escola, onde enfrenta o primeiro grande confronto social, e continua nas lutas diárias no Ensino Superior, caso consigam frequentá-lo.

Como vimos, nos dias de hoje a qualidade e a eficácia da educação e da formação passa por promover a aprendizagem ao longo da vida, torná-la real, fomentando a igualdade, a coesão social e a cidadania ativa e incentivando a criatividade e a inovação. “A Educação desempenha um papel crucial na promoção dessa espécie de compromisso, cabendo-lhe justamente a tarefa de capacitação subjetiva e cívica das pessoas ao longo da vida”. (Baptista, 2011, p.11). Este princípio é válido para todas as áreas da educação e todos os níveis de ensino, incluindo o Ensino Superior.

Significativamente, e conforme foi assinalado, apesar de termos tido oportunidade de ouvir muitos estudantes desta comunidade, nem todos aceitaram colaborar formalmente, pelo que só pudemos contar os dados recolhidos junto de três participantes, mediante o seu consentimento livre. Este facto constitui em si mesmo um dado relevante, colocando-nos perante a constatação da sensibilidade humana deste assunto e a dificuldade que muitos jovens têm ainda em manifestar-se. Por outro lado, os estudantes que aceitaram colaborar fizeram-nos de forma muito expressiva, evidenciando necessidade de serem ouvidos. Consideramos, pois, que é importante empreender esforços para dar voz a pessoas com estas características em estudos futuros, tendo em vista que a literatura mostra a sua maior vulnerabilidade.

Com base nos resultados obtidos, salienta-se que muito embora haja já a preocupação notória por parte das instituições de Ensino Superior com as questões de educação inclusiva, concretamente também no que se refere ao reconhecimento das comunidades LGBTQIA+, a realidade aponta para a dificuldade de concretizar os objetivos enunciados nos documentos oficiais. No plano concreto, os estudantes desta comunidade enfrentam desafios particulares, sentindo que não ouvidos e valorizados.

Acreditamos assim que, uma das medidas necessárias no sentido da promoção da inclusão social da comunidade LGBTQIA+, passa pela formação especializada de todos os membros envolventes que transmitam aprendizagem. Uma formação pensada de modo a dar “oportunidade de evoluir na direcção dos desafios que o desempenho profissional exige” (Cardoso, 2006, p.11). Uma formação alicerçada aos quatro pilares da educação apontados pela UNESCO (1996, p.85) para que se desenvolva uma consciência individual

e coletiva, sendo capazes de pensar por si, de comunicar e desenvolver o pensamento crítico, por forma a se tornarem cidadãos socialmente competentes, válidos e éticos.

A diversidade presente na sociedade deve também ser refletida nas instituições de Ensino Superior, que devem ser um espaço democrático de formação cívica, que acolhe, respeita e garante uma educação inclusiva para todos, independentemente da identidade de género ou de qualquer outro marcador social de vulnerabilidade. Trata-se, afinal de contas, de procurar cumprir o que se encontra consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), esse grande código ético da humanidade. Ou seja, é importante lembrar, pois, que direitos destas pessoas são direitos humanos, e estamos a falar de pessoas cidadãs, que possuem deveres sociais e institucionais, e, portanto, são igualmente sujeitos de direitos, devendo ter reconhecidas as suas identidades, de modo ilimitado, sem serem jamais apagadas e marginalizadas, com a garantia efetiva da dignidade humana.

Neste contexto, sobressai o contributo da Pedagogia Social e da Educação Social. Como refere a autora Cindy Vaz (2021, p. 87), “a inclusão na educação exige um compromisso contínuo de todos os agentes sociais para garantir um ambiente acolhedor e acessível a todos os alunos.”

Reconhecemos que, é necessário promover um debate sério junto dos órgãos responsáveis do setor do Ensino Superior, auscultando sempre as pessoas minoritárias. Por isso procurámos fazer esta investigação e termos optado por uma estratégia metodológica assente na inquirição direta e no diálogo participado, através de entrevistas abertas. Na nossa perspetiva, situam-se aqui, sobretudo, os limites do nosso estudo, dado que os dados obtidos desta forma, potenciando a reflexão, não são suscetíveis de generalização. Neste sentido, consideramos pertinente desenvolver estudos futuros onde se possível concretizar um estudo de caso, como tínhamos pretendido inicialmente. Com efeito, os desafios futuros para a investigação sobre a comunidade LGBTQIA+ e a sua inclusão no sistema educacional são vários. Um dos principais desafios será a necessidade de realizar estudos longitudinais que acompanhem as mudanças ao longo do tempo, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e das necessidades emergentes desta comunidade. É crucial desenvolver metodologias de pesquisa mais inclusivas que consigam captar a diversidade de experiências dentro da comunidade LGBTQIA+, incluindo a realização de estudos que explorem as interseccionalidade de

forma a compreender melhor como diferentes fatores influenciam as experiências dos estudantes.

Outro desafio importante é a implementação de políticas públicas que respondam efetivamente às necessidades identificadas pela pesquisa. Para isso, será fundamental o envolvimento das instituições de ensino, bem como a colaboração com organizações da sociedade civil que defendem os direitos das comunidades minoritárias e tendencialmente excluídas. Como lembra o autor David Rodrigues (2018, p. 45), “A educação inclusiva exige uma mudança profunda nas práticas educativas e na organização das escolas, com o objetivo de atender às diversas necessidades dos alunos e garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade

Por fim, defendemos a necessidade de promoção de um diálogo contínuo entre investigadores, educadores e as próprias comunidades para garantir que as práticas educativas evoluam e se adaptem, criando ambientes de aprendizagem verdadeiramente inclusivos e seguros. Insistindo em lembrar que a Pedagogia Social e a Educação Social desempenham um papel fundamental na promoção da equidade e inclusão, enquanto campos do conhecimento focados na educação como uma prática de intervenção social. Estas áreas pedagógicas permitem que o indivíduo no seu contexto social e procure atuar sobre as desigualdades, oferecendo oportunidades educativas que ajudam a transformar a vida das pessoas mais vulneráveis.

Á luz dos princípios dos direitos humanos, entendemos que as Universidades e Instituições de ensino devem desenvolver políticas que garantam a igualdade de acesso e a não discriminação, criando ambientes que promovam a livre expressão da identidade dos alunos. Para que tal seja possível é necessário a criação e implementação de programas de sensibilização e formação para professores e funcionários, a criação de espaços seguros e de apoio psicológico, e a inclusão de questões de género e sexualidade nos programas académicos.

Em suma, os dados recolhidos e analisados evidenciam que há ainda um muito caminho a percorrer no que diz respeito à inclusão dos estudantes das comunidades minoritárias, sugerindo a necessidade de promoção de programas de educação inclusiva de carácter pedagógico e mais direcionados para os problemas específicos e concretos das pessoas das pequenas comunidades, como as que se referem ao caso deste estudo.

Referências Bibliográficas

- Afonso, N. (2005). *A Investigação Naturalista em Educação: guia prático e crítico*. Porto: Edições Asa.
- Afonso, A. J. (2014). Questões, objetos e perspetivas em avaliação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 19, 487-507.
- Afonso, C., & Capucha, L. (2017). *A Integração Social e o Combate ao Sem-Abrigo em Portugal*. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Agenda 2030 (2015). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Nações Unidas.
- Ainscow, M., Booth, T., & Dyson, A. (2006). *Melhorando escolas, desenvolvendo inclusão*. Routledge.
- Amado, J. (2011). Ciências da Educação – Que Estatuto Epistemológico? *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 45-55
- Amado, J. (Coord.) (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Arendt, H. (1951). *The Origins of Totalitarianism*. New York: Harcourt Brace.
- Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Art.26.
- Azevedo, J. (2007). Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária da educação. *Cadernos de Pedagogia Social*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1, 7- 40.
- Azevedo, J. (2009). A Educação de Todos e ao Longo da Vida e a Regulação Sociocomunitária da Educação. *Cadernos de Pedagogia Social*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 3, 9-34.
- Azevedo, J. (2011). *Liberdade e Política de Educação. Ensaio sobre um novo compromisso social pela educação*. Fundação Manuel Leão, V. N. Gaia.
- Baker, C., & Kahn, D. (2020). *LGBTQIA+ Education: An Inclusive Curriculum*. *Journal of Higher Education*, 95(1), 75-89.

- Baptista, I. (2005). *Dar rosto ao futuro: a educação como compromisso ético*. Profedições.
- Baptista, I. (2006). Para a Pedagogia de Proximidade Humana: a educação no coração das comunidades. In Peres, A. & Lopes, M. (Coords.). *Animação, Cidadania e Participação*. (pp. 243-248). Chaves: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia.
- Baptista, I. (2007). *Capacidade ética e desejo metafísico, uma interpelação à razão pedagógica*. Porto: Afrontamento.
- Baptista, I. (2008). *Pedagogia Social: uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de acção*. Cadernos de Pedagogia Social. Porto: Universidade Católica Portuguesa, Volume 2, 7- 30.
- Baptista, I. (2010). Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz. In A. N. Peres & R. Vieira, (coord.), *Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz*. Chaves: Edição APAP/IPL, 32-42.
- Baptista, I. (2011). *Ética, Deontologia e Avaliação do Desempenho Docente*. Ministério da Educação – Conselho Científico para a Avaliação de Professores. Cadernos do CCAP – 3.
- Baptista, I. (2012). *Ética e Educação social - interpelações de contemporaneidade*. SIPS - Pedagogia Social. Revista Interuniversitária, 37-49.
- Baptista, I. (2014). “Hospitalidade da razão e poder transformador, interpelações de pedagogia social” In Barros e Choti (org.). *Abrindo Caminhos para uma Educação Transformadora*, pp. 123-146. Lisboa: Chiado Editora.
- Baptista, I. & Azevedo, J. (2014). *Educação e Hospitalidade, Interpelações de Pedagogia Social*. In Marcia Maria Cappellano dos Santos & Isabel Baptista. (orgs). *Laços sociais: por uma epistemologia da hospitalidade* (143-147). Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul.
- Baptista, I., Azevedo, J. 2015. “Educação e Hospitalidade, Interpelações da Pedagogia Social” In Capellano dos Santos, M., Baptista, I. (org.), *Laços Sociais: Por uma epistemologia da hospitalidade*, pp.143-147, Caxias do Sul, Brasil:EDUCS.

- Baptista, I. (2016). Para uma Fundamentação Antropológica e Ética da Educação: A Escola como Lugar de Hospitalidade.
- Baptista, I. (2017). Investigar em Pedagogia Social: razões, oportunidades e desafios. *Revista Trama Interdisciplinar*, São Paulo, v.8, n.1, 18-25.
- Baptista, I. (coord.); Caetano, A. P.; Amado, J.; Azevedo M. C.; Pais, S. C. (2021). Instrumento de Regulação Ético-Deontológica: Carta Ética. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Disponível em: <https://www.spce.org.pt/assets/files/CARTA-TICA2.EDICAOFINAL-2020-COMPACTADO.pdf>
- Baptista, I. e Vaz, C. (2021). Pedagogia Social e Inovação Socioeducativa – Imperativos de formação académica.
- Barbosa, A. C. Silva et. Al (2019). Gênero fluído: a autopercepção da construção de identidade de gênero fluído nos padrões normativos. *Psicologia pt o portal dos psicólogos*.
- Bauman, Z. (2016). *Strangers at Our Door*. Cambridge: Polity Press.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto editora.
- Bonomo, M., et al. (2017). Os eternos estrangeiros: contato, campo afetivo e representações sociais de ciganos entre não ciganos. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(3), 89-105.
- Brandão, P.S.S. (2007). A Pedagogia Social, uma antropologia de proximidade, hospitalidade e serviço. *Cadernos de Pedagogia Social*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1, 105-115.
- Brasil, A. (2023). Onde estão essas pessoas? Uma abordagem sobre a ausência e o pagamento de pessoas trans no ensino superior europeu.
- Bravo, Maria João Grades. (2014). A integração na Escola – Contributos da Educação Pré-Escolar em Crianças de Etnia Cigana.
- Butler, J. (2004). *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence*.

- Camões, A. (2018). *Formação Contínua e Ethos Profissional - O caso dos Educadores Sociais em Portugal*.
- Candeias, P. (2015). *Inclusão e Diversidade Cultural na Escola*.
- Canotilho, J. J. G. (2008). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição-7a Edição*. Leya.
- Cardoso, A.M.S.B. (2006). Alguns Desafios que se colocam à Educação Social. *Cadernos de Estudo*, 5, 7-15.
- Carneiro, R. (2004). *A educação primeiro*. Roberto Carneiro entrevistado por Joaquim Azevedo. Vila Nova de Gaia: Coleção Fundação Manuel Leão.
- Carvalho, A. D. (2002). *Epistemologia das Ciências da Educação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Carvalho, A., & Baptista, I. (2004). *Educação social: fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, M. (2019). *Educação inclusiva: De que falamos afinal?*
- Crespo, A., Trindade, A. R., Cosme, A., Croca, F., Breia, G., Franco, G., ... & Fernandes, R. (2018). *Para uma educação inclusiva: Manual de apoio à prática*.
- CRP - Constituição da República Portuguesa. (1976). *Diário da República n.º 86/1976*.
- Cruz, S., & López, L. (2022). *Saúde da População Negra e Militância sobre a Perspetiva de Género*.
- da Criança, C. D. D. (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Art. 28
- da Educação, M. (2022). *Relatório do Estado da Educação 2022*.
- da Silva, M. O. E. (2011). Educação Inclusiva—um novo paradigma de Escola. *Revista Lusófona de Educação*, 19(19).
- Bauman, Z. (2017). *A Arte da Vida*.
- Delors, J., Chung, F., Geremek, B., Gorham, W., Kornhauser, A., Manley, M., ... & Nanzhao, Z. (1996). *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Educação um tesouro a descobrir*, 6.

- EAPN - European Anti Poverty Network. (2009). Apelo para uma Ética e um consenso alargado para o combate à pobreza. Um novo contrato social?
- Ética, C. (2020). Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação- SPCE. Porto.
- EU - European Union. (2010). Charter of Fundamental Rights of the European Union. In Official Journal of the European Union C83, Vol. 53, p.380.
- Estébanez, P. F. (2003). ¿ Pedagogía social o ciencia de la educación social?. *Pedagogía social: revista interuniversitaria*, (10), 61-84.
- Freire, P. (1981). Pedagogia do oprimido.
- Fukuda-Parr, S. (2014). The Power of Numbers: A Critical Review of Millennium Development Goal Targets for Human Development and Human Rights. *Journal of Human Development and Capabilities*, 15(2-3), 240-264.
- García-Agustín, A., & Paccagnella, A. (2022). Vulnerabilidade e Discriminação: Abordagens Interdisciplinares.
- Gendron, T. (2022). Ageism Unmasked: Como combater o preconceito de idade para uma vida mais saudável e feliz.
- Gonçalves, J. L. (2018). Entrevista. In *A Página da Educação*. Porto: Profedições. 6-15.
- Hall, S. (2007). Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis. Vozes. pp. 103 a 133.
- INEE. (2024). Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência - Grupos Vulneráveis.
- Jares, X. R. (2007). *Pedagogia da Convivência*. Profedições.
- Leandro, M. E. & Ferreira, M.L. (2011). Os Laços Sociais em questão. *Metamorfoses sociais, Metamorfoses de uma noção*. In Leandro, M. E. (coord). *Laços Familiares e Sociais* (pp.27-57). Viseu: PsicoSoma.
- Leandro, M. E., Baumann, M. & Felizes, J. (2011). Construção de rupturas sociais: pobreza e exclusão social na perspectiva das sociologias da integração social. In Leandro, M. E. (coord). *Laços Familiares e Sociais* (pp.227-248). Viseu: PsicoSoma.

- Lee, D. C. (2020). Comunidades Religiosas e Vulnerabilidade: Desafios e Oportunidades.
- Leite, M.; A., Michael C. C. (2018). A Diversidade Sexual na Escola: desafios e possibilidades.
- Levy, B. (2022). Quebrando o código da idade: como suas crenças sobre o envelhecimento determinam o quanto e bem você vive.
- Lopes, M. S. (coord.) (2011). Metodologias de Investigação em Animação sociocultural. Intervenção-Associação para a Promoção e Divulgação Cultural. Chaves.
- Lynch, P. (2005). Human Rights and Homelessness: Protecting the Rights of Homeless People. In *Australian Journal of Human Rights*, 11(2), 33-50.
- Marques, R. (2003). Motivar os professores. Lisboa: Editorial PreseMoltó, M. C. (2002). *Introducción a los Métodos de Investigación en Educación*. Madrid: Editorial.
- Machado, R. (2022). Formação de Educadores: Diversidade e Inclusão.
- Machado, R. (2023). Educação e Justiça Social: Caminhos Possíveis.
- McKenzie, K. J., & Ranjbar, N. (2021). Addressing discrimination in digital learning environments: A continuous need for inclusive practices. *Journal of Educational Psychology*.
- Mcmahon, K. L. W. L. (2019). *Supporting LGBTQ Youth: A Guide for Parents and Educators*.
- Menezes, M. S.; Silva, J. P. (2017). Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 1, pp. 122-129.
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence.
- Milan, S., & Corliss, L. (2020). *Intersecting Inequalities: LGBTQIA+ Communities and Social Marginalization*.
- Minayo, M. C. S. (1994). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28 ed. Rio de Janeiro: Vozes. pp. 9-29.
- Monteiro, A. Reis (1998). *O Direito à Educação*. Livros Horizonte.

- Moonen, Frans. (2011). *Anticiganismo: Os Ciganos na Europa e no Brasil*. 3ª ed.
- Nash, C. J. (2019). *Queer Politics in the United States: A Critical Introduction*.
- Nóvoa, A. (1997). Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Coord.). *Os professores e sua formação*. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, pp. 9-33.
- OMS (2021). *Understanding and addressing the health needs of vulnerable populations*.
- ONU, P. (1966). *Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais* Art.13.
- ONU, P. (2018). Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. *AmbientalMENTEsustentable*, 25(1), 171-190.
- Pardo, T. A., & Karam, Z. M. (2018). *Religião e Segurança: Dinâmicas de Vulnerabilidade na Sociedade Moderna*.
- Pinto, E. A., Mendes, G. L., & Oliveira, R. (2022). *Autonarrativas e os impactos do racismo na saúde mental da população negra: uma reflexão*.
- Portes, A., & Sassen, S. (1989). *The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2015). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, D. (2006). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus.
- Rodrigues, D. (2018). Educação Inclusiva e o Desafio da Diversidade. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 31, nº 1, pp. 37-52.
- Rodrigues, D. (2019). Educação Inclusiva: Práticas e Desafios. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 24, nº 3, pp. 123-140.
- Rodrigues, D. (2019). Inclusão e Diversidade: Desafios para a Educação do Século XXI. *Educação e Sociedade*, vol. 40, nº 2, pp. 259-274.
- Rodrigues, D. (2020). Educação Inclusiva: Teoria e Prática. *Revista de Educação e Formação*, vol. 22, nº 1, pp. 75-89.
- Rogan, M., & Skinner, C. (2018). *The Informal Economy in Global Perspective*.

- Rosa et al. (2024). Health Disparities and LGBTQIA+ Populations: A Review of Current Research.
- Saffioti, H. I. B. (2004). Gênero, patriarcado e violência*. Fundação Perseu Abramo.
- Sarlet, I. (2005). Dimensões da Dignidade: Ensaio de Filosofia do Direito Constitucional. Livraria do Advogado. pp. 45-46.
- Shakespeare, T. (2006). Disability Rights and Wrongs.
- Sofiato, C. G., & Angelucci, C. B. (2017). Educação inclusiva e seus desafios: uma conversa com David Rodrigues. *Educação e Pesquisa*, 43(1), 283-295.
- Tardif, M. (2014). Saberes docentes e formação profissional. 3. ed. Petrópolis: Vozes.
- Unesco. (1990). Conferência Mundial sobre Educação para Todos.
- Unesco. (2022). Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação. *Relatório da comissão internacional sobre os futuros da educação*.
- United Nations. (1948). Universal Declaration of Human Rights.
- Vaz, C. (2021). Educação Inclusiva e Desafios Contemporâneos.
- Vaz, C. (2022). Práticas Pedagógicas Inclusivas.
- Vieira, A. (2016). Educação social, Pedagogia Social e Competências na Intervenção do Profissional. In Vieira, A. & Vieira, R., *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações* (25-38). Porto: Profedições.
- Wright, E. L. (2021). Fé e Conflito: O Impacto da Religiosidade na Sociedade Contemporânea.
- Xu, H. & Modeer, U. (2022). The handbook for parliamentarians on promoting the human rights and inclusion of LGBTI people.
- Yogyakarta P. (2007). Principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity.

Anexos

Anexo I

Guião de Entrevista

Guião de Entrevista

- 1. Apresentação pessoal.**
- 2. Recordar termos de Consentimento.**
- 3. Caracterização dos participantes (idade, género, formação académica).**
- 4. Questões orientadoras, tendo por base os objetivos enunciados.**
- 5. Perguntas tipo – entrevista aberta.**

Do ponto de vista que está declarado nos documentos oficiais da Universidade X, acha que a instituição é inclusiva? Porquê? Passou por alguma situação de assédio ou homofobia dentro da Universidade X? Universidade X dispõe de práticas inclusivas dirigidas à comunidade LGBTQIA+? Quais?

- 1. Quais foram as principais dificuldades e desafios que encontrou dentro desta Universidade, enquanto membro da comunidade LGBTQIA+? Universidade X alega ser uma Universidade inclusiva. Concorda?*
- 2. Porquê?*
- 3. Existem membros da comunidade LGBTQIA+ nos órgãos pedagógicos da Universidade X?*
- 4. Sente-se representado na Universidade X?*
- 5. Como?*
- 6. Porquê? Se tivesse oportunidade de participar num órgão pedagógico o que apontaria?*
- 7. Porquê?*
- 8. Que sugestões quer deixar?*

Anexo II

Consentimento Livre e Informado

Declaração de Consentimento Livre e Informado

Investigadora: Carina Manuela Alves Gonçalves

Título do estudo: “Educação e Inclusão em Instituições de Ensino Superior – O Caso das Pessoas da Comunidade LGBTQIA+”

Os dados recolhidos através desta entrevista serão trabalhados no âmbito da investigação “Educação e Inclusão em Instituições de Ensino Superior – O Caso das Pessoas da Comunidade LGBTQIA+”, enquadrada pelo Curso de Mestrado em Ciências da Educação – especialização em Pedagogia Social da Universidade Católica Portuguesa.

Porque a sua experiência é muito importante, venho solicitar que dispense cerca de 30 minutos do seu tempo, assegurando, desde já, o anonimato e a confidencialidade das suas respostas, bem como a destruição dos dados após a conclusão do estudo.

A sua participação é voluntária e o estudo não comporta quaisquer riscos, existindo a possibilidade de abandono do mesmo em qualquer altura.

Disponibilizamo-nos para o esclarecimento de qualquer dúvida através do telefone: 912297610 ou para o email carina.manuela@live.com.pt.

Muito obrigada pela sua compreensão e colaboração.

Assinatura da Investigadora _____

(Carina Manuela Alves Gonçalves)

Concordo, de forma livre e esclarecida, em participar no presente estudo.

Assinatura do/a Participante _____

Data __/__/____